

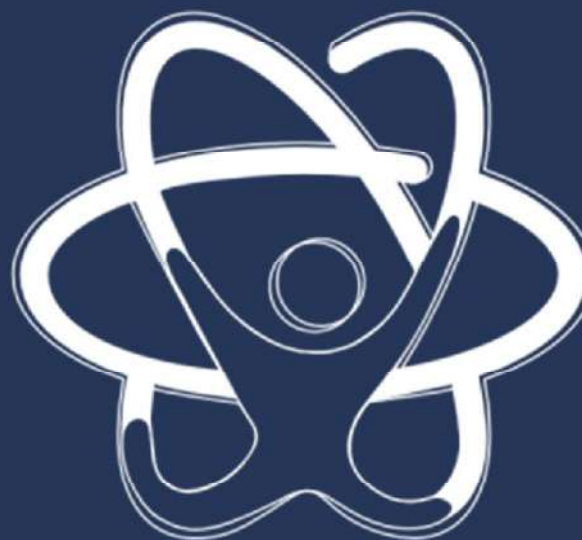
VII

Fórum Científico da Fema - Anais

de 13 a 17 de outubro

Semana Nacional de Ciência
e Tecnologia

2014



*Ciência e tecnologia para o desenvolvimento
social*

- Ciências Gerenciais
- Comunicação
- Direito
- Enfermagem
- Informática
- Química



VII

FÓRUM CIENTÍFICO DA FEMA – ANAIS

SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2014



CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COORDENAÇÃO: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS – IMESA

OUTUBRO/2014

FICHA CATALOGRÁFICA

F745a Fórum Científico Fema (VII.: 2014: Assis, SP)
Anais [recurso eletrônico] / VII Fórum Científico Fema, 13,
14, 16, 17 out em Assis, SP. – Assis, Fema, 2014.

184 p.

Evento participante da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: ciência e tecnologia para o desenvolvimento social, 2014. Realização: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Disponível em:

<http://www.fema.edu.br/index.php/forumcientificocat.html>

1. Iniciação científica. 2. Pesquisa científica. 3. PIC. I. Título

CDD 001.4

Dirigentes

Presidente do Conselho Curador
Ulysses Telles Guariba Netto

Diretor Executivo
Prof. Me. Eduardo Augusto Vella
Gonçalves

Diretor do IMESA
Prof. Me. Eduardo Augusto Vella
Gonçalves

Vice Diretora do IMESA
Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Coordenadores de Curso

Ciências Gerenciais
Prof. Me. João Carlos da Silva

Comunicação Social
Profa. Me. Ana Luisa Antunes Dias

Direito
Prof. Me. Gerson José Beneli

Enfermagem
Profa. Esp. Rosângela Gonçalves
da Silva

Informática
Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de
Souza Poletto

Química
Profa. Me. Gilcelene Bruzon

Comissão Organizadora

Presidente
Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de
Souza Poletto

Coordenação Geral
Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Setor de Eventos
Elisângela Aparecida Congiu

Cepein
Centro de Pesquisas em
Informática

Artes Gráficas

Agência Geração
Propaganda/FEMA
Ministério da Ciência e Tecnologia

Foto da capa
Fernando Vieira

Revisão Textual e Diagramação

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de
Souza Poletto
Profa. Dra. Márcia Valéria Seródio
Carbone
Prof. Me. Sidney de Paulo

Sumário

Ciências gerenciais

Redução de custos e seu impacto na gestão de estoques **12**
Willian da Silva Barbosa e Osmar A. Machado

Integração entre marketing digital e CRM **16**
Ana Carolina Manfio S. Pontes e Osmar A. Machado

Comunicação

O efeito da publicidade online nas mídias sociais **19**
Dayane Natsumi Correia Kawamura e Maria Lídia de Maio Bignotto

As diferentes representações da vaidade no romance e no cinema **22**
Tatiele Novais Silva

Planejamento estratégico de comunicação para empresa **25**
Gabriele Regina da Silva, Paula Burali Rodrigues,
Raissa Sachelli Cabral, Valdinei Muniz, Maria Lídia de Maio Bignotto

Análise da coluna departamento de
anúncios plagiados de 'O Pasquim' nos anos 1970 **27**
Ariane Souza Nunes

Direito

Precisamos falar sobre o Kevin:
casos de psicopatia infantil na vida real **31**
Laura Conde Morales e Dra Elizete Mello da Silva

Novas tecnologias ante a proteção consumerista:
uma análise da responsabilidade civil pelo risco do desenvolvimento **33**
Vitor de Medeiros Marçal

A possibilidade de equiparação do sinal de tv
a cabo ao conceito de energia para configuração do furto **36**
Douglas Yoshio Hirai

Análise comparada do direito do trabalho do Brasil e Japão **38**
Cássio Yuzo Shiraishi

Perfil socioeconômico, jurídico e religioso do menor infrator em Assis **39**
Camila Silva Candido e Me. Cláudio José Palma Sanchez

| | |
|---|----|
| A infância vitimizada por abusos sexuais Isabella Marinho Fontana | 41 |
| Consolidação dos orçamentos públicos dos municípios integrantes do CIVAP (Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema) Antonio Alves de Souza e Eduardo Augusto Vella Gonçalves | 43 |
| Direito à educação: uma reflexão acerca das políticas públicas voltadas à leitura Cecília Barchi Domingues, Eliane Ap. Galvão Ribeiro Ferreira e Márcia Valéria Seródio Carbone | 45 |
| A seletividade penal na definição do usuário e do traficante de drogas na aplicação da lei 11.343/06 Bruno Dorini de Oliveira Carvalho Rossi | 47 |
| A política criminal praticada pelo Estado Caio Augusto Baptistella Maia | 49 |
| A suspensão do direito ao sufrágio para condenados em contraste com os princípios da individualização da pena, da proporcionalidade e das garantias constitucionais da cidadania e dignidade humana Angelita Raquel Cardoso e Prof. Me. Maria Angélica Lacerda Marin Dassi | 51 |
| Medida de segurança detentiva Samantha Tawane de Lima e Maria Angélica Lacerda Marin | 54 |
| Judicialização da educação Aline Albieri Francisco e Antonio Carlos Ferreira do Amaral | 56 |
| Breve discussão acerca da aplicabilidade do depósito recursal às microempresas e às empresas de pequeno porte Vitor Guadanhin Pereira do Carmo e Leonardo De Gênova | 58 |
| Tutela de evidência como instrumento de efetivação dos direitos trabalhistas Guilherme Domingos de Luca e Antonio Carlos Ferreira do Amaral | 60 |
| As gerações do direito e as novas perspectivas jurídicas da era digital Kely Francelino Soares e Dra. Elizete Mello da Silva | 63 |
| Tribunal do Júri Gustavo Gomes Silva | 65 |
| Proteção ao trabalhador e salubridade laboral Guilherme Domingos de Luca e Antonio Carlos Ferreira do Amaral | 67 |
| O processo de globalização e o direito penal do inimigo Isabela Ferreira Barbosa | 69 |
| Progressão de regime, indultos, livramento condicional | |

| | |
|--|-----|
| e saída temporária: objetivos e resultados em nossa sociedade Guilherme Manoel da Silva e Maria Angélica Lacerda Marin Dassi | 71 |
| Estudo sobre os apoios legais e a qualidade de vida das pessoas com deficiência Isadora Antunes Dias Malta | 73 |
| Sistema penal comparado e suas nuances Bruno Alves Palomares | 75 |
| Direitos Humanos no debate internacional sobre a paz e a guerra Bárbara Paes Manfio | 77 |
| Enfermagem | |
| Conhecendo o perfil dos cuidadores de idosos brasileiros Sabrina Pereira Campos Tozo e Maria José Caetano F. Damaceno | 81 |
| Conhecendo os aspectos acerca da violência contra o idoso brasileiro Amanda Lemes de Abreu e Maria José Caetano Ferreira Damaceno | 84 |
| Nanotecnologia para o cuidado em enfermagem Ana Paula Carvalho Cassiano e Luciana Pereira Silva | 87 |
| A interface do tratamento do dependente químico e as relações familiares Cássia Cristina do Nascimento Lins, Fernanda Cenci Queiroz e Maria Eliezzete Mello | 89 |
| Anfetaminas x direção de veículos automotores Celio Ricardo de Oliveira Lopes e Edmar Venturoso | 92 |
| Capacitação do educador infantil pelo profissional da enfermagem na prevenção de acidentes Luciana Pereira Silva e Narayane Alves dos Santos | 94 |
| Fatores de trauma ocular que ocasionam o descolamento de retina: um estudo bibliográfico Andréia Cassemiro Castela e David Lucio de Arruda Valverde | 97 |
| Dificuldades de adesão ao tratamento pelos pacientes hipertensos: um estudo bibliográfico Ana Carolina Gonçalves Cassemiro e Maria José Caetano F. Damaceno | 100 |
| Ações de enfermagem realizadas no pré-natal no acompanhamento da pré-eclâmpsia Naiara Salvi Rosisca e Adriana Avanzi Marques Pinto | 104 |
| Educação em saúde: construção de material educativo para idosos sobre interação medicamentosa Vanessa Ramos da Silva Lopes e Luciana Pereira Silva | 107 |

Informática

- Desenvolvimento de *Data Warehouse* com aplicação gerencial e comercial integrado ao *Business Intelligence* **110**
Paulo Roberto Sabino Nagaye e Marisa Atsuko Nitto
- Um objeto de aprendizagem para o ensino de árvores binárias **113**
Alexandre Ribeiro e Luiz Ricardo Begosso
- GEH – Sistema de Gerador de Erro Humano **115**
Marcos Roberto A. Medeiros e Luiz Carlos Begosso
- Objeto de aprendizagem para o ensino de classificação **118**
Miguel Ramsauer Neto e Luiz Ricardo Begosso
- Ensino através da realidade aumentada e de mapas conceituais **119**
Alyne Dayana da Costa Mascareli e Luis Carlos Begosso
- Objetos de aprendizagem para uso no ensino/aprendizagem de inglês técnico: uma pesquisa de campo **121**
Filipe Baptistella Maia e Elaine Carneiro D. Sant’Anna
- Um objeto de aprendizagem para o ensino de computação **123**
Rafaela M. dos Santos e Luiz C. Begosso
- Desenvolvimento de Aplicações em Nuvem usando conceitos de Tecnologia Adaptativa **125**
Joel Rodrigues Alvares Leal e Almir Rogério Camolesi
- Implementação de projeto em *Google Android* para gestão de tratos culturais **127**
Kleber Aparecido de Souza Domingos e Guilherme de Cleve Farto
- Aprendizagem colaborativa por meio de *Social Media* e *E-Learning* **129**
Jefferson Simão Gonçalves e Guilherme de Cleve Farto
- Protótipo de ambiente inteligente baseado em *Raspberry PI*, *Web* e *Mobilidade* **132**
José Guilherme Vitoratto e Guilherme de Cleve Farto
- Desmistificando o mundo do *Big Data* **135**
Angelina Cassia De Pedri e Alex Sandro Romeo de Souza Poletto
- Python* como ferramenta para ensinar programação de computadores **137**
Ray Toti Felix de Araujo e Luiz Carlos Begosso
- Lógica Fuzzy*: uma aplicação na área da saúde **139**
Gabriel Rodrigues dos Santos e Almir Rogério Camolesi
- Perícia digital como ferramenta auxiliar na solução de cibercrimes **141**
André Luiz Fernandes e Fábio Eder Cardoso

| | |
|--|-----|
| Conceitos de educação ambiental e sustentabilidade aplicados em jogos utilizando computação perceptiva Francisco Modotti Júnior e Guilherme de Cleva Farto | 144 |
| Estudo comparativo entre protocolos de roteamento RIP e OSPF Júnior Aparecido Rodrigues da Cruz e Fábio Eder Cardoso | 147 |
| Gestão de projetos: um estudo na cidade de Assis Lucas Alessandro Furlaneto Silvério e Osmar Aparecido Machado | 150 |
| Química | |
| Obtenção e caracterização de filmes biodegradáveis pelo <i>Método de Casting</i> utilizando diferentes fontes de amido e glicerol residual como elemento plastificante Jessica Caroline Toledo Oliveira, Gilcelene Bruzon e Mary Leiva de Faria | 152 |
| Produção de biogás a partir da vinhaça Renata Funchal da Silva Costa e Me. Patricia Cavani Martins de Mello | 155 |
| Extração de corantes naturais Fernanda Messias Rodella e Silvia Maria Batista de Souza | 157 |
| Determinação espectrofotométrica de flavonóides totais presentes nas folhas de <i>Ruta Graveolens</i> Camila dos Santos Padovani Ribeiro, Mary Leiva de Faria e Idécio Nogueira dos Santos | 160 |
| Pesquisa de corantes orgânicos artificiais em bebidas não alcoólicas dos tipos suco, néctar e refresco Gabriela Aparecida de Araújo Pereira e Patrícia Cavani Martins de Mello | 163 |
| Estudo da incorporação de nanocápsula em filme de látex Camia Eugênia dos Reis, Silvia Maria Batista de Souza e Rondinelli Donizetti Herculano | 166 |
| Extração e quantificação de antocianina em fruta e polpa de morango Adriana Luiza Ferreira e Prof. ^a Me. Elaine Amorim Soares Menegon | 169 |
| Contaminação microbiológica em sala de espera de consultórios médicos. Tiago Fidemann e Gilcelene Bruzon | 171 |
| Filmes protéicos de lactossoro bovino e glicerol no recobrimento e conservação de uvas André Luiz Ferrer Domenciano e Silvia Maria Batista de Souza | 174 |
| Ação para diminuição dos resíduos sólidos depositados no aterro em valas do município de Maracáí/sp Andreia Bungenstab e Gilcelene Bruzon | 176 |

Produção de nanocápsulas de PLA

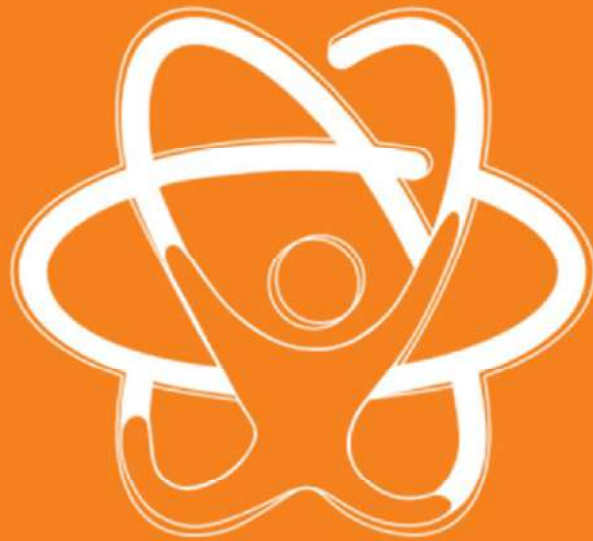
Gustavo Pinheiro Camilo e Silvia Maria Batista de Souza

179

Avaliação Higiênico-Sanitária das Mãos de Alunos
de uma EMEI na cidade de Assis/SP

Paula Consoli Ireno Franco, Patrícia Cavani Martins de Mello,
Juliana Rodrigues Baracho e Tainara Maira da Anunciação Ribeiro

181



CIÊNCIAS GERENCIAIS

REDUÇÃO DE CUSTOS E SEU IMPACTO NA GESTÃO DE ESTOQUES

Willian da Silva BARBOSA¹; Osmar A. MACHADO²

^(1,2) IMESA – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis; Assis – SP; Brasil

Willian.Barbosa@raizen.com, osmar@femanet.com.br

A gestão de estoque hoje é vista como fator determinante de redução de custos. Sendo responsável pela manutenção e controle dos estoques, a Gestão de Estoque trata-se de um conjunto de atividades que visa ao pleno atendimento das necessidades da empresa, com a máxima eficiência e o menor custo, através do maior giro possível para o capital investido em materiais (VIANA, 2000).

Difícilmente uma empresa se mantém sem possuir algum tipo de estoque e para cada empresa se enquadra um tipo específico e eles podem ser representados de diversas maneiras, como estoque em consignação, em trânsito, obsoleto, mínimo e máximo. A gestão de estoque é a função responsável pela movimentação física e financeira de qualquer bem em poder da empresa. Os materiais estocados sem consumo não geram rentabilidade à empresa, pois estes ficam estagnados.

Além disso, cada material possui um custo, representado pelo valor de sua aquisição. Se o mesmo não se movimentar, o valor investido também não se movimenta. Sendo assim, a empresa está perdendo investimento e gerando mais custos com o tempo que o mesmo permanece nas prateleiras.

A importância do controle dos custos de estoque em uma empresa pode ser um fator de garantia de vantagens ou riscos. Todo estoque gera custos e o conhecimento do real impacto dos custos agregados aos materiais estoqueados é de fundamental importância, pois estes irão evidenciar a eficácia ou não da gestão empregada.

Os custos de transportes são inevitáveis para empresas que estocam materiais. A grande dificuldade de se controlar as atividades logísticas está ligada à alta geração de custos indiretos (avarias, desperdícios, ineficiências e redundâncias). A redução de custos dos estoques geralmente está associada com os níveis de estocagem e os altos volumes de materiais com baixos índices de consumo.

Entretanto, existem outros meios para se conseguir mais eficiência na gestão de materiais, tais como estabelecer parcerias com fornecedores, implementar lotes mínimos de compras, gerenciamento da curva ABC, dentre outros.

Estudo de Caso

A Empresa X, assim denominada para preservar a sua identidade real, era considerada de pequeno porte. Em pouco tempo, a empresa transformou-se em uma organização de grande porte e passou por significativas mudanças, resultando em oportunidades, benefícios e desafios.

Iniciada a padronização dos processos a fim de sanar problemas relacionados à gestão de estoques, o primeiro passo foi a reestruturação da filosofia da empresa, no sentido de unificar os ideais em um princípio, ou seja, o modelo de gestão inovadora. O objetivo principal era a redução de estoques e os custos de capital investido em materiais que não possuíam rotatividade e saneamento dos estoques obsoletos e sem consumo.

Impactos da redução dos estoques

A visão de saneamento pelos gestores era a redução dos níveis de estoques e seus custos de forma saudável, ou seja, sem impactar no processo produtivo e no atendimento das demandas. Porém, a necessidade de redução do valor do estoque teve um prazo curto estipulado pela organização e ao invés de estimular os colaboradores, fez com que desencadeassem o desespero para atingir as metas estabelecidas, que apesar do curto prazo, se posicionavam um pouco distante da realidade.

A separação dos itens identificados como obsoletos e a seguida transferência destes materiais entre unidades do mesmo grupo que possuíam consumos dos mesmos, foi a primeira metodologia adotada para atingir as metas estipuladas. Isso infelizmente acabou gerando uma alta rotatividade desnecessária de materiais entre as unidades do grupo,

pois a venda entre estas unidades faziam com que os indicadores demonstrassem aumento no giro do estoque, manipulando os indicadores.

Com o aumento da rotatividade dos materiais veio o de custos com transportes e pedidos. A empresa, no primeiro momento, reduziu seu nível de estoques, entretanto não obteve êxito na redução de custos, pois houve somente transferências. Observou-se uma redução de custos de estocagem, porém com aumento nos logísticos e de geração de pedidos.

Ao identificarem esse impasse, a empresa optou por cada unidade sanear seus estoques de forma individual, procurando fornecedores externos, vendendo estes materiais em leilões a preços até 50% abaixo do valor médio. Essa medida mostrou-se pouco eficaz, mas impediu a geração de maiores custos já que o comprador seria responsável pelo transporte dos lotes adquiridos.

Resultados

A Empresa X ainda está em processo de mudança, na busca de melhoria na gestão dos estoques e na redução dos custos. O foco agora é manter os níveis de controle estáveis para que não sofram novamente com o mesmo problema. Novos meios de controle e avaliação de desempenho estão sendo desenvolvidos e assim, a organização se mantém com níveis de estoques mais baixos, com menores investimentos em materiais e maior sinergia entre as unidades.

O nível de materiais obsoletos reduziu em 40%, porém ainda há muito trabalho a ser realizado. Com a redução dos níveis de estoques, a competitividade da organização melhorou, gerando assim maior força de mercado para investimentos na produção e geração de novos métodos de fabricação de produtos a partir de novas fontes.

Considerações Finais

O exercício da redução dos custos de estocagem está operante em todas as empresas que adotam este tipo de controle. Com toda essa preocupação, a empresa não poderá se levar pelo fator importantíssimo que é a redução e esquecer-se do fator principal pelo qual a empresa se mantém: o suprimento das demandas. O controle e a análise crítica dos estoques devem ser constantes e sempre renovar a procura por meios de reduções

saudáveis, a fim de garantir melhor performance, atendendo as demandas e gerando lucros por meio das metas atingidas.

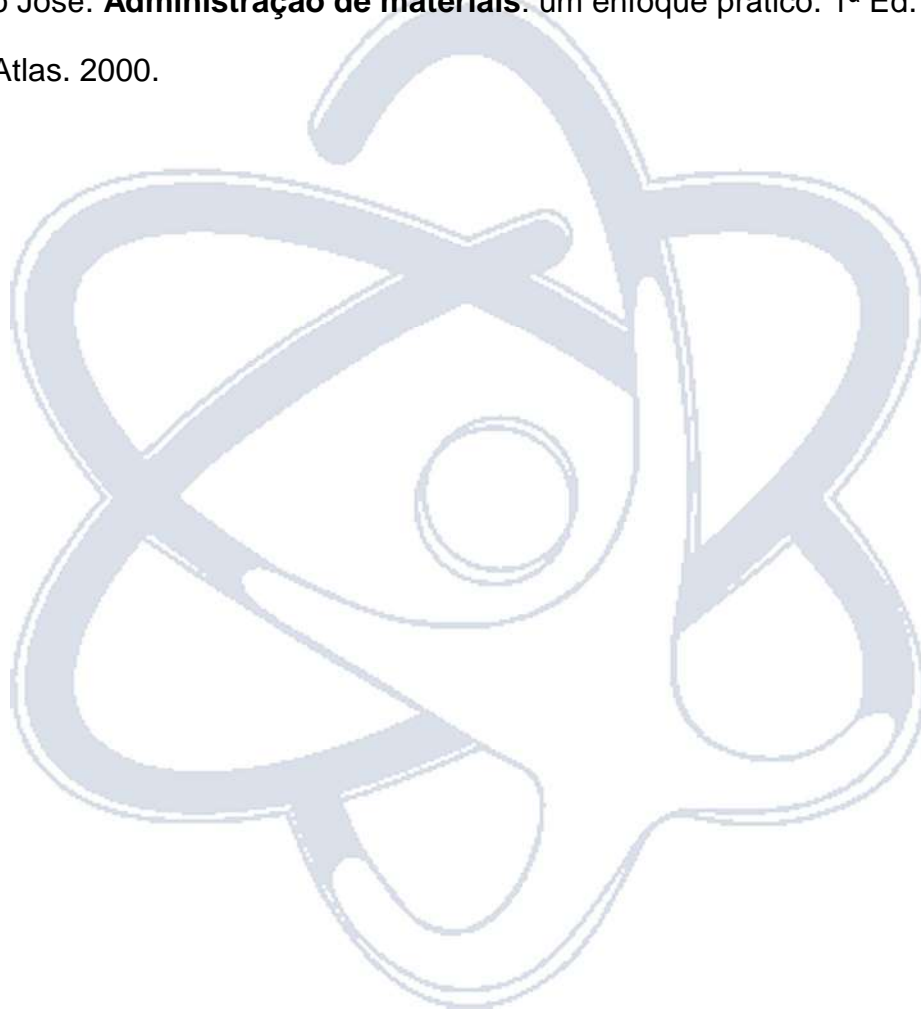
Referências

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais: Uma Abordagem Logística**. 4ª Ed. 1993. São Paulo: Atlas, 1993.

FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de materiais e do Patrimônio**. 1ª Ed. 2004. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

VIANA, João José. **Administração de materiais: um enfoque prático**. 1ª Ed. 2000.

São Paulo: Atlas. 2000.



INTEGRAÇÃO ENTRE MARKETING DIGITAL E CRM

Ana Carolina Manfio S. PONTES¹; Osmar A. MACHADO²

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA

aninhamanfio@hotmail.com, osmar@femanet.com.br

Este estudo, alinhado com as tendências de mercados atuais, entende que as organizações, aplicando os conceitos e técnicas utilizadas pelo marketing digital, podem ampliar a qualidade do relacionamento com os seus clientes. Isto pode representar o diferencial de competitividade para algumas organizações, em que a qualidade dos produtos e serviços pouco diferencia entre si na era digital.

A internet pode ser um canal de estreitamento das relações com cliente. É possível que as relações por meio dela sejam tão boas ou mesmo melhores que a relação presencial. Isto requer ousadia e estratégias por parte das organizações. Nesse sentido, o CRM (*Customer Relationship Management*) tem sido utilizado pelas empresas para designar as ações relacionadas ao gerenciamento do relacionamento com o cliente, com o objetivo de cativá-lo. Mais do que brindes, descontos ou promoções especiais, o CRM busca a satisfação total do cliente, prevendo vontades e necessidades, por meio de atendimento de boa qualidade, adequando, quando necessário, o produto.

Neste início de século, a internet deixou de ser apenas um instrumento para pesquisa e acesso a informação e comunicação. Devido à globalização e aos avanços tecnológicos, as operações via internet oferecem a cada dia uma ampla variedade de recursos e serviços, como as vendas, que vem continuamente se reinventando por meio das oportunidades na rede. Estas possibilidades têm conduzido as empresas a adotarem novas estratégias de marketing, de divulgação de seus produtos e/ou serviços.

O Marketing Digital pode ser considerado uma destas estratégias. Isto é, o marketing tradicional foi adaptado para os meios digitais. Inúmeras são as vantagens de usar a internet como meio de divulgação, como, por exemplo, a acessibilidade.

Os produtos disponibilizados podem ser acessados durante as 24 horas do dia, com baixos custos de divulgação, maior interatividade com os clientes, além da personalização e individualização dos anúncios.

Mas, mesmo com todas essas vantagens, o potencial do Marketing Digital não é ainda explorado em sua totalidade pelas organizações, principalmente no quesito relacionamento com o cliente. O relacionamento com o cliente sempre foi um dos principais aspectos que impactam no sucesso ou fracasso das vendas tradicionais, por isso as organizações, ao longo do tempo, têm realizado investimentos significativos em ações que visem desenvolver e implementar o Marketing de Relacionamento. Em outras palavras, são estratégias utilizadas pela área de marketing a fim de manter vínculo estreito ou parceria com clientes e conseguir a lealdade e fidelidade dos mesmos.

Neste sentido, este estudo investiga os aspectos do marketing de relacionamento dentro do marketing digital. Serão abordados os meios para que as empresas mantenham o relacionamento com o cliente, fidelizando e atendendo ao máximo as suas necessidades, explorando em toda sua capacidade os recursos da internet.

Referências

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6ª Edição. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

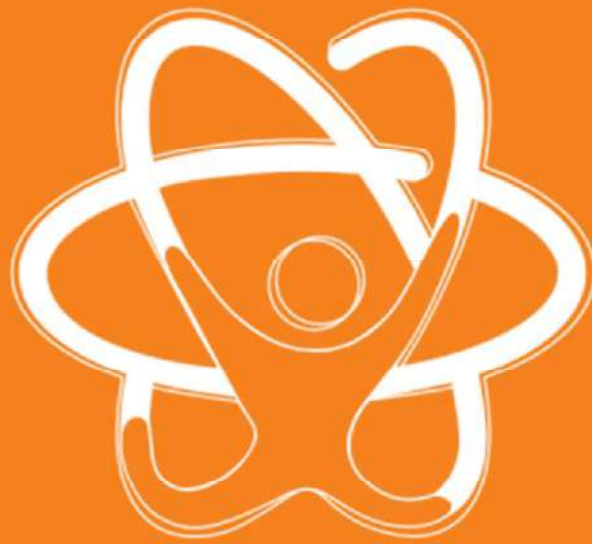
DRUCKER, Peter. **Administração: responsabilidades, tarefas e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1975

GIOIA, Ricardo M. **Marketing: perspectivas e tendências**. São Paulo: Saraiva. Coleção de Marketing; v.4, 2010.

GIOIA, Ricardo M. **Marketing: conceitos básicos**. São Paulo: Saraiva. Coleção de Marketing; v.1, 2010.

MADRUGA, Roberto. **Guia de implementação de marketing de relacionamento e CRM**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VAVRA, Terry G. **Marketing de Relacionamento after marketing**. São Paulo: Atlas, 1993.



COMUNICAÇÃO

O EFEITO DA PUBLICIDADE ONLINE NAS MÍDIAS SOCIAIS

Dayane Natsumi Correia KAWAMURA¹; Maria Lúcia de Maio BIGNOTTO²

¹ Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

² Professora Me. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

daykawamura@gmail.com, dantibig@femanet.com.br



Figura 1

A internet e suas mídias sociais têm seu grande papel em divulgar as publicidades online, e vêm obtendo cada vez mais um retorno positivo dos consumidores. Como mostra um levantamento feito pelo Ibope, campanhas on-line partindo de blogs ou outras redes sociais podem ter um impacto 500 vezes maior do que se as mesmas partissem dos sites das próprias empresas. Assim, se manifesta o interesse das empresas em divulgar publicidades do seu produto ou serviço neste meio de comunicação que cresce cada dia mais.

No Brasil, o mercado publicitário na Internet em 2013 atingiu 25,9% de crescimento e obteve aproximadamente R\$ 5,75 bilhões, consolidando-se como o segundo maior meio em participação no bolo publicitário, ultrapassando jornais e ficando atrás apenas da TV. Segundo a projeção do IAB (Interactive Advertising Bureau), as estimativas apontam que o investimento em publicidade online deve crescer ao menos 25% em 2014 e no Brasil este crescimento deverá movimentar mais de R\$ 7 bilhões em compra de mídia projetada.

Percebe-se então que a publicidade tem um papel importante na vida dos indivíduos, que procuram cada vez mais terem experiências de compra online. Dessa forma, estando em

evidência, as publicidades online devem demonstrar total confiança aos consumidores já que as pesquisas feitas pela Nielsen, mostram que 43% dos consumidores costumam pesquisar na internet, antes de realizarem uma compra.

Para Mark Zuckeberg (2013), um dos fundadores do facebook,

As ações sociais são poderosas porque elas agem como referências confiáveis e reforçam o fato de que as pessoas influenciam pessoas. Não é mais apenas sobre as mensagens que são transmitidas pelas empresas, mas cada vez mais sobre a informação que é compartilhada entre amigos.

Para dar veracidade a esta afirmação, foi feita uma pesquisa online, junto a empresas, que utilizam essas mídias sociais, para saber qual importância deste meio, no qual ficou claro a preocupação das empresas em passar uma boa imagem, como cita a Empresa 1:

Nossas mídias sociais são uma vitrine dos nossos produtos. Através desses canais, divulgamos a marca, contamos uma história e procuramos passar a filosofia da marca e o espírito da coleção atual, pois é através do bom relacionamento com eles que divulgamos nosso trabalho e ganhamos credibilidade. Damos extrema importância ao feedback e encorajamos nossos clientes a sempre fazê-lo. É através desse feedback que conseguimos medir nossos serviços, melhorá-los e otimizar nosso relacionamento com os clientes.

Mesmo com o surgimento dessa nova cultura digital, será necessário que o consumidor continue sempre averiguar e observar, optando sempre por produtos ou serviços de mais credibilidade e também que as empresas continuem respeitando-os, se mantendo transparentes e éticos com seus consumidores, assim mantendo um elo de confiança com os consumidores, a fim de obterem um feedback positivo.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAH, George. **O Mundo Segundo Mark Zuckerberg - As Frases Mais Inspiradoras do Gênio Por Trás do Facebook**. São Paulo: Elsevier, 2013.

KOTLER, Philip. **Marketing 3.0: As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano**. São Paulo: Campus, 2010.

LINDSTROM, Martin; tradução Marcello Lino. **A lógica do Consumo: verdades e mentiras sobre por que compramos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TORRES, Claudio. **A bíblia do marketing digital**. São Paulo: Novatec, 2009.



AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DA VAIDADE NO ROMANCE E NO CINEMA

Tatiele Novais SILVA¹

Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”

tatiele_ns@hotmail.com

A presente comunicação se propõe a apresentar o estudo da questão dos valores ideológicos e como estes influenciam na estética e no estilo constituintes dos discursos que se manifestam por meio de diferentes gêneros discursivos. O projeto em questão pretende analisar tanto o discurso romanesco de *O Retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde; quanto de duas adaptações, de título homônimo, para cinema, da referida obra, sendo uma de 2009, de Oliver Parker; e outra de 1945, de Albert Lewin.

A personagem Dorian Gray, envaidecida com sua beleza, entra em um processo de decadência devido ao fato de nunca envelhecer. Seu quadro, pintado por Basílio, reflete e refrata suas atrocidades e envelhece em seu lugar. As figuras 1 e 2 são cenas de cada um dos filmes delimitados e representam, cada uma, uma versão do conteúdo do romance. Este descreve o primeiro contato de Dorian com a pintura e os impactos causados na personagem quando a pintura traz e instiga a absorção dos valores instituídos a ele quanto à sua beleza e juventude, bem como a relevância de possuí-las, a ponto de a personagem se desfazer de sua alma em troca da eterna juventude: “Quando o viu, recuou e, por um momento de prazer, as maçãs do rosto empalideceram. Uma expressão de alegria brotou-lhe nos olhos, como se se houvesse reconhecido pela primeira vez” (Wilde, 2010, pag. 41- 42).

A forma e o estilo das três obras são diferentes. Contudo, a situação narrada é semelhante nos três fragmentos destacados. Da mesma maneira, os valores em foco aliados à intenção do autor-criador e às questões a serem levantadas pelo

¹ Bolsista FAPESP 2013/01304-3, Orientanda da Prof^a Dra Luciane de Paula e membro do GED (Grupo de Estudos Discursivos).

leitor/telespectador, em certa medida, são idênticos porque o conteúdo temático é o que, de maneira mais explícita e flagrante, salta aos olhos harmonicamente - seja na figura 1, pelo toque da mão de Dorian no quadro; seja na figura 2, pela posição fixa e compenetrada da personagem na pintura, a fim de retratar a fascinação deste com a própria beleza. A atemporalidade da temática vaidade é evidente e retomada em cada uma das obras, como conteúdo a ser pintado/narrado/encenado, logo, pensado e questionado.



Figura 01: Cena em que Dorian Contempla seu retrato na obra de Oliver Parker (2009).



Figura 02: Cena em que Dorian Contempla seu retrato na obra de Albert Lewin (1945)

O que norteia a reflexão do projeto é a temática vaidade humana, uma vez que ela é central nos três textos que compõem o *corpus* da pesquisa. Por meio dela, é possível refletir acerca do quanto a linguagem é ideológica e, nas palavras do filósofo russo (Bakhtin), “reflete e refrata” valores sociais como representação em sua semiose, figurativizada de maneira diferente em cada obra, decorrente, tanto do estilo de cada autor-criador quanto da diferença de tempo-espaço (cronotopo) de cada produção, em especial, ao se levar em consideração que se tratam de gêneros discursivos (literatura – romance; e cinema – filme) distintos. A relevância do projeto justifica-se por tentar

proporcionar um estudo reflexivo acerca da dialogicidade da linguagem que possa contribuir com os estudos contemporâneos do discurso e do gênero.

A ideia central é refletir acerca de valores sociais coletivos e individuais por meio da análise dos elementos linguísticos e translinguísticos dos discursos elencados como *corpus* da pesquisa, fundamentados nas concepções de diálogo, discurso, sujeito, cronotopo, signo ideológico e gênero da filosofia dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin. Acredita-se que tal pesquisa possibilite maior compreensão acerca da forma específica de realização de atos discursivos estilísticos de cada obra e de suas relações dialógicas.

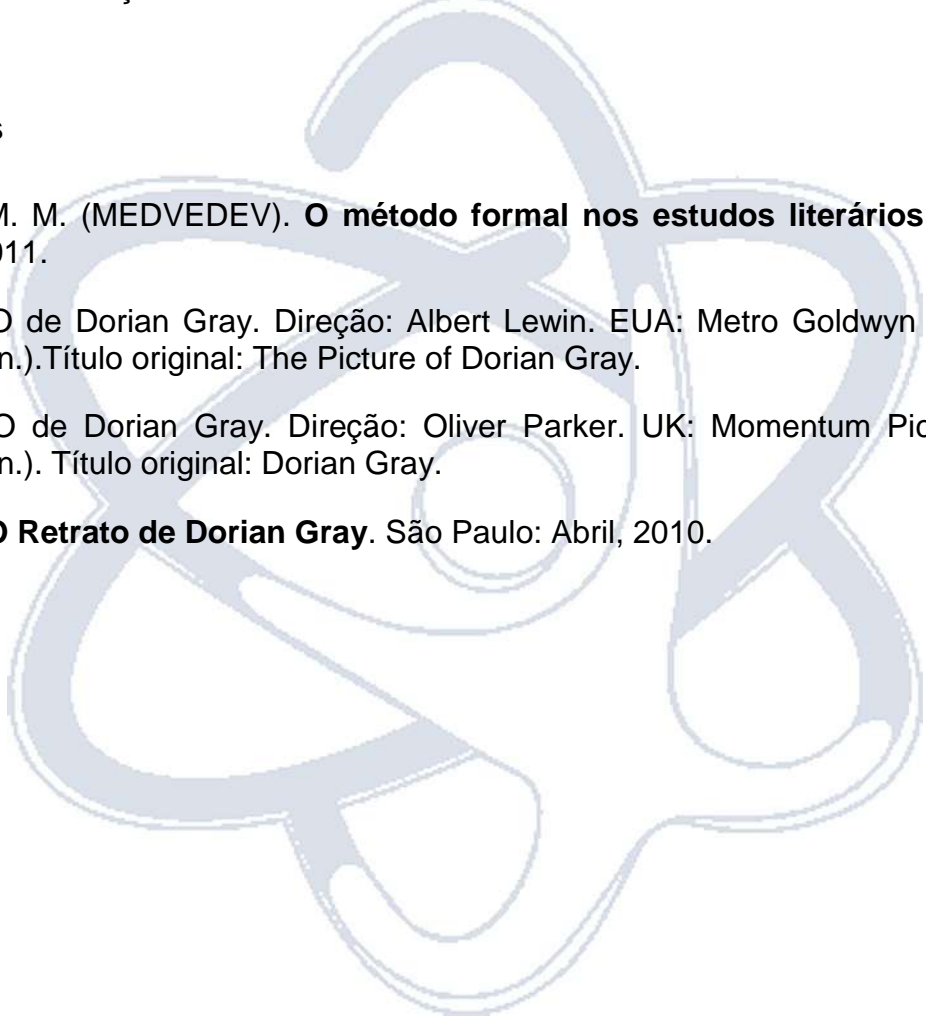
Referências

BAKHTIN, M. M. (MEDVEDEV). **O método formal nos estudos literários**. São Paulo: Contexto, 2011.

O RETRATO de Dorian Gray. Direção: Albert Lewin. EUA: Metro Goldwyn Mayer, 1945. DVD(110 min.). Título original: The Picture of Dorian Gray.

O RETRATO de Dorian Gray. Direção: Oliver Parker. UK: Momentum Pictures, 2009. DVD(112 min.). Título original: Dorian Gray.

WILDE, O. **O Retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Abril, 2010.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO PARA EMPRESA

Gabriele Regina da SILVA¹; Paula Burali RODRIGUES²; Raissa Sachelli CABRAL³; Valdinei MUNIZ⁴; Maria Lúdia de Maio BIGNOTTO⁵

(1,2,3,4) Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

⁵ Professora Me. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

gabrieleregina.silva@gmail.com, brida107@hotmail.com,
raissa_scabral@hotmail.com, valdinei_muniz@hotmail.com,
dantibig@femanet.com

Será elaborada uma campanha publicitária para a empresa *Lava Rápido do Virlei*, situada desde 1997 na cidade de Assis - SP. A empresa está voltada para a prestação de serviço de limpeza de automóveis, com lavagem interna e externa de carros, motos, utilitários, etc.

Agregando os conhecimentos dos anos de graduação, a *Agência Loop Comunicação*, criada durante o curso de Comunicação Social – com Habilitação em Publicidade e Propaganda, para desenvolver trabalhos acadêmicos, sempre respeitando às normas e ética da Instituição, pretendemos concluir este trabalho com dedicação e responsabilidade, visando obter bons resultados.

Já se foi a época que sinônimo de carro sujo era passar o final de semana com um balde de água na mão e o sabão em outra. Atualmente, as principais cidades do país, possuem lava rápidos de todos os tipos e tamanhos, localizados em postos de gasolina, estacionamentos, anexos a supermercados e em pontos referenciais.

Ressaltamos que o mercado automobilístico é um dos mais movimentados no Brasil, e que possuir um veículo além de ter grande relação com status social, também tornou-se item de necessidade e o hábito de mantê-los limpos virou ato cultural entre os brasileiros.

Seguindo esta linha de raciocínio, o microempresário Virlei estabeleceu sua participação neste mercado e há quase dezoito anos abriu sua microempresa.

Mesmo com atuação de anos no mercado, identificamos a carência de estratégia de comunicação na empresa referida e, conseqüentemente, uma estagnação na procura da prestação de seus serviços. Segundo o consultor e autor, Norival Lucio Junior,

Com uma estratégia definida é possível visualizar como sua empresa pretende alcançar seus objetivos. Deve ser específica, mensurável, factível, realística e com tempo determinando de início e fim. Se sua empresa não tem estratégias compreensivas, ratificadas e publicadas, certamente ela está sem rumo e, sem dúvida, seus investimentos estão saindo pelo ralo.

Exatamente por isso, optamos realizar este trabalho com a empresa *Lava Rápido do Virlei*, pois acreditamos que uma boa estratégia de comunicação poderá alavancar os lucros da empresa e mostrar bons resultados. O intuito principal é elaborar uma campanha publicitária de acordo com a demanda deste mercado competitivo, porém sem esquecer-se das limitações do nosso cliente.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.

RODRIGUES, Cristiano B. **Planejamento de Campanha Publicitária**: O passo-a-passo que ninguém segue. Editora Barauna.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**: Fundamentos e aplicações. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

JR, Norival Lucio. **Planejamento Estratégico – pequenas e médias empresas**. Disponível em <[HTTP://books.google.com.br/books](http://books.google.com.br/books)>. Acesso em 17 de Setembro de 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 22ª Ed. Editora Atlas, 2005.

ANÁLISE DA COLUNA DEPARTAMENTO DE ANÚNCIOS PLAGIADOS DE 'O PASQUIM' NOS ANOS 1970

Ariane Souza NUNES

FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis – Comunicação Social
com habilitação em Publicidade e Propaganda

arianenunes16@yahoo.com.br

Este trabalho visa analisar a coluna departamento de anúncios plagiados da edição do jornal carioca *O Pasquim*. Em função da Publicidade e Propaganda dos anúncios em plena ditadura militar, o jornal *O Pasquim* teve como função ironizar e satirizar tudo aquilo que era publicado em suas edições.

O Pasquim foi um semanário alternativo brasileiro, de característica paradoxal, editado entre 26 de junho de 1969 e 11 de novembro de 1991, reconhecido pelo diálogo entre o cenário da contracultura da década de 1960 e por seu papel de oposição ao regime militar.

De uma tiragem inicial de 20 mil exemplares, que a princípio parecia exagerada, o semanário (que sempre se definia como um *hebdomadário*) atingiu a marca de mais de 200 mil exemplares em seu auge, em meados dos anos 1970, se tornando um dos maiores fenômenos do mercado editorial brasileiro. A princípio constitui-se em uma publicação comportamental, pois abordava assuntos como sexo, drogas, feminismo, divórcio.

Com o tempo, *O Pasquim* foi se tornando mais politizado à medida que aumentava a repressão da ditadura, principalmente após a promulgação do repressivo ato AI-5. *O Pasquim* passou então a ser porta-voz da indignação social brasileira.

Para a execução desse trabalho e pesquisa foram utilizados 2 exemplares da edição de *O Pasquim*: Antologia volume I e volume II, que mostram as edições do jornal, visando

assim saber e entender o que acontecia na época e entender melhor a ditadura militar no Brasil e o que isso influenciou a mídia.

Pretendeu-se juntamente com a consulta dos materiais acima relatados, promover uma ampla pesquisa a partir de fontes disponíveis na Internet, com o intuito de complementar os materiais coletados, permitindo o confronto entre dados tradicionais e eletrônicos.

No anúncio do cigarro *Presidente*, diz-se que o homem que fuma tal cigarro basta e logo, em seguida, *O Pasquim* satirizou com uma foto de um casal na cama como se não precisasse fazer sexo e a suposta esposa com apelo emocional desalentador amparada pelo balão: “BASTA MESMO?”. A premissa da resposta parece nitidamente negativa.

No anúncio da máquina de escrever portátil *Olivetti*, diz-se que “é pra dar uma *Italiana* pro seu pai”, e, logo abaixo, *O Pasquim* refez esse pensamento de um filho como que oferecendo uma mulher para o pai dele, referindo-se a sua origem italiana.

Em uma análise mais atenta, se observa a suposta vinculação de vulgarização da imagem da mulher ao lado de uma postura social claramente machista, politicamente incorreta (para os dias atuais) porém, aceitável para a conjuntura cultural dos anos 1970.

Por fim, no anúncio do cigarro *Continental*, lê-se a frase que aponta para a preferência do brasileiro cuja correspondência se dá em direção ao consumo do referido produto a base de tabaco. Porém, logo em seguida, *O Pasquim*, ao veicular a foto de um corpo feminino, corrige a mensagem publicitária assim querendo dizer que a preferência dos brasileiros não é exatamente aquilo que se pretendia, a princípio, anunciar.

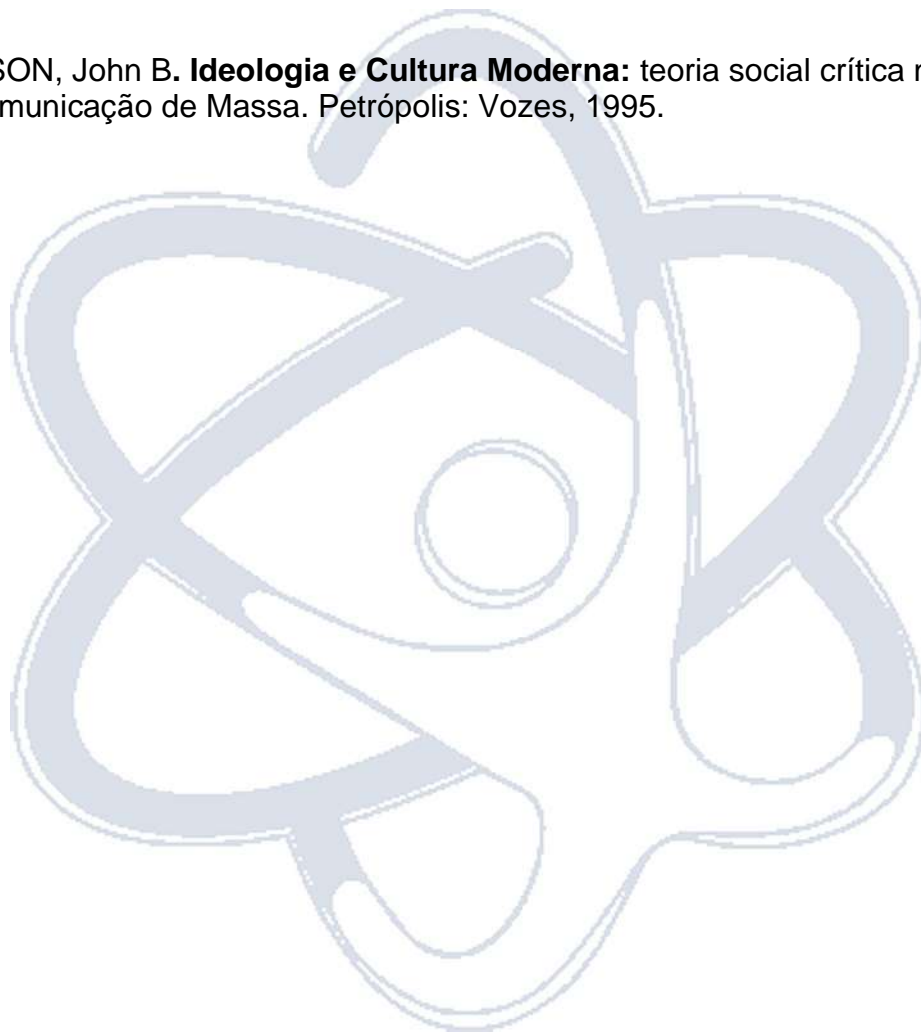
Assim, parte-se do princípio de que a coluna *Assuntos Plagiados* buscava interagir com o leitor na medida em que procurava elementos presentes na publicidade brasileira dos anos 1970, entendendo que por mais que estivessem presentes no cotidiano da cultura do país, determinados jargões e/ou mensagens estavam, mesmo que de modo velado, indicando outras interpretações.

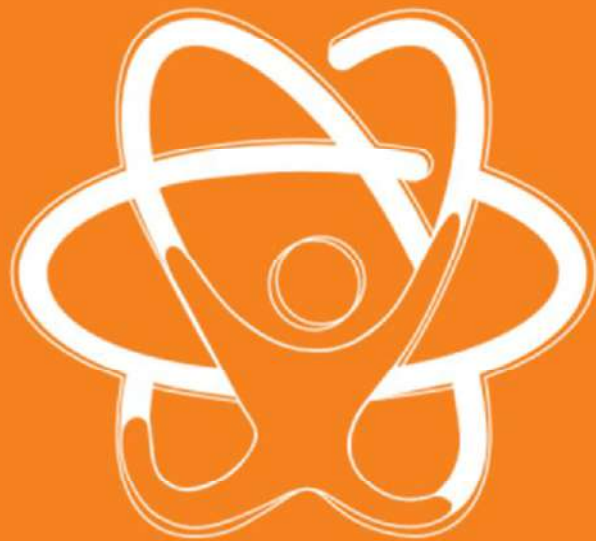
Referências

[1] BRAGA, Jose Luiz. **O Pasquim e os anos 70**: mais pra epa que pra oba. Brasília: Ed UnB, 1991.

[2] JAGUAR, (Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe); Sérgio Augusto. **Antologia do Pasquim**: Volume I. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

- [3] ___ **Antologia do Pasquim**: Volume II. Rio de Janeiro: Desiderata, 2007.
- [4] ___ **Antologia do Pasquim**: Volume III. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.
- ___ **Pasquim: 40 anos**: edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.
- [5] KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. Atelie Editorial, 2001.
- [6] PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- [7] SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- [8] THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.





DIREITO

PRECISAMOS FALAR SOBRE O KEVIN: CASOS DE PSICOPATIA INFANTIL NA VIDA REAL

Laura Conde MORALES¹; Elizete Mello da SILVA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

²Professora Dra. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

laura_182@hotmail.com, dedemelo@femanet.com.br

No decorrer da pesquisa científica apresentada, analisou-se os possíveis casos de psicopatia infantil para discutir a existência do transtorno em crianças e adolescentes cuja personalidade está em formação e questionar os fatores desencadeadores da doença que se apresentam, posteriormente, em um grau maior de desenvolvimento.

Discute-se também se o transtorno decorre de fator genético pré-existente ou se são os fatores externos que contribuem para a aparição de sinais do transtorno, tais como a falta de empatia entre a mãe e a criança, os traumas na infância, bullying, abuso sexual e contato com elementos midiáticos incitadores de comportamento violento.

O título do trabalho refere-se ao livro de Lionel Shiver, posteriormente adaptado para o cinema em 2012, no qual Kevin, personagem fictício, é retratado desde sua infância até a adolescência, na qual comete um massacre na escola em que estuda.

Ao acompanhar o desenvolvimento psicológico de Kevin, o leitor ou espectador pode observar os comportamentos antissociais do personagem e principalmente a tênue relação entre ele e sua mãe. A figura materna é de suma importância para o psicopata e um dos fatores que podem desencadear o transtorno é a falta dessa figura, ou desequilíbrio nessa relação entre mãe e criança.

A punição e tratamento da criança psicopata que comete homicídios com requintes de crueldade e massacres como do caso *Columbine* também são focos da pesquisa, uma vez que há a inimizabilidade dos infratores e grande dificuldade de punição e recuperação do indivíduo, principalmente no Brasil.

A última etapa da pesquisa consiste em um questionário a ser respondido por profissionais da Psiquiatria à respeito do *Transtorno de Personalidade Psicopata* em crianças e adolescentes e as possibilidades de cura e tratamento. Esse questionário mais o próprio corpo da pesquisa serão utilizados para a elaboração da conclusão do trabalho.

Referências

CALDERONI, Vivian. **Adolescentes em Conflito com A Lei: Considerações Críticas sobre a Medida de Internação.** http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/62-ARTIGO. Acessado em 20 de novembro de 2013.

CASOY, Ilana. **Serial Killer: Louco ou Cruel?** 6ª edição. São Paulo: Madras, 2004.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** 2ª edição. Ver. Campinas: VERSUS, 2005

<http://www.institutomarconi.com.br/menores.htm>. Acessado em 19 de novembro de 2013.

MAGID, Ken. **Children of Rage.** HBO, 1992, Estados Unidos.

<http://www.megacurioso.com.br/comportamento/39167-conheca-alguns-dos-assassinos-mais-jovens-do-mundo.htm>. Acessado em 04 de novembro de 2013

<http://super.abril.com.br/cotidiano/anjos-malvados-620216.shtml>. Acessado em 19 de Novembro de 2013

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas- O Psicopata mora ao lado.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Fontanar

SHIVER, Lionel. **"We Need to Talk About Kevin"**. Intrínseca: São Paulo, 2011

NOVAS TECNOLOGIAS ANTE A PROTEÇÃO CONSUMERISTA: UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELO RISCO DO DESENVOLVIMENTO

Vitor de Medeiros MARÇAL

Mestrando em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina/PR

vmmarcal@adv.oabsp.org.br

Mostra-se inegável os avanços e realizações que as modernas tecnologias científicas proporcionam, sejam observadas por uma lente social ou individual². Entretanto, os paradigmas científicos são constantemente rompidos, ocasião em que nascem novas verdades epistemológicas, podendo desvendar equívocos tecnológico/científicos fatidicamente irreversíveis. O presente trabalho tem como finalidade averiguar as consequências geradas, pela ótica consumerista, dos produtos ofertados ao consumidor e que posteriormente, pelo evoluir científico, desvendam-se prejudiciais e danosos a parte vulnerável da relação de consumo. Para tanto, a pesquisa basear-se-á na doutrina especializada e em julgados dos tribunais brasileiros.

O *Código de Defesa do Consumidor* (CDC) explicita nos artigos 12 e 14 que o fornecedor de produtos e o prestador dos serviços respondem independentemente de culpa pelos vícios e defeitos causados ao consumidor, principalmente quando não observa-se os parâmetros mínimos de segurança. No entanto, nalguns casos, a impossibilidade científica de determinar os riscos e os defeitos, conhecidos tempos depois, suscitam questões jurídicas divergentes e complexas, em especial a que diz respeito sobre a exoneração do fornecedor da obrigação de indenizar, nos casos em que a doutrina chama de "risco do desenvolvimento".³ Expressamente, o CDC apresenta três causas

² Cavalieri Filho (2009, p.3) afirma que "o desenvolvimento tecnológico e científico, a par dos incontáveis benefícios que trouxe a todos nós e à sociedade em geral, aumentou ao infinito os riscos do consumidor, por mais paradoxal que isso possa parecer. E assim é porque, na produção em série, um único defeito de concepção ou de fabricação pode gerar riscos e danos efetivos para um número indeterminado de consumidores;

³ Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin (1991, p.67) afirma ser "o risco que não pode ser cientificamente conhecido no momento do lançamento do produto no mercado, vindo a ser descoberto

excludentes da responsabilidade civil, porém, se sabe que os artigos 12 e 14 e seus respectivos parágrafos terceiro, possuem rol meramente exemplificativo.

Assim, a doutrina se mostra divergente quanto a tal excludente, visto que existem consistentes argumentos jurídicos em ambos os posicionamentos jurídicos. Dentre os defensores da responsabilização civil do fornecedor nos casos em que a ciência, somente posteriormente ao defeito/dano consiga concluir por sua inviabilidade, cita-se Cavalieri Filho⁴ (2009, p. 258) e Moreira Thomaz⁵ (2009, p. 241). Por outro lado, afirmando que deve-se eximir o fornecedor do dever de ressarcir o dano ocasionado Ulhoa Coelho (2005, p.276 usque 276)⁶.

Indubitavelmente, ambos os posicionamentos possuem argumentos consistentes, já que enquanto uma se preocupa com os financiamentos das pesquisas científicas e com o aumento do preço injetado no produto e suportado pelo consumidor, defendendo a total exoneração do fornecedor, em sentido inverso, a teoria que refuta qualquer isenção do fornecedor do dever de reparar, afirma que o fornecedor, caso seja responsabilizado, continuará a pesquisar e buscar melhorar seus produtos e serviços, além de afastar o risco de tornar o consumidor um sujeito experimental de produtos em teste. Ademais, outros afirmam que a questão é solucionada expressamente, pelos dizeres do artigo 23⁷ do CDC (SILVA, 2006, p.382 usque 383).

Em que pese a divergência exposta, majoritariamente, a doutrina e a jurisprudência se inclinam no sentido de responsabilizar o fornecedor por danos causados, mesmo que no momento da circulação do produto o mesmo mostrava-se apto e dentro de todas as normas científicas e tecnológicas mais avançadas. E tal pelo fato de ser o CDC de corpo

somente após um certo período de uso do produto e do serviço. É defeito que, em face do estado da ciência e da técnica à época da colocação do produto ou serviço em circulação, era desconhecido e imprevisível.

⁴ Os riscos do desenvolvimento devem ser enquadrados como fortuito interno - risco integrante da atividade do fornecedor -, pelo que não exonerativo da sua responsabilidade;

⁵ Pensamos que, em havendo a ocorrência de danos à saúde e/ou à segurança do consumidor em caso de defeitos até então desconhecidos pelo fornecedor, ainda assim deverá este ser responsabilizado, porquanto o risco do desenvolvimento também constitui risco do negócio, que é inerente à atividade econômica explorada - o que equivale ao fortuito interno;

⁶ Quando cálculos atuariais permitirem constatar que o socorro às vítimas por acidente de consumo originado por riscos de desenvolvimento, não mais comprometeria os investimentos em pesquisa científica e tecnológica, seguir-se-á a transformação da norma jurídica, ou de sua interpretação doutrinária e jurisprudencial, no sentido da responsabilização dos fornecedores também por riscos incognoscíveis no momento da introdução do fornecimento no mercado. Por enquanto, inviabilizado o cálculo empresarial pela inexistência do excedente, o direito deve mesmo excluir a responsabilidade do fornecedor por risco de desenvolvimento;

⁷ A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.

e espírito guardião da parte vulnerável, não permitindo que, entre o dano e o lucros, o último prevaleça.

Referências

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 7. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 561 p. ISBN 978-85-224-4688-9;

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 9. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005-2008. 3 v. ISBN 85-02-05041-9

SILVA, Marco Aurélio Lopes Ferreira da. **Responsabilidade pelo risco do desenvolvimento**. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano VII, Nº 8 - Junho de 2006;

THOMAZ, Afrânio Carlos Moreira. **Lições de direito do consumidor**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 489 p. ISBN 978-85-375-0543-4



A POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DO SINAL DE TV A CABO AO CONCEITO DE ENERGIA PARA CONFIGURAÇÃO DO FURTO

Douglas Yoshio HIRAI

Especializando em Direito Empresarial e Tributário pelas Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente

douglasyoshiohirai@hotmail.com

Este resumo tem como finalidade abordar as questões atinentes ao sinal de TV a cabo para configuração do crime de furto e principalmente em relação a possibilidade de equiparação do sinal de TV a cabo ao conceito de energia trazida pelo *Código Penal* como sendo figura equiparada a coisa alheia móvel. Neste trabalho, foi utilizado o método dedutivo, bem como análise em doutrinas, artigos científicos, jurisprudência, entre outros.

O tipo penal do crime de furto está descrito no art.155 do *Código Penal*, a qual determina que o crime de furto consista na subtração de coisa alheia móvel. A coisa alheia móvel pode ser conceituada como toda substância corpórea, material, suscetível de apreensão e transporte, além disso, é necessário que a coisa alheia móvel tenha algum valor econômico, pois, se ela não tiver, não haverá ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma, qual seja o patrimônio.

O parágrafo 3º do art. 155 do *Código Penal* traz a equiparação da energia elétrica e outros tipos de energia (interpretação extensiva analógica), sendo a principal polêmica em relação ao sinal de TV a cabo, porque para que haja o furto equiparado, o referido sinal deve ser considerado energia.

A jurisprudência pátria é dividida nesse aspecto, ora considerando o sinal como um tipo de energia, e outras vezes, como não sendo, conseqüentemente, levando a atipicidade da conduta. É importante, ressaltar a posição do Pretório Excelso, que ultimamente vem considerando o sinal de TV a cabo como sendo um fato atípico para o furto, uma vez que não há disposição expressa prevendo tal coisa, pois, para ele energia não se confunde

com sinal de TV, e também, não se pode utilizar de analogia para aplicar o crime de furto ao fato não previsto, porque se trataria de analogia *in malam partem*, sendo vedado pelo ordenamento jurídico, uma vez que afronta o princípio da legalidade.

O sinal de TV a cabo não deve ser considerado como energia, pelo fato que a energia se consome, se esgota, sua apropriação implica redução da energia globalmente disponível para a vítima; já o sinal de TV, captado ou recebido ilicitamente, não diminui, não se gasta.

Portanto, o furto de sinal de TV a cabo, amparado na posição do STF, deve ser considerado atípica. Entretanto, as pessoas que realizam esse tipo de conduta não vão se esquivar da responsabilidade seja ela: penal, cível ou administrativa.

Referências

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García-Pablos de. **Direito Penal – Parte Geral, v. 2**. São Paulo: RT, 2007.

MASSON, Cleber Rogério. **Direito Penal Esquemático: parte especial, vol.2**. 4.^a ed. São Paulo: Método, 2012.

PINHEIRO, Emerson Pinto. **Furto de sinal de TV a cabo: Abordagem crítica**. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1182>. Acesso em: 17/09/2014.

SANTIN, Douglas Roberto Winkel. **Da (a)tipicidade do chamado “furto de sinal de TV a cabo” à luz do Direito Penal brasileiro**. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/27321/da-a-tipicidade-do-chamado-furto-de-sinal-de-tv-a-cabo-a-luz-do-direito-penal-brasileiro/1>>. Acesso em: 17/09/2014.

ANÁLISE COMPARADA DO DIREITO DO TRABALHO DO BRASIL E JAPÃO

Cássio Yuzo SHIRAIISHI

Assis/SP

cayushi@gmail.com

O presente trabalho pretende analisar, de forma comparada, os institutos jurídicos trabalhistas do Brasil e do Japão. Os brasileiros residentes no Japão formam a terceira maior colônia de estrangeiros do país, com cerca de 230 a 250 mil pessoas. São os chamados *Dekasseguis*. A emigração *Dekassegui* é resultado da crise econômica financeira dos anos 80, onde os altos índices de inflação e desemprego foram características da época, no Brasil. A instabilidade econômica fez com que muitos descendentes de japoneses fizessem o “retorno” ao Japão. A maioria dessas pessoas vai ao Japão em busca de trabalho e melhores salários. Com tão grande contingentes de brasileiros lá residentes, é necessário entender como funciona o sistema jurídico trabalhista japonês, suas relações de trabalho e seus institutos jurídicos.

Referências

KAWAMURA, Lili. Brasileiros no Japão: direitos e cidadania. In: **Cem anos da imigração japonesa. História, memória e arte**. Francisco Hashimoto, Janete Leiko Tanno, Monica Setuyo Okamoto (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. Editora Saraiva, 21ª Edição. 2013.

OCADA, Fábio Kazuo. **A tecelagem da vida com fios partidos**: As motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara. Araraquara, SP, 2006.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. **Manual de Direito do Trabalho**. Editora Método, 12ª Edição. 2008

SASAKI, Elisa Massae. **O jogo da diferença**: A experiência identitária no movimento de kassegui. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1998.

PERFIL SOCIOECONÔMICO, JURÍDICO E RELIGIOSO DO MENOR INFRATOR EM ASSIS

Camila Silva CANDIDO¹; Me. Cláudio José Palma SANCHEZ²

¹Aluna do Curso de Direito – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – e Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PIC) – Assis, SP – Brasil.

²Professor do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) – e Orientador do Projeto de Pesquisa. Assis, SP – Brasil.

mila_candido22@hotmail.com, palma@femanet.com.br

Este trabalho tem como finalidade analisar a estrutura social, econômica, jurídica e religiosa do adolescente infrator, bem como refletir sobre as políticas públicas adotadas na cidade de Assis, visto que o município encontra-se com altos índices de reincidência na prática de atos infracionais, inclusive ultrapassando os índices de cidades como Marília e Presidente Prudente.

O objetivo principal foi analisar a trajetória de vida de cada criança e adolescente, estabelecendo quais atos infracionais são mais praticados, qual a idade do infrator, qual o bairro em que reside, dentre inúmeros dados identificados ao longo da pesquisa.

Partiu-se da hipótese de que a maior incidência de infração entre menores ocorre nas famílias de baixa renda e desestruturadas.

O trabalho encontra-se em andamento, mas já foram possíveis alguns resultados. Constata-se que houve uma disparidade nas entradas de remoção entre os anos de 2012 e 2013, sendo 129 adolescentes residentes no município de Assis em 2012 e 217 em 2013. Observando que em Marília foram 67 em 2012 e 108 em 2013, já em Presidente Prudente houve 129 entradas de remoção em 2012 e 105 em 2013.

No que relaciona-se a reincidência na medida de internação, houve 44 adolescentes em 2013. Ficando atrás somente de São José do Rio Preto, com cerca de 69 infratores, em um total de 35 municípios.

Neste sentido, diante do elevado índice de adolescentes infratores no município, buscou-se pesquisar opiniões de profissionais do Poder Judiciário, Ministério Público e demais profissionais que lidam diariamente com a situação do adolescente infrator.

Referências

ASSIS, S. G. **Traçando caminhos numa sociedade violenta: A vida dos jovens infratores e seus irmãos.** Rio de Janeiro; Brasília: FIOCRUZ – CLAVES; UNESCO; Departamento da Criança e do Adolescente; Secretária de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, 1999.

BRASIL, Criança Urgente. **A Lei 8.069/90 – O que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: Columbus Cultural, 1990.

CERQUEIRA, Thales Tácito. **Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente (teoria e prática).** 02. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado – Comentários Jurídicos e Sociais.** 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de Papel.** Editora Ática, 1999.

FILHO, Marco Antônio da Silva. ZANOTELLI, Maurício Daniel Monçons. **Perfil do Menor Infrator.** Universidade do Sul de Santa Catarina, 2009.

MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado.** São Paulo: Método, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** 9ª Edição. Editora Revista dos Tribunais, 2009.

OLIVEIRA, Áurea Alice Campos. COELHO, France Maria Gontijo. **Pesquisa com menores infratores e sua família no município de Viçosa/MG.** Universidade Federal de Viçosa, 2000.

OLIVEIRA, Áurea Alice Campos. **O menor infrator na comarca de Viçosa-MG: família, instituições e sociedade.** Universidade Federal de Viçosa, 2000.

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** Editora Forense, 2005.

XAVIER, Ana Lucia Pintar. **Retratos da Infância e Juventude: Práticas Sociais e abordagens teóricas no município de Assis/SP.** Marília: Fundepe, 2011.

A INFÂNCIA VITIMIZADA POR ABUSOS SEXUAIS

Isabella Marinho FONTANA

isamfont@gmail.com

Esta pesquisa trata da vitimização infantil por abusos sexuais, abordando a importância da detecção do mesmo, além das medidas a serem tomadas quanto à saúde psicológica das vítimas. No entanto, caso o ato seja de fato consumado, as medidas tomadas, além das psicológicas, são também as médicas, além do suporte a família da vítima, que deve ser observada e tratada. É importante que a figura do abusador seja observada e tratada, pois indiretamente o mesmo é uma vítima, vítima de sua condição mental e que deve ser, sem sombra de dúvidas, tratado para que a re-vitimização com outros não ocorra.

A pesquisa em seu modo quantitativo é destinada ao levantamento do número de vítimas registradas pelo livro ata da Rede Girassol da cidade de Cândido Mota no período do ano de 2013, além de levantamento do sexo e idade das vítimas, bem como a forma de tratamento que as mesmas receberam.

É fundamental o apoio psicológico no tratamento das vítimas bem como a recuperação dos agressores e sua inserção de forma saudável e segura na sociedade.

No caso do abuso sexual infantil resultante de incesto, os danos psicológicos são imensuráveis, sendo assim, deve-se ter grande cuidado quanto à forma de tratamento e invasão. Maria Amélia Azevedo, em seu estudo sobre relações incestuosas, afirma que na maioria dos casos o agressor era o pai. Segundo o psiquiatra José Raimundo da Silva Lippi: “Dentro de cada pai incestuoso existe algo não resolvido, que o faz buscar a solução para seu desejo sexual com uma criança ou o próprio filho”.

E com isso, tem-se a grande problematização: a prescrição. Marcelo Ribeiro, vítima e autor do livro *Sem medo de falar*, traz exatamente esta observação:

[...] Esse é um crime formador de trauma, e pode demorar muito tempo até que a vítima amadureça e se sinta segura para fazer a denúncia. Para o crime de abuso de criança e adolescente não deveria haver prescrição. Os danos psicológicos e afetivos resultantes desses atos de violência tendem a permanecer por toda a vida

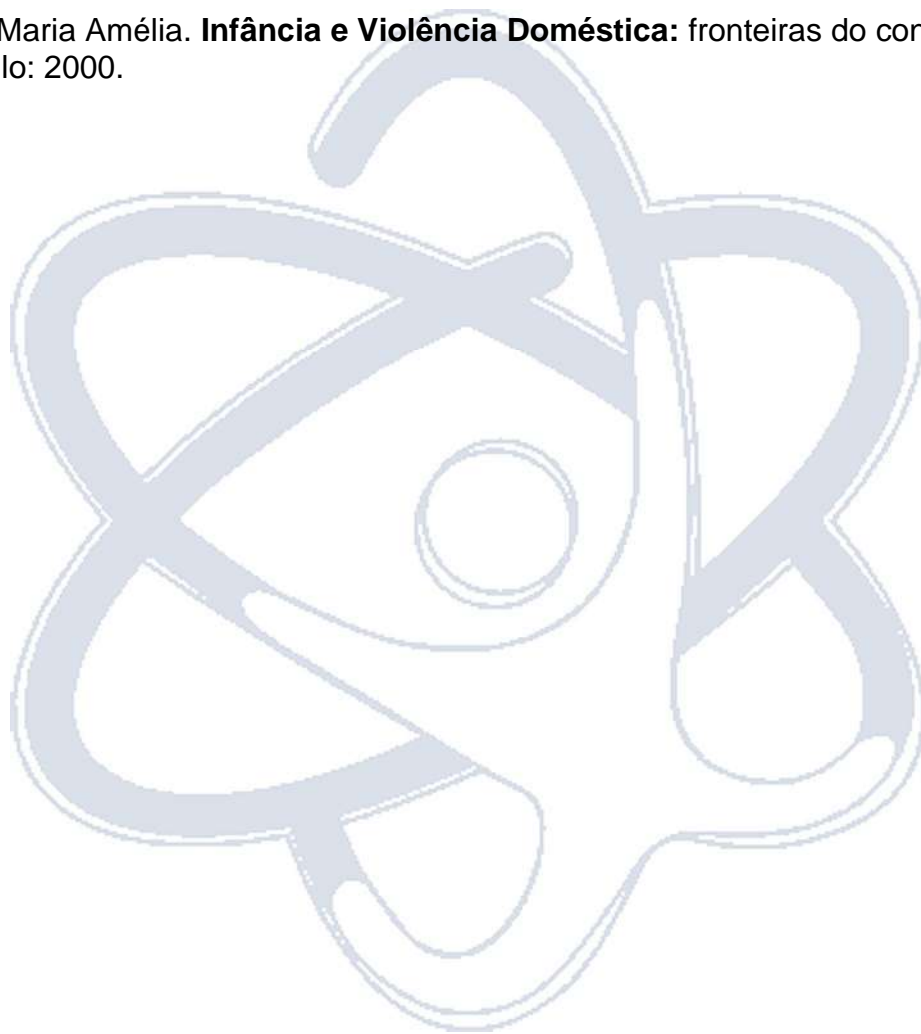
da vítima. Muitas delas, quando conseguem enfrentar seus traumas tardiamente, acabam ficando desamparadas pela lei justamente pela prescrição [...].

Dessa forma, é imprescindível que o caso seja tratado com delicadeza e eficiência, para, de forma útil, evitar a prática do ato, ou, se assim não for possível, que os meios para o tratamento sejam efetivos.

Referências

RIBEIRO, Marcelo. **Sem medo de falar**. 1ª Ed. São Paulo: 2014.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3 ed. São Paulo: 2000.



CONSOLIDAÇÃO DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CIVAP (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA)

Antonio Alves de SOUZA¹; Eduardo Augusto Vella GONÇALVES²

¹Assis – SP

²Assis – SP

antonio.alves52@hotmail.com, eduvella@femanet.com.br

Este trabalho tem como objetivo apresentar o Orçamento Público aprovado para 2014 das 25 cidades integrantes do CIVAP, em uma única peça gerencial, mostrando assim o resultado consolidado como se fosse uma única cidade.

As Receitas e Despesas serão demonstradas por função, tais como: Saúde, Educação, Obras, Administração, Legislativo, etc.

A finalidade é mostrar também a representação econômica deste consórcio para o Vale do Paranapanema, bem como extrair algumas análises comparativas entre os dados das cidades que o compõe.

As 25 cidades participantes somam 1,1 bilhão de reais de orçamento anual, sendo a cidade de Assis a maior, com cerca de 230 milhões e a menor cidade, o município de Borá, com um orçamento de 9,7 milhões de reais para 2014.

O trabalho mostra também uma relação entre o orçamento da cidade e sua população, a despesa por habitante por ano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o percentual de investimento nas principais áreas da gestão administrativa pública.

Referências

[1] ASSIS, Diário Oficial de, número 186, Ano XII, Assis, 20 de Janeiro de 2014.

- [2] CÂNDIDO MOTA, Prefeitura Municipal de. Disponível em <http://www.candidomota.com.br/images/secretarias/ato_publico_13/leis/Lei2076.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2014.
- [3] ECHAPORÃ, Câmara Municipal de. Disponível em <<http://www.camaraechapora.sp.gov.br/>>. Acesso em 26 de maio de 2014.
- [4] IBIRAREMA, Prefeitura Municipal de. Disponível em <<http://www.ibirarema.sp.gov.br/>>. Acesso em 27 de maio de 2014.
- [5] OCAUÇU, Câmara Municipal de. Disponível em <<http://www.camaraocaucu.sp.gov.br/>>. Acesso em 13 de agosto de 2014.
- [6] PALMITAL, Câmara Municipal de. Disponível em <<http://www.camarapalmital.sp.gov.br/>>. Acesso em 13 de agosto de 2014.
- [7] PARAGUAÇU PAULISTA, Prefeitura Municipal de. Disponível em <<http://187.51.70.11:5656/transparencia/MostrarPDF.aspx>>. Acesso em 21 de agosto de 2014.
- [8] PEDRINHAS PAULISTA, Prefeitura Municipal de. Disponível em <<http://www.pedrinhaspaulista.sp.gov.br/>>. Acesso em 21 de agosto de 2014.
- [9] QUATÁ, Prefeitura Municipal de. Disponível em <<http://www.quata.sp.gov.br/arquivos/legislacao/000000000000227.pdf>>. Acesso em 21 de agosto de 2014.
- [10] SANTA CRUZ DO RIO PARDO, Prefeitura Municipal de. Disponível em http://www.camarasantacruzoriopardo.sp.gov.br/legislacao.php?categoria_id=0&documento_lei=2735&documento_ano_i=&documento_ano_f=&documento_assunto= . Acesso em 21 de agosto de 2014.
- [11] Contato telefônico e por e-mail com demais prefeituras.

DIREITO À EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À LEITURA

Cecília Barchi DOMINGUES¹; Eliane Ap. Galvão Ribeiro FERREIRA²; Márcia Valéria Seródio CARBONE³

¹Aluna do curso de Direito da FEMA, com pesquisa em PIBIC.

²Professora Doutora da UNESP – Câmpus de Assis – São Paulo. Idealizadora do Projeto.

³Professora Doutora no curso de Direito da FEMA. Colaboradora do Projeto

No dia 25 de junho de 2014, a atual presidente Dilma Roussef sancionou o Plano Nacional da Educação, este conta com 20 metas estratégicas para o setor nos próximos dez anos. Com o objetivo de erradicar o analfabetismo e assegurar a universalização da educação infantil, ensino fundamental e médio, o plano prevê um investimento de 10% do PIB nacional durante dez anos. (In: O GLOBO, 2014).

Além disso, o artigo 212 da Constituição Federal prescreve que a União deve aplicar, anualmente, 18% da receita resultante de impostos na Educação. Sendo assim, temos um montante de 28% de investimentos na Educação.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) recebe investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A escola precisa do PNBE para que a biblioteca seja rica, porém é preciso mostrar ao aluno toda essa riqueza e revelar-lhe que os tempos mudaram e a leitura não se reduz somente a obras clássicas.

Como nossas pesquisas demonstram, os alunos do Ensino Médio não têm hábito de leitura e, apesar de estarem a um passo de fazer vestibular, ainda, possuem muita dificuldade para interpretar e produzirem um texto.

O problema de um país sem educação de qualidade não atinge só a economia, mas seu índice de criminalidade também. Maria Auxiliadora Cesar, em sua dissertação de mestrado *Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias*, buscou apresentar a realidade da mulher presa, para tanto demonstrou que o baixo grau de escolaridade é um fator determinante:

O que determina a criminalidade feminina se dá pela pobreza, o qual está relacionado com fatores como: o baixo grau de escolaridade, a má remuneração decorrente da realização de um trabalho socialmente desprestigiado, o difícil acesso a bens materiais e culturais, enfim a exclusão social como característica marcante da posição social dessas detentas (Cesar, 1995, p. 53).

Como podemos observar, o baixo nível de escolaridade desencadeia outros problemas que levam à prática do crime. Além dele, devemos levar em consideração a educação de má qualidade, uma vez que seus reflexos serão os mesmos.

Gustavo Loschpe, em entrevista para a CBN, declarou que o problema da Educação não é a falta de dinheiro, mas sim de qualidade (In: CBN, 2014). De acordo com Loschpe, a solução é complicada, pois os alunos que saem das escolas vão para o mercado de trabalho com um nível muito baixo, se comparado com os muitos anos de instrução. O economista, ainda, afirma que para haver melhorias na qualidade é necessário analisar o tripé, sendo ele constituído por: formação de professor, Gestores Educacionais e Práticas em sala de aula.

É importante salientar que o problema na Educação não possui um responsável, mas sim toda uma cadeia de fatores. Precisamos de pais e responsáveis que estejam dispostos a acompanhar o trabalho da escola na educação de seus filhos, mas precisamos de escolas com gestores capacitados, com um Plano de Ensino que busque resolver problemas, por meio de ações concretas, utilizando para tanto dos recursos disponíveis.

Referências

CBN. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn/2014/05/19/PROBLEMA-DA-EDUCACAO-NAO-E-FALTA-DE-DINHEIRO-MAS-SIM-DE-QUALIDADE.htm>>. Acesso em: 29 maio 2014

CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Exílio da vida**: o cotidiano de mulheres presidiárias. 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

O GLOBO (1). Disponível em: < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/06/dilma-sanciona-nesta-quarta-plano-nacional-de-educacao.html> > Acesso em: 4 maio 2014

A SELETIVIDADE PENAL NA DEFINIÇÃO DO USUÁRIO E DO TRAFICANTE DE DROGAS NA APLICAÇÃO DA LEI 11.343/06

Bruno Dorini de Oliveira Carvalho ROSSI

Fundação Educacional do Município de Assis

O projeto tem como principal objetivo analisar a aplicação da lei 11.343/06, no sentido de verificar a sua eficácia na prática, em razão do sistema penal não definir, de modo claro, usuário de drogas e traficante de drogas. No texto da lei, apesar de algumas condutas serem iguais para o usuário e traficante, entende-se que a principal diferenciador para tanto é a verificação do destino da droga, consumo próprio ou comércio. Diante disso, na prática, nota-se que a ausência de um elemento diferenciador claro, permite uma seletividade na aplicação da lei. Assim, foi analisado o posicionamento da doutrina, bem como a definição de usuário de traficante de drogas contida pela lei 11.343/06.

Para analisar a seletividade penal na aplicação da lei de drogas, é essencial levar em consideração os critérios usados para a identificação do consumo pessoal ou traficância nas seguintes fases: instauração do inquérito policial, instrução processual e julgamento.

Um dos pontos problemáticos decorrentes dessa seletividade está ligado à priorização de interesse de classes econômicas mais privilegiadas, e de forma seletiva, reprime e criminaliza as classes mais precárias.

Apesar de a lei determinar que seja considerada todas as circunstâncias do caso concreto em que a droga foi apreendida, em razão de a simples posse dela não caracterizar o crime de tráfico, ainda há equívocos em sua aplicação. Muitos usuários, por serem meros dependentes químicos e para manter o vício, acabam ingressando no mundo do tráfico de drogas, possivelmente substituindo um outro dependente, tornando um ciclo, pois, sem dúvida, são os pilares do tráfico.

Diante dessas questões, estão sendo realizadas análises de autos findos da Comarca de Assis, a fim de identificar os critérios adotados para a aplicação da lei de drogas, tornando possível chegar a uma conclusão a respeito da real eficácia da aplicação dessa lei.

Referências

BACILA, Carlos Roberto; RANGEL, Paulo. **Comentários Penais e Processuais Penais à Lei de Drogas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

BISSOLI FILHO, Francisco; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Verso e Reverso do Controle Penal: (Des) Aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

GOMES, Luiz Flávio. **Nova Lei de Drogas Comentada**, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2006.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Niterói: Editora Impetus, 2013.

MACHADO, Nara Borgo Cypriano. **Usuário ou Traficante? A Seletividade Penal na Nova Lei de Drogas**, Fortaleza, Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANCHES, Samyra Haydêe Dal Farra N. Os direitos humanos como fundamento do minimalismo penal de Alessandro Baratta. in: **Verso e Reverso do Controle Penal: (Des) Aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva**.

ANDRADE, Vera Regina. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p.52.

SILVA, Aldir Jorge Viana da. **O Usuário e o Traficante à Luz da Nova Lei de Drogas**. Belém, Ministério Público. 2009.

A POLÍTICA CRIMINAL PRATICADA PELO ESTADO

Caio Augusto Baptistella MAIA

Assis-SP

caiomaia45@yahoo.com.br

Juntamente com a educação e saúde, a segurança é uma das áreas sociais mais aclamadas no Brasil. E, com o intuito de prevenir o aumento da incidência de crimes, o Estado, utiliza seu poder de punir para manter a ordem.

Neste sentido, é visível a influência da mídia nas decisões que são tomadas para combater a violência. Os meios de comunicação trazem diariamente em suas programações ou publicações, fatos que chocam toda a nação, seguidos de opiniões dos seus apresentadores, repórteres, colunistas e editores, influenciando, portanto, a opinião dos seus telespectadores.

A partir deste ponto, percebe-se que o meio social que levou o infrator a cometer o delito é ignorado pelo Estado, já que é mais importante punir o criminoso e atender o clamor da população, do que combater o crime na sua origem.

Tendo em vista a grande relevância do tema, a sua escolha foi feita diante da necessidade de entendermos qual é a política criminal adotada pelo Estado, e a ineficácia dos meios repressivos empregados no controle da criminalidade, analisando, de modo inicial, a história da prisão e sua realidade atual no Brasil.

Por fim, será relacionado à política criminal com a superlotação dos presídios, verificando a aplicação da Lei de Execução Penal e examinando de forma mais contundente o papel da mídia na aplicação de tal política.

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Sociologia e Justiça Penal**: Teoria e Prática da Pesquisa Sociocriminológica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

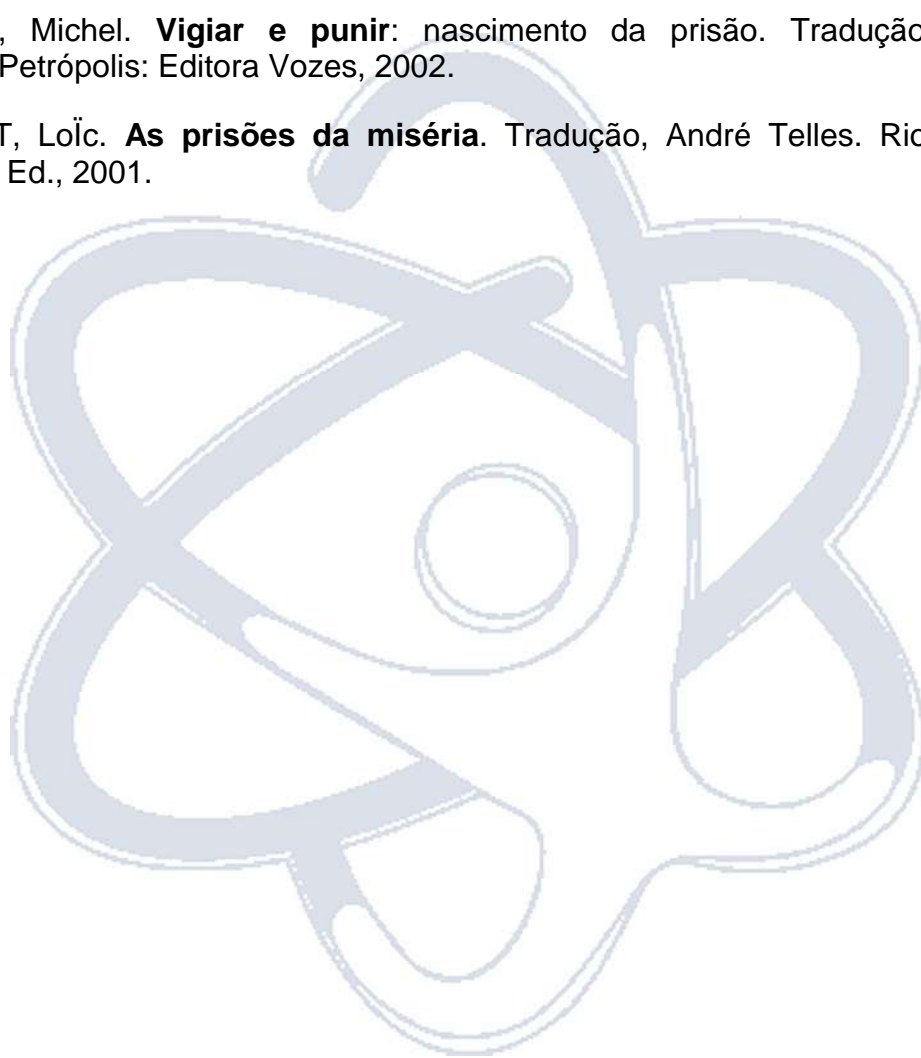
BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. – 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

CARVALHO FILHO, Luis Francisco. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.



A SUSPENSÃO DO DIREITO AO SUFRÁGIO PARA CONDENADOS EM CONTRASTE COM OS PRINCÍPIOS DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA, DA PROPORCIONALIDADE E DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA

Angelita Raquel CARDOSO¹; Prof. Me. Maria Angélica Lacerda Marin DASSI²

¹FEMA/IMESA – ASSIS - SP

²FEMA/IMESA –ASSIS -SP

angelflyer100@gmail.com, adoromeusalunos@hotmail.com

O trabalho trata da marginalização política e, conseqüentemente, social do indivíduo condenado. O artigo 15º da Constituição Federal, em seu inciso III, suspende os direitos políticos de quem tenha contra si condenação criminal transitada em julgado, conflitando com garantias fundamentais asseguradas pela própria Carta Magna.

Em nossa sociedade que tanto prega a inclusão, verifica-se uma realidade muito diversa enfrentada por indivíduos condenados. O voto tido como um direito assegurado a todos é, no entanto, negado àqueles que se encontram cada vez mais afastados da sociedade, criando, no íntimo destes, a sensação pungente de marginalização e escória, independente do crime praticado.

A restrição de qualquer outro direito do delinquente, além da liberdade, afronta o princípio da dignidade humana, da individualização, da proporcionalidade e da cidadania. No entanto, o Estado trata o tema com descaso, devendo atentar-se as conseqüências desta omissão. Muitos dos graves problemas prisionais persistem, principalmente, pelo fato dos condenados não terem visibilidade para os representantes políticos, não havendo, portanto, interesse em atender essa classe.

Através de estudos e pesquisas pretende-se demonstrar a importância da participação destes indivíduos na vida política de seu país.

O trabalho ainda encontra-se em fase de execução, mas importantes resultados veem sendo alcançados em seu desenvolvimento. Além disso, através dos estudos realizados percebe-se uma tendência a modificações futuras em nosso sistema voltadas justamente para o tema abordado e que gerariam mudanças significativas tanto para os apenados quanto para a sociedade em geral.

Referências

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução a sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BASTOS Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. V. II. São Paulo: Saraiva, 2001.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERRAJOLI, Luigi. A pena em uma sociedade democrática. In: **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**. N. 12. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

FERREIRA, Carlos Lélío Lauria. **Parecer sobre o voto do preso. Reinvidicações de presidiários**. Processo nº 08001.002269/2001-11. Aprovação na 315ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. São Luis. 27 out. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Direito dos presos. Os problemas de um mundo sem lei**. In CATÃO, Yolanda; FRAGOSO, Heleno Cláudio; SUSSEKIND, Elisabeth. **Direito dos Presos**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

MASCHIO, Jane J. Os direitos políticos do condenado criminalmente. In: **Resenha Eleitoral – Revista Eletrônica do Tribunal Regional de Santa Catarina (TRESC)**. Disponível http://www.tre.sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impresas/integra/arquivo/2012/junho/artigos/os-direitos-politicos-do-condenado-criminalmente/index52bf.html?no_cache=1&cHash=. Acessado em 23 de outubro de 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2014

NEGRI, Antonio. **Poder Constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Cristina. **Suspensão dos direitos políticos do sujeito delinquente no Brasil**: Da negação da dignidade humana analisada sob o enfoque da cidadania participativa. In: **Revista Unicuritiba**. Disponível: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/download/173/149>. Acessado em 23 de outubro de 2013.

ROUSSEAU, Jean- Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SILVA, Carlos Eduardo Cunha Martins. A prerrogativa de sufrágio dos presos como radicalização da vontade democrática. In: **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**. Disponível:

http://www.oab.org.br/editora/revista/revista_08/anexos/a_prerrogativa_de_sufrágio_dos_presos.pdf. Acessado em 23 de outubro de 2013.



MEDIDA DE SEGURANÇA DETENTIVA

Samantha Tawane de LIMA¹; Maria Angélica Lacerda MARIN²

Este trabalho tem como objetivo apresentar os problemas enfrentados por pacientes de hospitais de tratamento psiquiátrico, os chamados manicômios judiciários, expondo de forma crítica, analítica e conceitual, a não efetividade da norma para com a verdadeira situação vexatória vivida por brasileiros.

Tendo em vista à medida de segurança detentiva visar única e exclusivamente o fator periculosidade, deveria desfrutar de uma ampla estrutura a qual, atualmente, carece até mesmo de manutenções simples, afrontando evidentemente os princípios basilares do direito, em especial o da dignidade da pessoa humana.

Conforme fora pesquisado, em livros e documentários, relatos verídicos de histórias ao longo do tempo nessas instituições, notoriamente causaram um forte impacto com a descoberta de tamanho descaso com os pacientes infratores, como exemplo a submissão a maus-tratos, incluindo violência física, superdosagem de medicamentos fortes, como sedativos e o uso de eletro choque.

As pessoas que possuem algum tipo de doença ou perturbação mental são submetidas a manicômios, pois alguns acreditam ser a melhor forma de tratar. Outros acreditam ser o resultado a piora dos quadros clínicos.

A superpopulação manicomial, a não fiscalização mensal do local, a falta de médicos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, enfermeiros são os que mais carecem, pois, são desses especialistas que eles precisam, já que somente esses profissionais podem atender as tamanhas necessidades, como regularem a dosagem de medicamentos e ampliarem a eficácia nos tratamentos psíquicos, bem como atenderem os internos de maneira igualitária e humana.

Outros fatores que deveriam ser cuidados minuciosamente e são deixados de lado são a falta de higiene dos ambientes, de leitos, de cobertores, fronhas, lençóis, travesseiros,

lavanderias, refeitórios, e atividades que estimulem a capacidade de pensar, agir e conviver em sociedade, sendo elas de natureza terapêuticas e educativas, como também há a falta de estruturação interna e externa dos hospitais.

Um lugar onde pessoas passam fome, necessidades e vivem de maneira precária não deveria jamais ser rotulado como lugar para tratamentos, pois é cada vez mais comum, ocorrerem mortes devido a doenças causadas pela falta de higienização e cuidados necessários. Por esses evidentes motivos não seria justo a rotulação de tratar quando a situação comum apresentada é matar, isso inclui matar aos poucos de depressão ou doenças que poderiam ser evitadas e não foram.

As palavras-chave desses hospitais deveriam ser: melhora, recuperação, evolução e atenção. Mas na realidade as palavras-chave são: falta, desespero, carência e miséria, no lugar onde barulho de desespero grita torna-se sinônimo de silêncio que abafa, propriamente dita a omissão.

Referências

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro: Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes No Maior Hospício do Brasil.** Geração Editorial, 2013.
- BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas.** 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** 1992.
- FOUCAULT, Michel. **As verdades e as formas jurídicas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.
- MIRABETE, Júlio Fabrini. **Código de processo penal interpretado.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PALOMBA, Guido Arturo. **Tratado de Psiquiatria Forense Civil e Penal.** São Paulo: Atheneu, 2003.
- SZASZ, Thomas Stephen (1961). **O Mito da doença Mental,** 1990.
- TAVOLARO, Douglas. **A Casa do Delírio: reportagem no manicômio judiciário de Franco da Rocha.** 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

JUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Aline Albieri FRANCISCO; Antonio Carlos Ferreira do AMARAL

line_albieri@hotmail.com, antonioamaral@globocom.com

Este resumo aponta um problema na concretização do Direito Fundamental a Educação. Educação é um direito de suma importância para a cidadania, para melhorar a qualidade de vida, a renda, a saúde, o bem-estar, um melhor convívio social.

A questão é referente à quantidade de vagas disponíveis no ensino público, que não está correspondendo à demanda da sociedade; tem um *déficit* de vagas. A Educação é um direito fundamental, logo de aplicabilidade imediata. Desta forma, aquele que tem o seu direito ameaçado ou violado tem direito de procurar a tutela jurisdicional.

O Jornal Estadão mostra que em quatro meses, de 2013, a cidade de São Paulo recebeu mais de 7.400 decisões judiciais ordenando a matrícula de crianças em creches. Essa e outras reportagens demonstram o grande e crescente número de processos buscando a concretização da educação e em diferentes localidades.

O Judiciário, principalmente o STF, é responsável por guardar a Constituição, portanto, proteger os direitos constitucionais. Além disso, quando há uma demanda para o judiciário, uma ação, este não pode ficar inerte, estático; pelo contrário, o judiciário não pode deixar de decidir mesmo se a lei apresenta lacunas. Neste caso, a norma constitucional é clara: todos tem direito a educação.

Quando há uma sentença judicial estabelecendo a necessidade de mais vagas no sistema público ou a matrícula de determinadas crianças, a decisão influencia no Poder Executivo, na destinação de verbas; no planejamento e realidade das escolas e creches.

A sentença tem capacidade de modificar uma realidade, de contribuir para a harmonia social. Por outro lado, o Judiciário pode modificar uma decisão ou uma omissão do Executivo; é um poder que pode ser utilizado de maneira autoritária e arbitrária se não limitado por uma constituição democrática.

Na realidade do Brasil, o Judiciário tem uma Constituição Federal para se submeter. E para que a sua atuação tenha resultados positivos é importante fazer a Ponderação de Robert Alexy, analisar se a medida é necessária, adequada e proporcional.

A proporcionalidade envolve a tripartição dos poderes e a harmonia entre eles. O Sistema de Freios e Contra Pesos presente no sistema brasileiro evidencia a fiscalização de um poder frente ao outro, que um equilibre o outro. A Harmonia é analisada quando há uma sentença do Judiciário e por outro lado as ações do Executivo, um interferindo no outro. O meio mais adequado para que se concretize a Educação é através de ações afirmativas: políticas públicas e, de preferência, políticas de governo. Outro ponto é quanto à necessidade: se é necessário a Judicialização.

O estudo aqui realizado visa apontar os lados positivos e negativos da Judicialização, da intervenção do Poder Judiciário para que o Direito a Educação seja concretizado, como também se esse é o método mais eficiente e até que ponto gera efeitos desejados.

A pesquisa pautou-se no método dedutivo, e os materiais em análise se fundamentaram em doutrinas e artigos científicos de modo a ressaltar os principais aspectos levantados no tema em discussão.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática.** Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/12685_Cached.pdf Acessado em: 29 de Jul. 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2004.

MACHADO, Edinilson Donisete. **Ativismo Judicial.** São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA APLICABILIDADE DO DEPÓSITO RECURSAL ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Vitor Guadanhin Pereira do CARMO¹; Leonardo De GÊNOVA ²

¹FEMA/IMESA ASSIS/SP

²FEMA/IMESA ASSIS/SP

Vitor_guadanhin@hotmail.com, leonardodegenova@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo discutir a aplicabilidade do instituto do Depósito Recursal na justiça do Trabalho em relação as microempresas e empresas de pequeno porte.

Uma análise sobre a importância de tais MPEs para o sistema econômico e a proteção do legislador constituinte ao atribuir favorecimento às mesmas, em controvérsia aos valores extremamente onerosos do instituto recursal trabalhista e as dificuldade em se manter tendo que arcar com tais encargos.

Passando por toda uma evolução histórica e explicando os encargos recursais atualmente utilizados, seja no Código de Processo Civil, seja pela normas que a Consolidação das Leis Trabalhistas aduz, discutiremos se, uma garantia de execução futura perfaz-se mais importante do que a “sobrevivência” das pequenas empresas.

Referências

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**/ Amador Paes de Almeida. – 18. ed. Ver., atual. E ampl. – São Paulo: Saraiva, 2007.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**/ Mauricio Godinho Delgado. – 9. ed. – São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de direito e processo do trabalho**/ Ives Gandra Martins Filho – 19. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho** / Amauri Mascaro Nascimento – 28. Ed – São Paulo: Saraiva, 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do trabalho/** Sergio Pinto Martins. – 34 ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico/Atualizadores:** Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho – Rio de Janeiro, 2003.

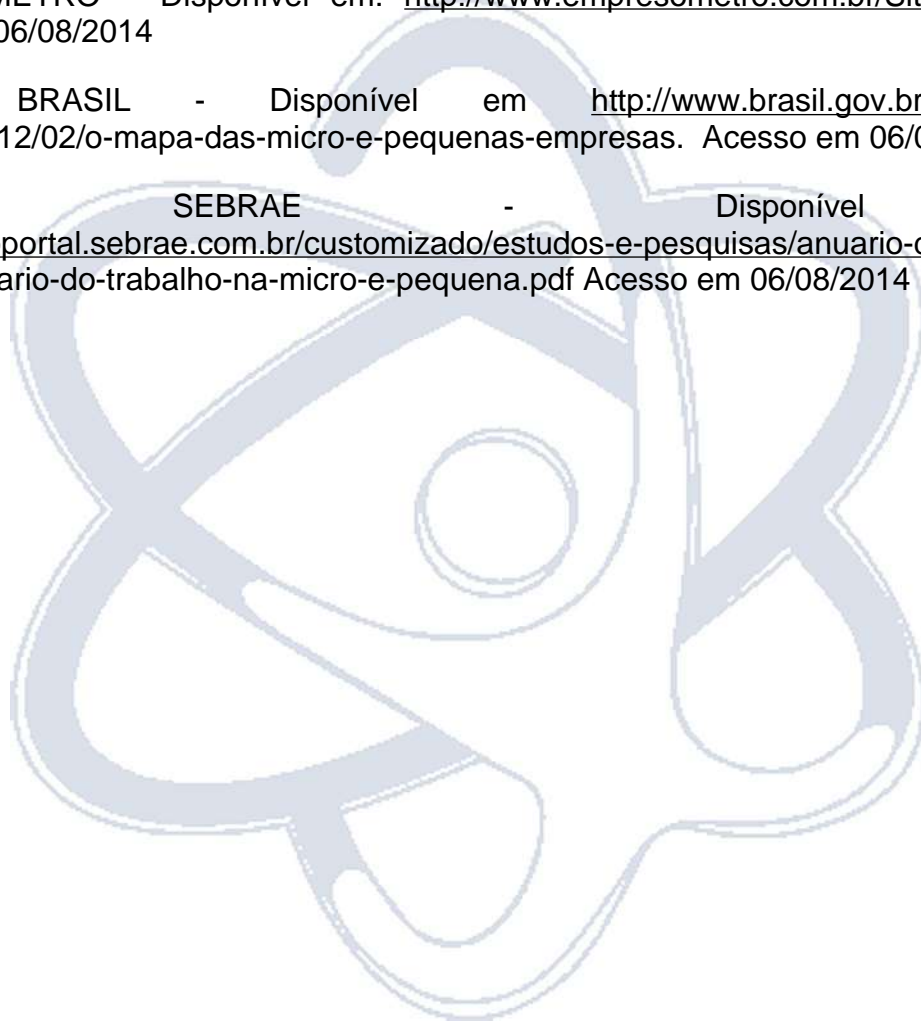
TRIBUNAL Superior do Trabalho - Disponível em <http://www.tst.jus.br/guias-recursais-da-jt> Acesso em 06/08/2014

BIBLIOTECA Digital Tribunal Superior do Trabalho - Disponível em <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/28516>. Acesso em 06/08/2014

EMPRESÔMETRO – Disponível em: <http://www.empresometro.com.br/Site/Estatisticas> Acesso em 06/08/2014

PORTAL BRASIL - Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/o-mapa-das-micro-e-pequenas-empresas>. Acesso em 06/08/2014

ANUÁRIO SEBRAE - Disponível em <http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/anuario-do-trabalho-na-mpe/anuario-do-trabalho-na-micro-e-pequena.pdf> Acesso em 06/08/2014



TUTELA DE EVIDÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Guilherme Domingos de LUCA¹; Antonio Carlos Ferreira do AMARAL²

^(1,2)Marília – SP

guilherme.luca@uol.com.br, antonioamaral@globocom.com

No atual modelo jurisdicional brasileiro, percebe-se que o tempo de duração do processo em muitos casos extrapola os limites esperados de razoabilidade e economia, colocando em risco, muitas vezes, o próprio objeto da ação em discussão. No Direito do Trabalho, que possui natureza alimentar, para se chegar ao momento da liquidação, na fase da execução que ocorre após a sentença ou acórdão, sem que haja interposição de recursos, o objeto em litígio perde muitas vezes o seu caráter, dada a onerosidade temporal existente [1].

Assim, evidencia-se que diante do acesso à justiça, princípio este constitucionalizado na Carta Magna Federal, deve ocorrer em face do jurisdicionado uma prestação jurisdicional tempestiva, adequada e também efetiva. Para isso, tem se falado constantemente da chamada tutela de evidência, que se mostra como uma alternativa para ser aplicada no cenário trabalhista, como forma de resguardar os Direitos incontroversos numa eventual demanda.

Trata-se de uma técnica processual que possui suas origens no artigo 273, §6º, do CPC, e que possibilita uma melhor distribuição temporal e processual até mesmo diante das partes, onde o Autor possa usufruir antecipadamente dos efeitos da tutela em relação aos pedidos que se mostram incontroversos [2].

Parte da doutrina entende que a Tutela de Evidência se classifica como um Direito Fundamental, dada a consagração ao princípio de “acesso à justiça”, já mencionado, onde sua interpretação consiste não apenas ao fato do Estado garantir o direito de ir à Justiça para solucionar o conflito, mas sim ao fato de proporcionar meios adequados para

que a pessoa possa exercê-lo dentro de uma tutela jurisdicional efetiva, adequada e também tempestiva [3].

A tutela de evidência é um grande avanço do exercício da jurisdição diante da necessidade social em face do formalismo jurídico envolto no litígio, já que não se justifica fazer o Autor esperar o final do processo de conhecimento para gozar de um direito que de plano já se mostra devido, e que com o lapso temporal pode ser desfeito pela parte passiva da ação, justamente com a intenção de não satisfazer a obrigação imposta por sentença.

Ela difere da Tutela Antecipada, já que a Tutela de Evidência não possui o requisito de “urgência”. Mas por sua vez, visa à distribuição do ônus temporal e processual, promoção da igualdade, além de inibição da postura do réu, que muitas vezes se vale do princípio do contraditório, com a intenção de protelar os resultados da demanda [4].

Diante de referidas considerações, o trabalho em questão objetiva analisar a efetividade do instituto jurídico da Tutela de Evidência no âmbito de aplicação do Direito do Trabalho, de modo que possa ser mostrada os efeitos e as consequências que isso ocasionará na prestação da tutela jurisdicional.

Quanto aos materiais que foram utilizados, destacam-se doutrinas e artigos jurídicos, objetivando entender a tendência do Poder Executivo Trabalhista em efetivar esta tutela nas mais diversas ações. Por fim, quanto à metodologia aplicada, ressalta-se o método dedutivo, de modo que as considerações partiram-se dos principais aspectos levantados nos materiais empregados, para que assim possam trazer premissas e raciocínios que levem a conclusão lógica.

Referências

[1] SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. **Curso de Direito Processual do Trabalho**, 10 edição. São Paulo: Método, 2013.

[2] EÇA, Vitor Salino de Moura; MAGALHÃES, Aline Carneiro. Concretização do direito fundamental de acesso à justiça na seara laboral através da tutela de evidência. In: LEITE, Carlos Henrique Bezerra; EÇA, Vitor Salino de Moura. (Org.). **Direito Material e Processual do Trabalho na Perspectiva dos Direitos Humanos**. 1ª edição, 2014, p. 104- 124.

[3] FUX, Luiz. **Tutela de segurança e tutela da evidência (fundamentos da tutela antecipada)**. São Paulo: Saraiva, 1996.

[4] MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt. **Antecipação da tutela**. 11 edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.



AS GERAÇÕES DO DIREITO E AS NOVAS PERSPECTIVAS JURÍDICAS DA ERA DIGITAL

Kely Francelino SOARES¹, Dra. Elizete Mello da SILVA²

kelyfrancelino@hotmail.com, dedemelo@femanet.com.br

As gerações do direito se caracterizaram ao longo da história, nasceram de uma necessidade, uma demanda social, pois a regulação existente já não era suficiente, cada um em determinado momento visando determinada conquista.

A primeira geração de direitos surgiu no século XVII, com o pensamento de direitos naturais, que são aqueles suscetíveis a todos indivíduos independentemente de qualquer coisa, todos possuíam determinados direitos. A maior reivindicação foi a liberdade, no âmbito individual, exigindo uma prestação negativa do Estado, de esse ser considerado como uma pessoa jurídica, suscetível a deveres e obrigações, e ter o principal dever de garantir esses direitos naturais aos seus cidadãos.

A segunda geração de direitos nasceu no séc. XX, e trata não mais de direitos individuais, mas sim de igualdade, de direitos políticos, no qual é exigido a intervenção do Estado para suprir necessidades coletivas e as desigualdades econômicas, como educação e saúde. A igualdade imposta pela primeira geração foi apenas do ponto de vista da lei, pois havia a desigualdade econômica, tendo a burguesia se aproveitado da situação para dispor ilimitadamente dos meios de produção, assim criando uma grande relação de desigualdade social.

A terceira geração de direitos são direitos sociais, direitos que garantem a todos pela simples condição de ser humano, direitos considerados básicos, que são os chamados Direitos Humanos, tendo como principal, documento a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Nasceu a necessidade da regulamentação das relações internacionais por conta de os Estados visarem o próprio desenvolvimento, assim surgindo guerras, violência e se chegando ao ponto crítico de desumanidade ao fim da Segunda Guerra Mundial.

A quarta geração de direitos é atual e nasce em virtude do direito à democracia, ao pluralismo, e principalmente das novas tecnologias abrangendo a questão da ética e da moralidade. São inúmeros os novos recursos existentes, os novos meios de comunicação, a biotecnologia tratando de assuntos como a clonagem, células-tronco.

Como podemos perceber cada geração se relaciona a outra, uma completa as lacunas da outra e, de certa forma, assim sucessivamente até os dias atuais, lembrando que os direitos nascem de necessidades contextualizadas em diferentes períodos históricos.

A ciência jurídica deve se preocupar com os novos horizontes, com as novas tecnologias, as novas práticas da biotecnologia, os meios de comunicação, as redes sociais, deparando-se com os desafios do momento atual, tais como: O que é considerado público ou privado nas relações de exposição de vidas privadas nas redes sociais? Até onde vai a intimidade da pessoa? Existem leis que regulamentam especificamente esses casos e essas práticas, o público e privado, e estão sendo eficientes nas determinações de infrações e penas para crimes de internet? Qual o papel da bioética e do biodireito para definições e aceitações das novas práticas, especialmente nas pesquisas nas áreas genéticas, no que diz respeito a legitimação dessas novas possibilidades tecnológicas? Na área processual, quais as vantagens ou possibilidades de acelerarmos as demandas jurídicas utilizando-se de novas ferramentas da era digital?

Referências

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. 6ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES, Luis Eduardo Rodrigues. **Gerações de direitos**: fragmentos de uma construção dos direitos humanos. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/dissertacoes/a_pdf/disserta_geracao_direitos.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2014.

LORENZETTI, Bruno Menezes. Disponível em:<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/bruno_menese_lorezetto.pdf> Acesso em: 20 jun. 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992

SARMENTO, Daniel. **Direitos Fundamentais e Relações Privadas**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

TRIBUNAL DO JÚRI

Gustavo Gomes SILVA

Assis - SP

guto_worship@hotmail.com

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o instituto do Tribunal do Júri e sua eficácia nos crimes a este designados. O art. 5º, XXXVIII da Constituição Federal de 1988 [1] versa sobre os deveres do procedimento, bem como, o institui competente para julgar crimes dolosos contra a vida. É uma garantia individual, e, portanto, não poderá ser modificada, nem tampouco retirada da Carta Maior, caracterizando-a como uma cláusula pétrea.

Questiona-se, porém, se o julgamento dos crimes dolosos de maior importância no Direito Penal, realizado por um Tribunal Popular, produz decisões justas e eficazes do ponto de vista social, uma vez que os integrantes desse órgão colegiado nem sempre possuem conhecimento jurídico que lhes permitiria uma análise mais profunda e técnica do caso concreto [2].

Há fatores, especificamente determinantes no Júri, que interferem na decisão, e que por este trabalho são estudadas, tais quais: O discurso, a indução, o sensacionalismo, a emoção, mídia, convicções filosóficas, religiosas, morais e os costumes da sociedade. São caracteres intrínsecos ao momento e são cruciais para prolação de uma sentença mais justa, ou menos justa [3].

Nesse projeto, como base acadêmica, é mister entender alguns julgamentos e suas decisões através de uma análise das provas e do decorrer do processo em si.

Referências

[1] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

[2] NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal Penal**. 3. Ed. São Paulo: RT, 2007.

[3] CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 4. ed. v. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.



PROTEÇÃO AO TRABALHADOR E SALUBRIDADE LABORAL

Guilherme Domingos de LUCA¹; Antonio Carlos Ferreira do AMARAL²

^(1,2)Marília - SP

guilherme.luca@uol.com.br, antonioamaral@globocom.com

Muito tem se falado na proteção ao meio ambiente. Grupos ambientais tem se movimentado ao redor do mundo para discutir questões relacionadas à proteção do ecossistema, fauna, flora e todos os tipos de biodiversidade. O direito objetivo tem se preocupado também em tutelar tais questões, efetivando-se na realidade fática, assim como a hermenêutica seja aplicada em favor da coletividade, protegendo os recursos naturais para garantir a tutela do direito a uma boa qualidade de vida para as presentes e as futuras gerações [1].

A partir da busca pela proteção geral ao meio ambiente, o direito o separou em diversas disciplinas, para ser estudada na sua individualidade a partir do disposto no artigo 225 da Constituição Federal, que assegurou o “direito da sociedade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, qualidade de vida e proteção” com efeitos erga omnes. Ao se referir ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o legislador atentou-se em tutelar todas as formas de meio ambiente, inclusive o meio ambiente do trabalho, sendo este responsável em dispor sobre o meio em que acontecem as atividades laborativas em face da saúde e bem estar do trabalhador [2].

Trata-se de um desdobramento do conceito de meio ambiente, que segundo o senso comum humano remete-se a ideia de fauna, flora e ecologia. O meio ambiente do trabalho visa à proteção à saúde do trabalhador, visando a salubridade. Em tempos de inúmeros debates acerca do meio ambiente, o laboral se demonstra relevante, dado os abusos cometidos contra os trabalhadores, muitas vezes ocasionados pelos empregadores, direta ou indiretamente.

Nesse aspecto, a partir do momento em que há uma proteção legiferante que visa tutelar todas as formas de amparo ao meio ambiente, dentre ele as relações jurídicas que

envolvem as figuras dos empregados e empregadores, uma vez que este compreende uma efetiva qualidade de vida social, ressalta-se a necessidade de se classificar o meio ambiente do trabalho como um ramo autônomo do direito, já que dispõe de todas as formas pelo qual o trabalhador exerce as suas funções laborativas, bem como passa grande parte de sua vida [3].

É certo que o Meio Ambiente do Trabalho se mostra de extrema importância no ambiente corporativo, visto que o cumprimento dos seus preceitos fundamentais, além de oferecer condições que respeitem a dignidade humana, contribui para a diminuição de acidentes e eventuais demandas judiciais. O objetivo do estudo se baseia na análise da importância do meio ambiente laboral e quais seus reflexos no cenário do Direito do Trabalho. A metodologia adotada na pesquisa é o método dedutivo. Quanto ao material, se valeu de comparadas bibliográficas de livros, artigos científicos, dissertações e teses que envolvem o tema investigado, além da jurisprudência nacional atual.

Referências

- [1] POZZOLI, Lafayette; ANTICO, Andrea. **A Função Promocional do Direito ao Trabalho Digno sob a Ótica dos Direitos Humanos**. In: HERRERA, Luiz Henrique Martim; AGOSTINHO, Luis Otávio Vincenzi de (Org.). Tutela dos Direitos Humanos e Fundamentais. Birigui: Boreal, 2011.
- [2] PADILHA, Norma Sueli. **Do Meio Ambiente do Trabalho Equilibrado**. São Paulo: Ltr, 2002.
- [3] SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 2 ed., São Paulo, Ed. Malheiros, 2003.

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E O DIREITO PENAL DO INIMIGO

Isabela Ferreira BARBOSA

Assis - SP

belavanzi@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar se o processo de globalização vem contribuindo para a disseminação da teoria do direito penal do inimigo, desenvolvida por Gunther Jakobs.

Para tanto, buscamos neste fenômeno suas principais transformações como: a interligação dos mercados internacionais; as transmissões de informações sem fronteiras; a criação do Tribunal Penal Internacional; entre outros. Estas inovações refletiram no aspecto cultural, social, político e conseqüentemente nas políticas criminais que tiveram que romper com conceitos clássicos para conter as novas modalidades delitivas.

Assim, Gunther Jakobs ganhou amplitude, através da teoria do direito penal do inimigo, que defende a aplicação do direito penal de forma dicotômica. Para Jakobs aplica-se o direito penal do cidadão ao sujeito que comete crimes de forma eventual, assegurando todas as suas garantias constitucionais. Quanto ao direito penal do inimigo, este deve ser aplicado contra o delinquente contumaz que tem como meio de subsistência a atividade criminosa, não lhe restando nenhuma garantia.

Abordamos ainda, o direito penal na era da globalização que apresenta cada vez mais característica deste fundamento máximo, como sua hipertrofia irracional, seu uso de forma instrumentalizada, seletividade em sua aplicação, desvio de funções, criações de direitos meramente simbólicos, normas punitivas de caráter preventivo, entre outros.

Referências

GOMES, Luiz Flávio. **Direito Penal**: introdução e princípios fundamentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARTÍN, Luis Garcia. **O horizonte do finalismo e o direito penal do inimigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.



PROGRESSÃO DE REGIME, INDULTOS, LIVRAMENTO CONDICIONAL E SAÍDA TEMPORÁRIA: OBJETIVOS E RESULTADOS EM NOSSA SOCIEDADE

Guilherme Manoel da SILVA¹; Maria Angélica Lacerda Marin DASSI²

1 Assis/SP

2 Assis/SP

guilhermegms99@yahoo.com.br, adoromeusalunos@hotmail.com

Atualmente a lei de execuções penais prevê em alguns de seus artigos os dispositivos que permitem que sentenciados, não importando quais crimes cometeram, usufruam o benefício de institutos atenuantes de suas reprimendas. Estes benefícios são as saídas temporárias, os indultos, a progressão do regime prisional, o livramento condicional, a concessão do livramento por benefício da prisão albergue domiciliar que nada mais é que um regime prisional aberto em que o beneficiado cumpre uma parcela de sua pena em liberdade, condicionada apenas a alguns requisitos estipulados pelo juízo de execução, inclui-se nestes requisitos o comparecimento mensal à vara de execução penal para assinatura de termo de compromisso.

Com este trabalho, visamos a pesquisa destes institutos no que diz respeito à sua eficácia no sentido de propiciar a recuperação social do sentenciado, a sua ressocialização, a reinserção em sociedade, no convívio familiar. Assim, a pesquisa também tem por objetivo a abordagem de resultados obtidos com a aplicação destes institutos e benefícios, bem como seus efeitos e impactos, tanto no sistema carcerário quanto na sociedade em geral.

A questão mais abordada pela mídia atualmente são as saídas temporárias, a grande quantidade de beneficiados, a falta de estrutura do Estado para monitorar e fiscalizar os apenados durante o período fora dos estabelecimentos prisionais, sobretudo o grande número de crimes praticados pelos beneficiados durante essas saídas e os livramentos condicionais.

Em um levantamento de 2003 a 2012 feito pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo a pedido do jornal Folha de São Paulo, um total de 50.108 detentos, neste período, que foram beneficiados com a saída temporária nas datas comemorativas, não retornaram aos presídios do estado.

Em 2003 foram 2.968 detentos beneficiados e que não retornaram, um percentual de 7,5% do total de agraciados, já em 2006 foram 4.309, um percentual de 6,5%, em 2009 foram 6.705 internos, aproximadamente 6,3% e em 2012 houve uma queda para 5,5% em que 5.644 reeducandos se evadiram.

Referências

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão – causas e alternativas**. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Tratado de direito penal**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

ESTEFAM, André. **Direito Penal 1: Parte geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Vigiar e punir**. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Individualização da pena**. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal: parte geral**. 18. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Manual de direito penal**. 23. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 4. ed. v. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

ESTUDO SOBRE OS APOIOS LEGAIS E A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Isadora Antunes Dias MALTA

Assis - SP

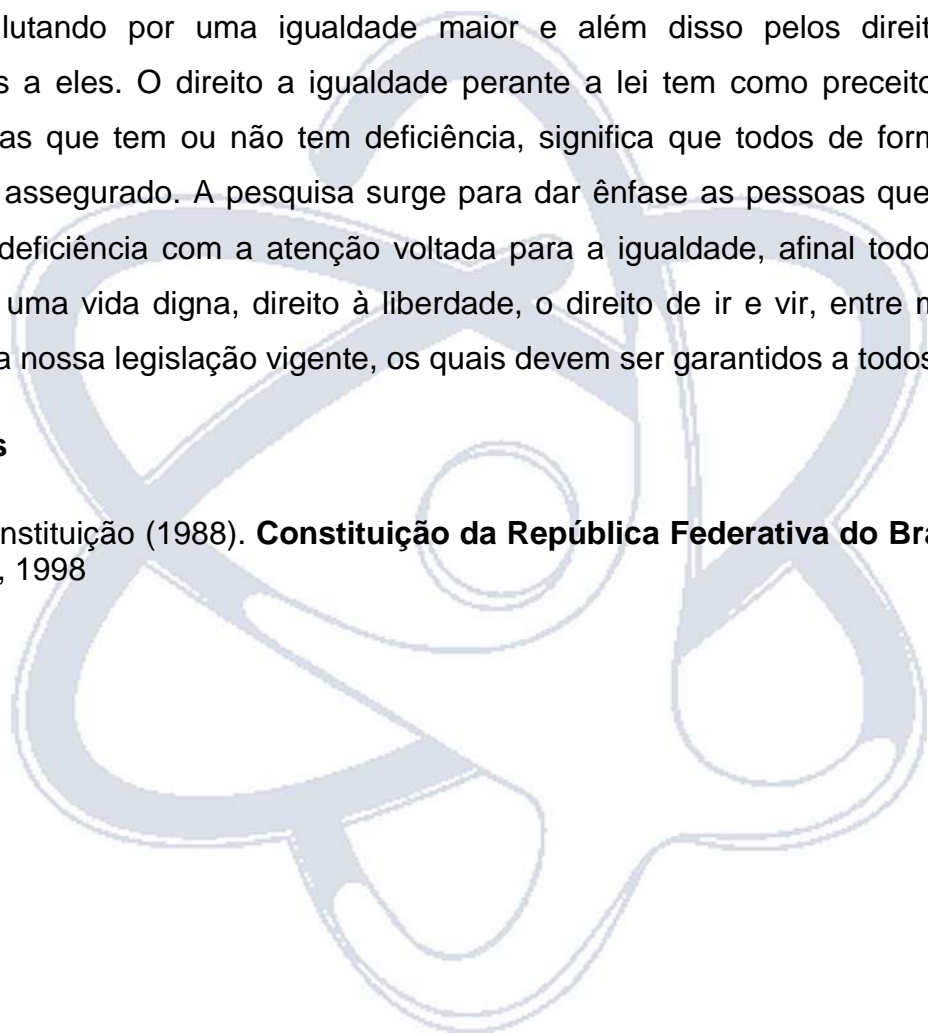
isadoraadm@hotmail.com

Esta pesquisa tem a finalidade de estudar a legislação e projetos com fins sociais e legais, destinados a pessoas com deficiência. Discutir sobre esse assunto faz com que a sociedade, em aspectos gerais, conheça de forma mais profunda essa problemática que é de interesse coletivo, para que se alcance uma sociedade mais justa. Como metodologia de pesquisa, a revisão bibliográfica constitui-se no primeiro passo. Num segundo momento estabeleceu-se contato com a Associação AADVAR, a qual permitiu entrevistas individuais e abertas, realizadas na sede da referida associação com as pessoas que se dispuseram para tal. Considerando que a pesquisa em questão caracteriza-se por uma metodologia qualitativa, o número de entrevistados não é definido a priori, portanto a análise dos dados seguirá um percurso de categorização por conteúdos coletados. Com as pesquisas de campo realizadas na cidade de Assis/SP, foi possível identificar o quanto ainda tem que se evoluir no que se refere às pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. A cidade é precária no sentido da dificuldade de locomoção em virtude de irregularidades nos pisos, como também ausência de guias demarcadoras táteis detectáveis. Todavia, pessoas com deficiência são titulares de direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais como todas as outras pessoas são. Por isso, devem sempre ser tratadas com igualdade, independente de qualquer diferença que apresenta. A Constituição Federal de 1988 traz como seu principal objetivo o princípio da dignidade da pessoa humana, promovendo a inclusão social e legal das minorias. Porém, além da igualdade deve-se levar em conta os direitos que essas pessoas tem acesso devido as legislações constitucionais e infraconstitucionais, presentes no nosso ordenamento jurídico. Além das leis que amparam as pessoas com deficiência é fato que há outros projetos sociais e também legais, que já estão em vigência ou que ainda estão para ser

aprovados. Os dias atuais tem apresentado um grande desenvolvimento, no que se refere a pessoas que tem deficiência gerando a inclusão social não só dos mesmos, mas também de suas famílias. Um fator que deve ser ressaltado é a acessibilidade dos deficientes ou seja para que estes atinjam autonomia em todas áreas da vida. Com a acessibilidade é presumível a promoção da inclusão bem como atos que afiancem acessibilidade as pessoas que apresentam uma deficiência relacionada a falta de mobilidade aos sistemas de transporte, circulação em espaços públicos. É fato que pessoas com deficiência estão conseguindo cada vez mais conquistar seu espaço na sociedade, lutando por uma igualdade maior e além disso pelos direitos que são assegurados a eles. O direito a igualdade perante a lei tem como preceito o equilíbrio entre pessoas que tem ou não tem deficiência, significa que todos de forma geral tem esse direito assegurado. A pesquisa surge para dar ênfase as pessoas que apresentam um tipo de deficiência com a atenção voltada para a igualdade, afinal todos nós temos direito a ter uma vida digna, direito à liberdade, o direito de ir e vir, entre muitos outros presentes na nossa legislação vigente, os quais devem ser garantidos a todos.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998



SISTEMA PENAL COMPARADO E SUAS NUANCES

Bruno Alves PALOMARES

Assis - SP

bruno_palves@hotmail.com

Este resumo tem por finalidade apresentar as diferentes correntes no que tange o sistema penal brasileiro e do mundo todo, para tanto será levado em conta ideais, princípios e conceitos de escolas como o Direito Penal Necessário, Direito Penal Máximo e também o Abolicionismo Penal objetivando encontrar o meio mais eficaz no controle da criminalidade.

A partir da análise da situação socioeconômica do infrator e de dados estatísticos em nível mundial, também regional, dar-se-á a construção de uma tese própria na qual afaste a seletividade do sistema penal, bem como discutir sobre temas relevantes para aplicação do Direito Penal, como, por exemplo, a ampliação das leis penais, ampliação das penas de longa duração, movimento chamado tolerância zero, a redução da maioria penal, a prisão para usuários de drogas e o direito penal do inimigo.

Toda análise será feita à luz dos princípios e garantias fundamentais e dispositivos da Constituição Federal do Brasil.

Referências

ALENCAR, Rosmar Rodrigues; TÁVORA, Nestor. **Curso de Direito Processual Penal**. 8ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal**. Vade Mecum Saraiva. 13ª Ed. Saraiva, 2012.

_____. **Código Penal**. Vade Mecum Saraiva. 13ª Ed. Saraiva, 2012.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**: 5ª Ed. rev. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIANCHINI, Alice. **Abolicionismo penal**. Atualidades do Direito. Disponível em <<http://atualidadesdodireito.com.br/alicebianchini/2013/04/16/abolicionismo-penal/>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

_____. **Pressupostos Materiais Mínimos da Tutela Penal.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

DIMENTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel.** 3ª Ed. – São Paulo: Ática, 2002.

DUARTE, Alessandra; BENEVIDES, Carolina. **Brasil gasta com presos quase o triplo do custo por aluno.** O Globo. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-gasta-com-presos-quase-triplo-do-custo-por-aluno-3283167>> Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

ESTEFAM, André. **Direito penal esquematizado:** Parte geral / André Estefam e Victor Eduardo Rios Gonçalves. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Saraiva, 2012

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão:** Teoria do garantismo penal. 3ª Ed. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FILHO, Luís Francisco Carvalho. **A prisão.** 1ª Ed. – São Paulo: PubliFolha, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 41ª Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRECO, Rogério. **Direito penal do equilíbrio** - Uma visão minimalista do direito penal. 6ª Ed. – Niterói: Impetus, 2011.

JAKOBS, Gunther; Cancio, Manuel Mellá. **Direito penal do inimigo** - Noções e críticas. 2ª Ed. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LUIZI, Luiz. **Princípios constitucionais penais.** 2ª Ed. - Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A palavra dos mortos:** Conferência de criminologia cautelar. 1ª Ed. – Editora Saraiva, 2012.

_____. **Direito penal brasileiro** – teoria do delito. 1ª Ed. – Editora Revan, 2010.

DIREITOS HUMANOS NO DEBATE INTERNACIONAL SOBRE A PAZ E A GUERRA

Bárbara Paes MANFIO

Assis - SP

bamanfio@hotmail.com

Trata-se neste estudo da análise dos Direitos Humanos quanto aos temas da paz e da guerra, a fim de se obter qual a relação e qual a influência entre estes três assuntos. Com foco nestes três pontos, busca-se observar qual a interferência da paz e a guerra sob a ótica dos Direitos Humanos, observando sua evolução e seus efeitos.

A valoração do homem diante das normas internas de cada país e principalmente em normas internacionais nem sempre esteve presente. A conquista dos Direitos Humanos foi um processo longo que deixou várias vítimas, assim como o caminho percorrido pelos conflitos bélicos. Por anos a guerra foi usada como meio de imposição de força de um Estado sobre outro, porém no meio destes conflitos estatais estavam crianças, jovens e adultos que eram vistos como objetos descartáveis na mão do Estado.

Em âmbito jurídico é válido o estudo sobre a paz e a guerra na vertente do Direito da Guerra (Jus in bello), do Direito à Guerra (Jus ad bellum) e também do Direito à Paz. Visto como instrumento de organização social, o Direito em relação à guerra possui alguns pontos importantes em sua trajetória, o Jus in bello tem seu fundamento na preservação dos beligerantes, ou seja, era necessário um sistema que garantisse que o lado derrotado não sofresse destruição total, este direito surge para regular os conflitos bélicos, proibindo alguns abusos, regulando atos em períodos de guerra e com eles surge a discussão entre o que é justo e injusto em uma guerra, também o que é permitido e proibido, quais as formalidades que o Estado precisa fazer, dentre outros.

O estudo dos Direitos Humanos relacionado com a paz e a guerra remetem o tema para o Direito Internacional Humanitário e seus mecanismos de proteção ao ser humano. Estes mecanismos se perfazem em órbita internacional através de tratados, convenções e

instrumentos do tipo e também através de órgãos de proteção a esses direitos. Já em esfera interna, estes direitos possuem atuação principalmente quando o Estado ratifica os tratados/convenções e também apoia e incentiva os órgãos de proteção.

A partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Estados passam a observar o Direito à Guerra com outros aspectos, resultado desta mudança foi a criação da Liga das Nações em 1919, que não teve eficácia, já que não conseguiu pôr fim a prática da guerra como direito comum do Estado. O resultado desta ineficácia foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Após a segunda grande guerra, têm-se imensa transformação nesta área das relações internacionais entre os Estados e também na valoração do ser humano. Com a criação da ONU e com os diversos tratados que surgiram posteriormente, os Direitos Humanos concretizaram-se perante os Estados e com isso passaram a ser sujeitos de direitos em âmbito internacional e não somente interno e mais que isso a guerra passa a ser repugnada nas relações internacionais.

Fruto de um caminho gradativo para a concretização dos direitos do homem e da promoção da paz mundial pode-se dizer que a ONU é a principal instituição que representa o Direito à Paz e principalmente os Direitos Humanos. Agindo na prevenção de conflitos e quando estes se iniciam acompanhando veementemente para que o mesmo cesse o mais rápido possível, aplicando ainda medidas para que a população civil não sofra, a ONU possui ao seu lado órgãos que a ajudam para cumprir estas missões. Nesta área percebe-se a grande atuação dos órgãos que protegem tanto civis como militares em caso de conflitos bélicos, um exemplo e referência destes órgãos é o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e também o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A guerra e seus efeitos contribuíram para diversas transformações sociais, apesar de não ser a melhor forma para isto. Porém dentre estas transformações a principal foi a promoção do Direito à Paz e dos Direitos Humanos, com ênfase no Direito Internacional Humanitário, através de análises percebe-se assim, que a medida em que os direitos inerentes aos seres humanos evoluem, a prática da guerra diminui. E mais que isso, a guerra – principalmente a Segunda Guerra Mundial – mostrou a sociedade que era necessário caminhar em outra direção. Este novo caminho está sendo construído e ainda há muito que estudar sobre estes três fenômenos para compreender melhor a influência e

a importância de cada um, tanto na construção do que já desfrutamos atualmente, mas principalmente na formação dos direitos que decidiram o futuro das nações.

Referências

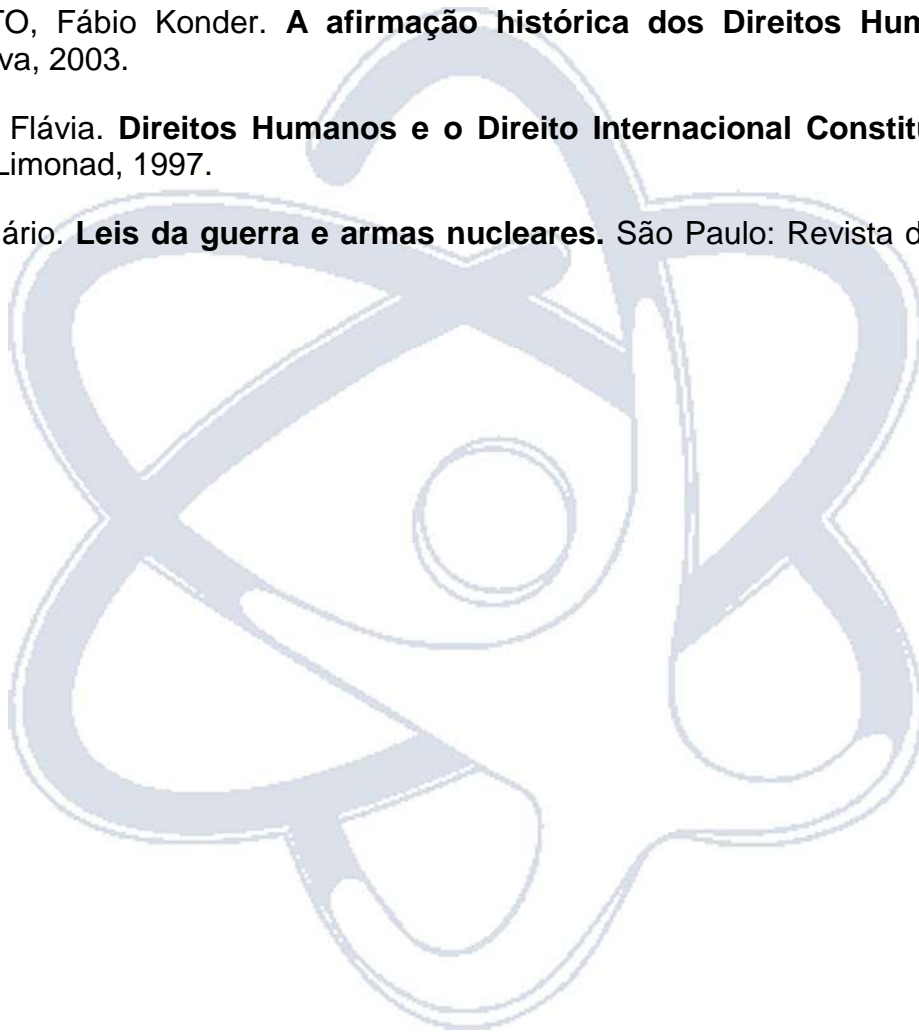
ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos Humanos e Não-violência**. São Paulo: Atlas, 2001.

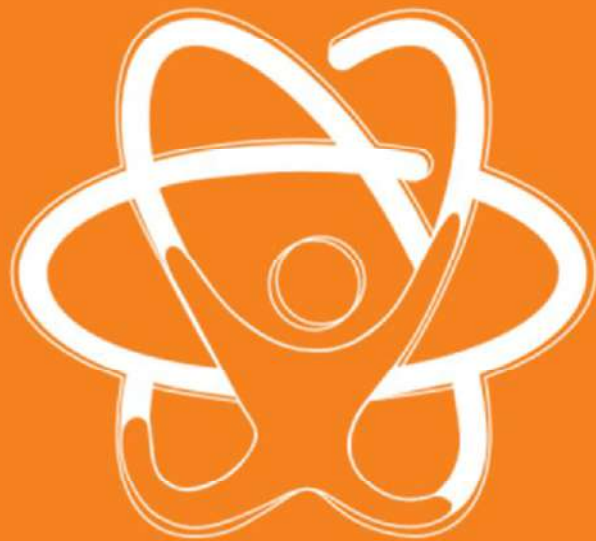
ÁVILA, Rafael; RANGEL, Leandro de Alencar. **A guerra e o direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Internacional Constitucional**. São Paulo, Max Limonad, 1997.

PESSOA, Mário. **Leis da guerra e armas nucleares**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.





ENFERMAGEM

CONHECENDO O PERFIL DOS CUIDADORES DE IDOSOS BRASILEIROS

Sabrina Pereira Campos TOZO¹; Maria José Caetano F. DAMACENO²

¹ Discente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

² Docente Mestre em Saúde e Envelhecimento do Curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

sabrina_tozo@hotmail.com, marin.mjcf@hotmail.com

Introdução

Atualmente, é perceptível o crescimento populacional de idosos brasileiros devido à melhoria na qualidade de vida, acesso à saúde, redução na taxa de fecundidade e aumento na expectativa de vida. Diante deste quadro, e, juntamente com uma significativa melhora na atenção ao idoso, não é raro nos depararmos com essa população sendo vítima de doenças crônicas degenerativas como o diabetes e hipertensão e suas sequelas, favorecendo dependência nas atividades diárias em graus variados.

À medida que aumenta o grau de dependência, há uma demanda de mais cuidados e conseqüentemente mais cuidadores. Assim, se faz necessário refletirmos como os idosos estão sendo e serão cuidados futuramente em nosso país. Findamos que os cuidadores devem estar preparados para lidar com esta nova clientela. É essencial que estes tenham uma visão holística sobre o indivíduo, vendo-o de maneira ampliada, a fim de identificar suas necessidades básicas de vida, não só no aspecto biológico, mas compreendendo-o como um ser biopsicossocial e espiritual (CECÍLIO, 2011). Salientamos que o indivíduo cuidador também é um ser biopsicossocial e espiritual, que acarreta em sua rotina outras atividades, além de cuidar do idoso, ficando passível do desenvolvimento de doenças físicas e emocionais.

Objetivos

Identificar o perfil dos cuidadores de idosos brasileiros, quanto idade, escolaridade, sexo, grau de parentesco, presença de patologias, nível socioeconômico. Sistematizar os estudos: ano publicado, titulação do primeiro autor, metodologia empregada e abrangência geográfica.

Metodologia

Revisão bibliográfica, base de dados LILACS, DeCS: cuidadores, família, idosos, caracterização, perfil. A partir dos critérios de inclusão, idioma português; texto na íntegra; temática; para a caracterização dos cuidadores foram selecionados para análise 16 (26%) artigos de 60 (100%) artigos.

Resultados

Caracterização dos cuidadores: Apenas 06 (38%) artigos relatam faixa etária, entre 40 - 60 anos. Escolaridade: 07 (44%) artigos demonstram predominar ensino fundamental. Somente 10 (62%) artigos indicam sexo, prevalecendo o feminino, conferindo filhos e cônjuge como principais cuidadores. Patologias: 07(44%) artigos relatam hipertensão, diabetes, câncer, dor lombar e artrite. O nível socioeconômico foi abordado em 02 (12,5%) artigos referindo renda de meio a 10 salários mínimos. Publicação: 03 (19%) artigos entre 2000 – 2004; 08 (50%), 2005 – 2009; 05 (31%), 2010 - 2014. Atuação profissional do primeiro autor: 13 (81%) artigos - enfermeiros. Metodologia: 13 (81%) artigos – pesquisa de campo; 01(06%) - revisão bibliográfica. Abrangência geográfica: 06 (38%) - região sudeste e 03 (19%) - região sul.

Conclusão

A partir desta revisão bibliográfica, ainda não concluída, buscamos identificar o que há de publicações sobre o assunto e desta forma observamos as características do perfil dos cuidadores no Brasil. Frente à mudança demográfica brasileira, é imprescindível conhecer cientificamente o perfil dos cuidadores, subsidiando as práticas dos profissionais da saúde nos vários âmbitos do cuidado. O cuidador deve receber atenção a sua saúde e qualidade de vida visto que para cuidar do outros estes devem gozar de saúde e bem estar físico e mental.

Referências

CARTAXO, Hemília Gabrielly de Oliveira et al. **Caracterização de idosos sintomáticos ou portadores de afecções neuropsiquiátricas segundo cuidadores familiares.** Revista Cogitare Enfermagem; vol. 16, nº 2, Abril, 2011. p 319-25.

CECÍLIO, Luis Carlos de Oliveira. **Apontamentos teórico-conceituais sobre processos avaliativos considerando as múltiplas dimensões da gestão do cuidado em saúde.** Interface (Botucatu); vol 15, nº37. Abril/junho de 2011 p. 589-99.

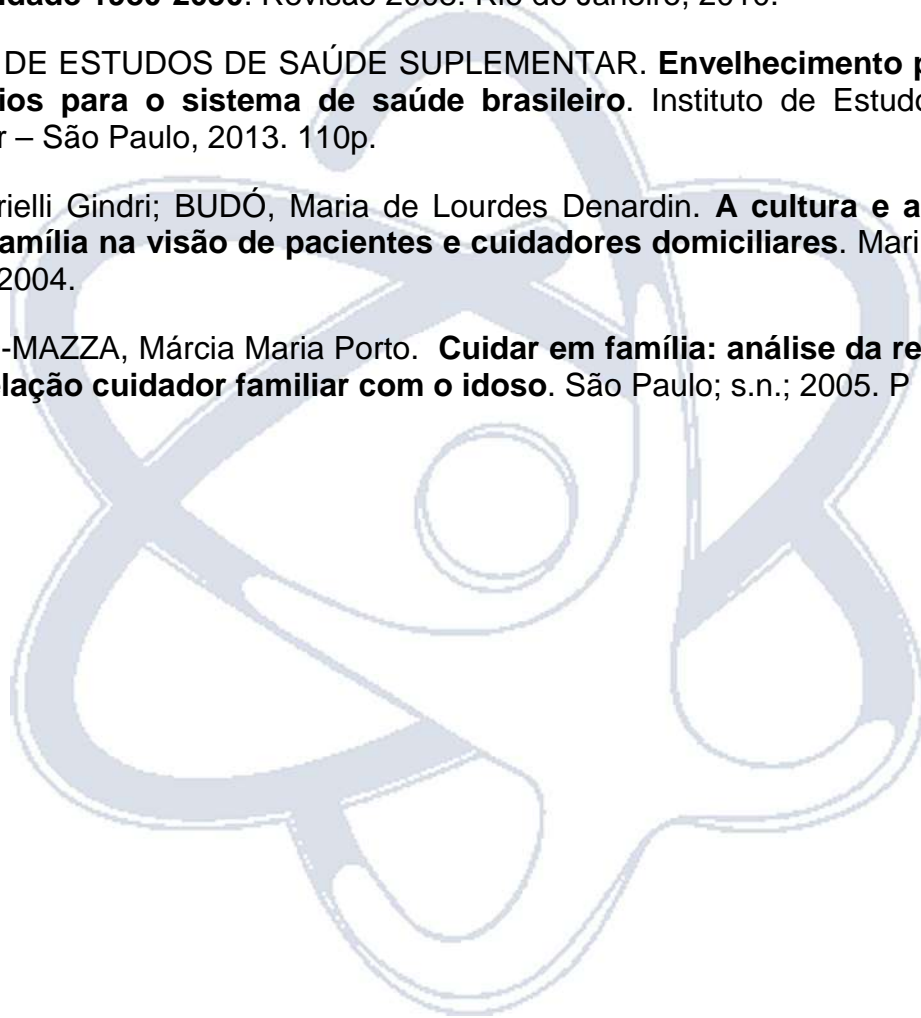
FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica.** 3ª edição. São Caetano do Sul: Yendis Editora Ltda, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade 1980-2050.** Revisão 2008. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Envelhecimento populacional e os desafios para o sistema de saúde brasileiro.** Instituto de Estudos de Saúde Suplementar – São Paulo, 2013. 110p.

RESTA, Darielli Gindri; BUDÓ, Maria de Lourdes Denardin. **A cultura e as formas de cuidar em família na visão de pacientes e cuidadores domiciliares.** Maringá, v. 26, nº 1, p. 53-60, 2004.

ROSSETTO-MAZZA, Márcia Maria Porto. **Cuidar em família: análise da representação social da relação cuidador familiar com o idoso.** São Paulo; s.n.; 2005. P 103.



CONHECENDO OS ASPECTOS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO BRASILEIRO

Amanda Lemes de ABREU¹; Maria José Caetano Ferreira DAMACENO²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis.

² Docente Mestre em Saúde e Envelhecimento, Fundação Educacional do Município de Assis, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis

vinicios_olilemes@hotmail.com, marin.mjcf@hotmail.com

Introdução

Conforme o IBGE (2013), o Brasil está passando pelo fenômeno de envelhecimento rápido (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2010), tendo como causas a redução da taxa de fecundidade e aumento da longevidade. O Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (2013) estima que em 2050 o número de pessoas acima de 60 anos corresponderá a 30% da população brasileira. É preocupante que os indivíduos têm envelhecido de forma inativa, favorecendo a dependência por consequência das doenças crônicas e suas sequelas. Assim como, a falta de conhecimento, sobrecarga de atividades, estresse físico e psicológico, fatores relacionados aos cuidadores podem afetar o relacionamento intrafamiliar e serem favoráveis a agressões ao idoso. Os diferentes tipos de violência contra os idosos tem preocupado a sociedade. Apontamos alguns pressupostos norteadores desta pesquisa: Quem são os representantes sociais causadores da violência contra os idosos? Qual o perfil da vítima? Quais os tipos de violência que tem ocorrido? Quais fatores contribuintes? Quais principais locais de ocorrência das agressões?

OBJETIVOS

Identificar o que tem sido publicado acerca da violência contra os idosos brasileiros a partir das variáveis, abrangência geográfica, metodologia empregada, ano de publicação, atuação profissional do primeiro autor, bem como, identificar o perfil do agressor e da

vítima, tipologia da violência, fatores contribuintes para as agressões e os locais de ocorrência.

Metodologia

Revisão bibliográfica, utilizando a base de dados Lilacs. Através dos critérios de seleção, idioma português; temática central, os maus tratos ao idoso; e o texto na íntegra, selecionou-se 17 artigos.

Resultados

Abrangência geográfica: a região nordeste destacou-se, existe nesta região o programa Alô Idoso, que tem por finalidade receber denúncias. Instiga-se, será um dos motivos dessa localidade estar em destaque diante das outras regiões do país? Observamos regiões com pouca representatividade, a Sul com 02 (12%) artigos e a Sudeste com 03 (18%) artigos. Identificamos regiões sem publicações como o caso da Norte e Centro-Oeste. Metodologia empregada: a pesquisa de campo sobressaiu em 11 (65%) artigos, sendo a revisão bibliográfica encontrada em 06 (35%) artigos. Segundo Figueiredo (2009, p 93), a pesquisa de campo propicia maior familiaridade do problema, buscando conhecimento por meio de comprovações teóricas em uma determinada realidade. Ano de publicação: 02 (12%) artigos foram publicados em 2006. Esta informação poderá ter relação com a aprovação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSI) neste mesmo ano? (BRUNO, 2009). Notou-se um aumento de publicação em 2008, com quedas nos anos de 2011 e 2012 com 02 (12%) artigos. Atuação profissional do primeiro autor: predominou a categoria médica, com 04 (23%) artigos, psicologia e enfermagem, cada uma com 03(18%) artigos, pedagogia e sociologia cada uma com 02(12%) artigos. Já a categoria da terapia ocupacional, fisioterapia e serviço social publicou apenas 01 (6%) artigo. Salienta-se o caráter multiprofissional, por proporcionar um olhar mais ampliado acerca do assunto. Perfil do agressor: Oito (47%) artigos destacam como agressores os próprios familiares e/ou cuidadores formais, não especificando qual o grau de parentesco. Em 05 (29%) artigos destacam os filhos e filhas. E no restante aparecem netos, noras e genros. Perfil da vítima: predominou o sexo feminino, visto como vulneráveis ao abandono e à violência (ALVES, 2008). Tipologia da violência: a mais acometida foi o tipo física, em 12 (71%) artigos. A violência psicológica foi identificada em 11(65%) artigos, esta é classificada por palavras e expressões rudes. Outros tipos de violência também foram identificadas como a financeira/econômica, a negligência, a

violência sexual, o abandono, verbal e a tortura (ALVES, 2008). Local de ocorrência da violência: o âmbito familiar sobressaiu em 15 (88%) artigos. Em 02 (12%) artigos destacou as Instituições de longa permanência.

Conclusões

Trata-se de um estudo com resultados parciais.

Referências

BRUNO, Liliane Maria da Silva Melo. **Operacionalização das políticas de atenção ao idoso: um olhar avaliativo sobre algumas experiências no município do Rio de Janeiro. [dissertação na internet]**. Rio de Janeiro (RJ): Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2009. 80f. [citado 27 maio 2014]. Disponível em: http://www.tesesims.uerj.br/lildbi/docsonline/pdf/bruno_liliane.pdf.

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. 3ª edição. São Caetano do Sul: Yendis Editora Ltda, 2009.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS SP. **A Inversão da Pirâmide Etária Paulista**. Ano 10, nº3, 2010. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spdemog/abr2010/spdemog_abr2010.pdf. Acesso em 04 dez. 2013.

ALVES, Carla Maria Lobato. **Rompendo o silêncio: uma breve análise sobre a violência familiar contra idosos em São Luis. Maranhão, revista Kairós, São Paulo (SP), 11(2), dez. 2008, PP. 81-94.**

NANOTECNOLOGIA PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM

Ana Paula Carvalho CASSIANO¹; Luciana Pereira SILVA²

(1,2) Curso de enfermagem - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis –
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

ana_paulina2008@hotmail.com, sraregildo@yahoo.com.br

A nanotecnologia estende a ciência de materiais para o domínio de partículas e assim como o conjunto de dimensões extremamente pequenas, da ordem de um a cem nanômetros. Partículas deste tamanho, ou nanopartículas, apresentam uma grande área superficial e, frequentemente, exibem propriedades mecânicas, ópticas, magnéticas ou químicas distintas de partículas e superfícies macroscópicas [1].

A nanotecnologia no campo da enfermagem não representa uma realidade distante aos cuidados em enfermagem. As principais aplicações são implantes e próteses (engenharia de tecidos); diagnóstico ultrarrápido e sensível usando nanosensores; e sistemas de carregamento e liberação de drogas [2].

O prefixo nano tem origem na palavra grega vávoç (nannos) que significa anão. A Nanotecnologia é um termo genérico para um conjunto de tecnologias, técnicas e processos para a preparação, caracterização, manipulação e controle de átomos ou moléculas para construir novos materiais em escala de nanômetros, com novas propriedades inerentes as suas dimensões [3].

O presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico da principal utilização da nanotecnologia para o cuidado da enfermagem, analisando como a enfermagem vem utilizando os produtos nanotecnológicos nas diversas áreas como cirurgia, produtos farmacológicos de curativos e intervenções para os cuidados ao cliente.

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa da atuação do enfermeiro na intervenção para o cuidado ao paciente utilizando a nanotecnologia. Será realizada revisão de literatura a partir de busca em livros e artigos indexados nas bases de dados Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

(LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), *National Library of Medicine* (PUBMED) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

Será utilizado como descritores controlados: enfermagem, cuidados de enfermagem, inovação e nanotecnologia; e como descritora não controlada: inovação nanotecnológica, nanobioengenharia e nanotecnologias em saúde. A pesquisa bibliográfica será estruturada em combinações de língua portuguesa e/ou em suas variações de língua inglesa.

Numa segunda etapa da pesquisa por meio desses descritores, procederá à análise crítica dos estudos, excluindo aqueles não condizentes com os critérios e com a proposta da pesquisa, bem como as produções duplicadas. Os critérios de inclusão serão estudos que se adequaram a: artigos com texto na íntegra, artigos que versassem sobre a temática proposta e publicados nos últimos 10 anos (2004-2013).

Após os critérios estabelecidos, será empregada a análise sistematizada mediante fases do processo da pesquisa bibliográfica, considerando: o levantamento bibliográfico preliminar nas bases de dados; a leitura exploratória dos estudos, verificando a viabilidade dos estudos encontrados para a revisão literária; a leitura seletiva, analisando, de maneira específica, a pertinência dos estudos; a leitura analítica, resumizando as informações encontradas de maneira crítica; a leitura interpretativa, articulando os conhecimentos versados em todos os estudos selecionados; e a elaboração do texto final que sintetiza os resultados da pesquisa literária. Todos os dados serão tabulados e realizada a estatística adequada para pesquisa qualitativa.

Referências

- [1] QUINA, Frank H. **Nanotecnologia e o meio ambiente: perspectivas e riscos**. Quím. Nova, São Paulo, v. 27, n. 6, Dec. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422004000600031&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 18 de agosto de 2014.
- [2] ROSSI-BERGMANN, Bartira. **A nanotecnologia: da saúde para além do determinismo tecnológico**. *Cienc. Cult.* [online]. 2008, vol.60, n.2, pp. 54-57. ISSN 2317-666
- [3] CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

A INTERFACE DO TRATAMENTO DO DEPENDENTE QUÍMICO E AS RELAÇÕES FAMILIARES

Cássia Cristina do Nascimento LINS¹; Fernanda Cenci QUEIROZ²; Maria Eliezete MELLO³

¹Graduanda da enfermagem da FEMA

²Mestre docente da enfermagem da FEMA

³Doutora Docente da enfermagem da FEMA

cassiacassia@hotmail.com, nandacq@hotmail.com, dedemelo@fema.edu.br

Este trabalho busca entender a influência da família no tratamento do dependente químico, visto que a esta exerce grande influência no comportamento dos seus membros. Desta forma a pesquisa buscou encontrar na literatura brasileira o que vem sendo publicado sobre tratamento da família do dependente químico com foco na sua recuperação e socialização, a fim de compreender as diversas formas de abordagem da família do dependente químico, buscando recuperá-lo e reinseri-lo na sociedade.

Esta revisão buscou também verificar a existência de relatos de experiências publicados de abordagens familiares no tratamento da dependência e descrever os desafios das políticas voltadas ao tratamento do dependente químico. O caminho metodológico dessa pesquisa foi trilhado através da revisão da literatura dos próprios textos temáticos e teóricos. O levantamento bibliográfico e o trabalho de coleta de dados foram realizados na base de dado das bibliotecas virtuais da saúde, como o LILACS, BIREME e SCIELO.

Os artigos encontrados foram lidos na íntegra e agrupados em categorias de análises que respondam ao objetivo da pesquisa, sendo estas: experiências de tratamento familiar e desafios da inclusão da família no tratamento da dependência. Foram eliminados os artigos que não tratavam especificamente do tema. Quanto a formação dos autores foi percebido que 40% eram enfermeiros e outros 40% eram psicólogos, o que demonstra a participação da enfermagem na atuação deste problema de saúde pública. Na primeira categoria 50% dos artigos relatam estratégias inovadoras de incluir a família no tratamento da dependência química, sendo que 28%(3) dos trabalhos usaram como

estratégia atividades em grupos envolvendo profissionais e familiares; 7%(1) usou de ECOMAPA como estratégia de mapeamento da rede social do dependente, que permitiu análise de vínculo, identificação de pontos vulneráveis e levantamento dos fatores de riscos e proteção; 7% (1) utilizou de internação domiciliar como nova estratégia de serviço a fim de ampliar e descentralizar o atendimento, propondo um trabalho de construção de rede social de apoio ao dependente integrado no seu meio social; 7% (1) traz uma experiência com tratamento com dependente químico internado.

Apesar de essa pesquisa trazer a importância do familiar no tratamento, ela tem o foco central na equipe multidisciplinar, sendo trabalhado o papel da família através de conversas nos horários de visitas, sendo assim essa pesquisa se distancia das anteriores que tem o foco central na família. Os outros 50% dos trabalhos encontrados voltaram seus estudos para analisar literaturas e entrevistas a fim de mostrar a necessidade de se reestruturar o serviço de saúde mental para dependentes químicos, compondo a segunda categoria de análise. OLIVEIRA(2012) e ANDERSON(1999) ressalta a necessidade do preparo para a alta como forma de evitar as recaídas, uma vez que os familiares entrevistados demonstram acreditar que a hospitalização é a solução dos problemas da dependência, desconsiderando a influência do meio social nas recaídas.

O primeiro autor vai mais além, pois coloca a importância de incluir os CAPS-ad como serviços que colaboram para a redução das recaídas. SOCCOL(2013) coloca a necessidade de se realizar apoio familiar não só nos CAPS-ad mas também nas unidades básicas de saúde. FLIGIE(2004) aborda a questão familiar do dependente não na perspectiva de auxílio no tratamento, mas como potencial risco para se tornar dependente. Coloca a importância de tratar do assunto das drogas com quem convive com dependente, mas ainda não faz uso de drogas. ARAGÃO(2009) estudou a desestrutura familiar causada pela presença do uso de drogas em um dos seus membros, tendo como resultado relatos de desesperanças mas também de grandes preocupações e desejos destes familiares que algum tratamento possa ajudar seus entes adoecidos. Maciel(2013) ressalta a importância de políticas estruturadas que consigam incluir a família no tratamento como estratégia de melhorar a adesão e acesso ao tratamento.

Este autor ressalta que os profissionais precisam de capacitação para realizar esse acompanhamento familiar e revisão de seus conceitos para instrumentalizar os familiares. Esta pesquisa pode concluir que apesar de existir experiências publicadas sobre a importância de incluir a família do dependente no tratamento, a operacionalização desta

prática ainda é prematura em nosso país. É possível perceber nos trabalhos lidos que o tratamento com o dependente químico vem evoluindo, mas que o desafio de integrar a família nos diversos serviços de saúde (atenção básica, secundária e terciária) ainda é significativo. Fica evidente nesta pesquisa a importância de mais estudos sobre tratamento de dependência química que incluem a família, bem como de melhoria nos serviços existentes.

Referências

ZEMEL, M.L.S. **O papel da família no tratamento da dependência.** Revista IMES nº 3, 2001; pp. 43-63.

SOCOL, K LS; TERRA, M G; GIRARDON-PERLINI, N M O; RIBEIRO, D B; SILVA, C T; CAMILO, L A. **O cuidado familiar ao indivíduo dependente de álcool e outras drogas.** Revista RENE; 14(3):549-557, 2013.

CAVALCANTE, L.P; FALCÃO, R.S.T; LIMA, H.P; MARINHO, A.M; MACEDO, J.Q; BRAGA, V.A.B. **Rede de apoio social ao dependente químico: ecomapa como instrumental na assistência em saúde.** Revista RENE; 13(2):321-331, 2012.

MACIEL, L. D; ZERBETTO, S.R; FILIZOLA, C.L.A; DUPAS, Giselle; FERREIRA, N.M.L.A. **Consequências e dificuldades da dependência química no âmbito familiar: uma revisão de literatura.** Revista APS; 16(2), abril, 2013.

ALVAREZ S.Q; GOMES, G.C; OLIVEIRA, A.M.N; XAVIER, D.M. **Grupo de apoio/suporte como estratégia de cuidado: importância para familiares de usuários de drogas.** Revista gaúcha de enfermagem; 33(2): 102-108, jun. 2012.

OLIVEIRA, Elias Barbosa; MENDONÇA, Jovana Lucia Schettini. **Familiar com dependência química e consequente sobrecarga sofrida pela família: pesquisa descritiva.** Online braz. j. nurs. (online);11(1), May 2012.

ANFETAMINAS X DIREÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Celio Ricardo de Oliveira LOPES¹; Edmar VENTUROSO²

celiorolopes@gmail.com, edmareliana@ig.com.br

Cumpra ratificar que nos dias atuais, em meio ao ambiente de trabalho de motoristas profissionais de caminhão, nota-se que as distâncias percorridas por estes estão cada vez maiores. Inobstante isso, o tempo para a entrega de produtos está cada vez menor. Tendo em vista esta situação, constata-se o uso frequente de anfetamina, droga sintética conhecida por seu efeito estimulante quanto à atividade mental. Esta, associada ao álcool, tem o poder de potencializar seus efeitos.

Mais conhecidos como rebite, este é frequentemente usado entre os profissionais da estrada. Este trabalho tem o intuito de demonstrar o perigo presente nas rodovias brasileiras, tanto para esses profissionais como para os demais usuários, bem como procura demonstrar e analisar os riscos iminentes que o uso deste medicamento pode provocar. Em linhas gerais, não se questiona o fato de que há uma ampla fiscalização, realizada pela polícia Federal e Estadual no combate ao uso de tal droga. Contudo, tendo em vista a fácil aquisição desse produto, todo este trabalho parece perder-se. É preciso insistir no fato de que a remuneração destes trabalhadores está diretamente relacionada ao tempo que permanecem dirigindo seus veículos. Assim, quanto mais dirigirem, maior será o faturamento.

Mesmo com as rodovias em perfeitas condições, o número de acidentes envolvendo esses profissionais é grande. Entende-se que isso está relacionado à falsa sensação que este medicamento causa sobre o usuário. Parte-se do princípio de que uma mudança cultural seria necessária, para que houvesse uma substancial diminuição de carga horária e remunerações mais justas como possibilidade de solução desta questão tão delicada. Na qual toda a sociedade sai perdendo.

Referências

BATISTA, M.A.S.; SILVA, F.A.B. **Nível de saúde de caminhoneiros que trafegam pela BR 040, com base de dados obtidos durante o 6º Comando Rodoviário Federal, na cidade de Brasília-DF.** Sena Aires, P.2-10, 2006. Brasil. Ministério da Saúde: a política do Ministério da Saúde para a atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas. Brasília; 2004. Disponível em: <www.senaaires.com.br/revistavirtual/artigos/arteCiente/arteCiente1.Pdf>. Acesso em 30/08/20014.

GILMAN, L. **As bases farmacológicas da terapêutica.** Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill inter americana do Brasil, 2006.

LEI FEDERAL Nº 12.619. **Lei do Motorista.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12619.htm> Acesso em 20 de Agosto de 2014.



CAPACITAÇÃO DO EDUCADOR INFANTIL PELO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Luciana Pereira SILVA¹; Narayane Alves dos SANTOS²

1Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora do Curso de enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

2Bolsista PIC do Curso de enfermagem da FEMA - Assis - SP – Brasil

A crescente necessidade de atuação do enfermeiro nas instituições infantis de cuidados e educação primária de forma contínua é um importante instrumento para atender as necessidades de saúde básica da criança, assim como proporcionar tranquilidade e capacitação para os profissionais educadores e para os pais. Implantar a educação em saúde no berçário e nas pré-escolas sob a supervisão do enfermeiro se torna prioritário para melhoria da qualidade da assistência às crianças, prestada por estes estabelecimentos.

O enfermeiro possui em sua formação acadêmica uma ampla variedade de conhecimentos que poderão ser aplicados de forma benéfica sobre as crianças, uma vez que estas são consideradas um grupo especial e que necessitam ser assistidos com qualidade [1].

A parceria entre o enfermeiro e a educação infantil possibilita estreitar o vínculo da criança e da família com os serviços de saúde, o que proporciona oportunidades para realização de promoção da saúde, hábitos de vida saudável, vacinação, prevenção de problemas, gerando o cuidado em tempo oportuno [2].

Este estudo objetiva capacitar educadora de educação infantil acerca dos acidentes na infância e suas formas de prevenção. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em escolas particulares e públicas de Assis (SP). Os sujeitos do estudo foram as educadoras.

Os dados foram coletados através de palestras sobre promoção da saúde com técnicas de prevenção de acidentes na infância, de primeiros socorros, hábitos de vida saudável, vacinação, prevenção de problemas e hábitos de higiene pessoal e coletiva, tornando o ambiente das instituições de educação infantil mais saudável e seguro.

Pelo caráter transversal do estudo, foram envolvidos todos educadores infantis atuantes no período de estudo. Foram excluídos aqueles que estiveram de férias, licença saúde ou maternidade e que não aceitaram participar da pesquisa. Não será necessário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pois a pesquisa foi de caráter observatório, não sendo realizados questionários ou mesmo coleta de dados personalizadas.

Após comunicação sobre o estudo e autorização das chefias mediatas e imediatas, o instrumento de coleta de dados, o curso de capacitação direcionado como preventivo com palestras aplicado individualmente e coletivamente pela pesquisadora.

A análise estatística dos resultados foi realizada de forma descritiva. As educadoras puderam ser capacitadas sobre as técnicas de higiene pessoal e coletiva aprendidas no curso de enfermagem de forma didática para serem desenvolvidas nas escolas com as crianças. Uma odontopediatra, a Doutora Paula Fletrin, participou da capacitação, trazendo informações de como ensinar as crianças a escovarem os dentes corretamente e sobre traumatismos bucais.

Juntamente com os alunos do estágio do último ano de enfermagem sob a orientação da enfermeira mestre responsável Adriana Avanzi Marques Pinto, foi realizada dinâmica sobre primeiros socorros com os bonecos demonstrativos de aulas da própria instituição. Por fim, foram discutidos as principais vacinas e o calendário vacinal.

A atuação do enfermeiro por sua formação acadêmica proporciona benefícios, aliando educação e saúde de forma contínua e integral para atingir proteção, promoção e desenvolvimento infantil. Os benefícios verificados com esta capacitação na mudança de comportamentos e diminuição de acidentes necessitam de pesquisas para que se tornem cientificamente sólidos, abrindo espaço para sua aplicabilidade e resulte em inumeráveis e diversos benefícios multidirecionados.

Referências

[1] Oliveira, M.; Santos, P.P.; Silva, W.G.; Costa, I.R. **A necessidade da inserção de enfermeiros nas creches**: um aspecto para investigação de enfermagem. Monografia: Barbacena UNIPAC. 16p. 2012.

[2] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Agenda de compromissos para a saúde da criança e redução da mortalidade infantil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 80 p. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_compro_crianca.pdf>. Acesso em: 23/11/2013.

Apoio Financeiro: PIC/FEMA



FATORES DE TRAUMA OCULAR QUE OCASIONAM O DESCOLAMENTO DE RETINA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Andréia Cassemiro CASTELA¹; David Lucio de Arruda VALVERDE²

¹ Discente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis- FEMA

² Docente Mestre em História e Sociedade e Professor em Metodologia do Curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

andcastela@hotmail.com, professorvalverde@bol.com.br

Introdução

O presente trabalho procura desenvolver uma pesquisa bibliográfica sobre descolamento de retina por trauma ocular e seus possíveis fatores desencadeantes. O descolamento de retina é a perda parcial da visão de maneira súbita, produzindo flashes luminosos, manchas que se mexem conforme o movimento dos olhos. Esses sintomas podem estar associados ao descolamento de retina, problema que pode gerar graves sequelas se não for diagnosticado e tratado com urgência.

A retina é a camada mais interna do olho, responsável por captar os estímulos que são transformados em imagens. Em uma analogia, essa estrutura ocular funciona como o filme de uma máquina fotográfica analógica. O descolamento devido a uma rasgadura ou buraco nessa camada, que permite a entrada do líquido existente no próprio olho, fazendo com que o tecido da retina se descole ou se levante.

O mapeamento de retina, exame clínico feito com a pupila dilatada, a oftalmoscopia indireta e o ultrassom ocular, são exames usados para diagnosticar o descolamento de retina. O Descolamento de Retina representa fatores de risco, contribuindo decisivamente para o agravamento deste cenário em nível mundial (VARELLA, 2014). Os fatores desencadeantes ao Descolamento de Retina ocorrem mais comumente por trauma ocular, arma de fogo, bola de futebol, desferimento de golpes na faca, acidentes automobilísticos, acidentes de trabalho, traumas, diabetes, miopia elevada.

Objetivos

Primeiramente, foi identificado e delimitado o tema. A seguir, foram levantados os tipos de tratamento para o descolamento que é são: a Retinopexia. Endolaser, Retinopexia Pneumática, Vitrectomia e Aplicações de Antiangiogénicos e Fotocoagulação com Laser.

Entende-se que tais tratamentos dependem muito de como o organismo do paciente, o pós-operatório e os cuidados de enfermagem de cada pessoa e idade e doenças crônicas relacionadas ao descolamento irão reagir com o resultado da cirurgia e a porcentagem de visão que o paciente voltará a enxergar.

Metodologia

Para execução deste trabalho, foram utilizados arquivos de revistas científicas, além de obras acadêmicas junto às bibliotecas da FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis e pesquisas bibliográficas. Pretendeu-se, juntamente com a consulta materiais acima relatados, promover uma ampla pesquisa a partir de fontes eletrônicas disponíveis na Internet, com o intuito de complementar os materiais coletados, permitindo o confronto entre os dados tradicionais e eletrônicos, a partir da análise e da interpretação das teorias pertinentes ao tema.

Resultados Parciais

Parte-se do princípio de que o índice de acidentes oculares são muito comuns, representando cerca de 12% de todos os acidentes ocupacionais na Finlândia, 4% na França e 3% das ocorrências nos Estados Unidos da América (ESTEVEES, 1995). Na Inglaterra, em estudo multicêntrico recente, desde 1980 foram analisados 5.671 casos de acidentes oculares, dos quais 70% ocorreram no local de trabalho, atingindo homens adultos jovens na fase produtiva da vida.

Aproximadamente 2,4 milhões de acidentes oculares ocorrem anualmente nos Estados Unidos, estimando-se entre 20.000 e 68.000 lesões graves, capazes de ameaçar a visão, exigindo cuidados hospitalares mais complexos (ESTEVEES, 1995). De igual forma, a diabetes provoca o descolamento devido à sua alta elevação de açúcar na corrente sanguínea e ao sedentarismo, hereditarismo e genética. Esta, leva futuramente ao descolamento que corresponde à rasgadura da fina camada da retina, podendo afetar o nervo e a perda de células, ocasionando cegueira.

Conclusões

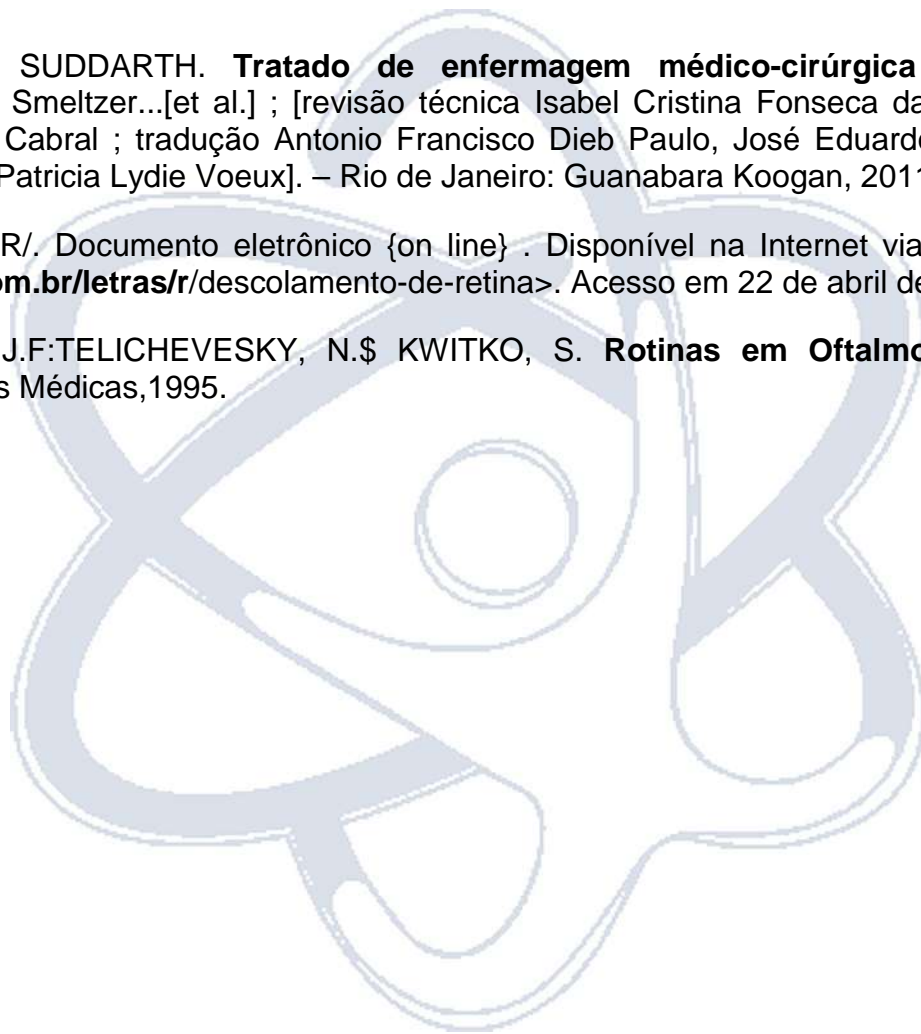
Conclui-se, portanto, que não há somente uma cirurgia ou apenas um método capaz de reparar o descolamento de retina, mas sim todos os procedimentos disponíveis podem ser usados em diferentes combinações e sequências, dependendo da situação específica. É nos olhos que se notam e se percebem as emoções como a felicidade, o entusiasmo, o amor, a tristeza, a raiva e a dor.

Referências

BRUNNER; SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica** / [editores] Suzanne C. Smeltzer...[et al.] ; [revisão técnica Isabel Cristina Fonseca da Cruz, Ivone Evangelista Cabral ; tradução Antonio Francisco Dieb Paulo, José Eduardo Ferreira de Figueiredo, Patricia Lydie Voeux]. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

VARELLA.BR/. Documento eletrônico {on line} . Disponível na Internet via WWW.URL: <drauzio.com.br/letras/r/descolamento-de-retina>. Acesso em 22 de abril de 2014.

ESTEVES, J.F:TELICHEVESKY, N.\$ KWITKO, S. **Rotinas em Oftalmologia**. Porto Alegre: Artes Médicas,1995.



DIFICULDADES DE ADESÃO AO TRATAMENTO PELOS PACIENTES HIPERTENSOS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Ana Carolina Gonçalves CASSEMIRO¹; Maria José Caetano F. DAMACENO²

¹ Discente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

² Docente Mestre em Saúde e Envelhecimento do Curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

carolgcassemiro@gmail.com, marin.mjcf@hotmail.com

Introdução

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), é um dos maiores problemas da saúde pública no mundo, pois é uma prevalência crescente significativa. Existem muitos tratamentos eficazes, porém vários estudos epidemiológicos mostram que o controle da pressão arterial (PA) ainda é insuficiente (SANTOS et al., 2013). Segundo Santos et al. (2013), “a adesão ao tratamento é a chave para a redução das altas taxas de complicações cardiovasculares relacionadas à hipertensão.” A hipertensão afeta de 11 a 20% da população adulta com mais de 20 anos. Cerca de 85% dos pacientes com acidente vascular encefálico (AVE) e 40% das vítimas de infarto do miocárdio apresentam hipertensão associada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Quando adquirida a patologia é de extrema importância o indivíduo aderir ao tratamento corretamente para que possa estabilizar a hipertensão e evitar outras doenças coadjuvantes e complicações como infarto do miocárdio, insuficiência cardíaca, insuficiência renal, acidentes vasculares cerebrais e comprometimento da visão (DEMONER,2012).

Ao analisar o tema desta pesquisa, foi observado pouca abordagem em meio científico, emergindo a necessidade de compreender mais acerca do assunto, proporcionando aos leitores profissionais, reflexões a respeito das dificuldades para poderem rever

estratégias. Desta forma, este estudo é pautado na questão norteadora: quais as dificuldades dos indivíduos com hipertensão arterial em aderir ao tratamento?

Objetivo

Sistematizar os artigos conforme ano de publicação, área de atuação do primeiro autor, tipo de metodologia empregada, bem como identificar as dificuldades dos indivíduos com hipertensão arterial em aderir ao tratamento e conhecer a (s) dificuldade (s) mais comuns relatada (s) pelos autores pesquisados.

Metodologia

Foi realizada uma revisão bibliográfica, utilizando a base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). DeCS: Hipertensão Arterial Sistêmica, Adesão ao tratamento.

Os critérios utilizados foram somente trabalhos publicados na íntegra, em português e com a temática adesão ao tratamento de hipertensão arterial. Inicialmente foram encontrados 30 (100%) artigos, desses artigos 13 (43%) se enquadravam nos critérios de inclusão estabelecidos metodologicamente.

Resultados Parciais

O ano de 2006 foi um dos anos no qual houve o maior índice de publicações de artigos: um total de 03 (23%) artigos, seguido pelo ano de 2010 com o mesmo percentual, e 2011 e 2012 com 02 (15%) artigos.

Verificou-se que, em 2006, foram elaborados modelos de estudos e estratégias foram implantadas para que os indivíduos com HAS aderissem ao tratamento e tomassem consciência da importância do mesmo, porém, referem êxito parcial.

Em 2010, vários artigos foram publicados para expor os fatores da não adesão ao tratamento. No tocante a atuação do primeiro autor, notou-se um caráter multidisciplinar. A categoria enfermeiro teve uma maior participação com 06 (46%) artigos, mostrando o grande interesse em relação a esta temática e um perfil profissional preocupado em se atualizar, buscar conhecimento, disseminar suas experiências no meio científico e com isto favorecer o desenvolvimento de práticas profissionais mais qualificadas.

Em relação ao tipo de estudo, observou-se que são várias metodologias empregadas, porém a predominante foi do tipo quantitativo exploratório, com 03 (23%) artigos, ao passo que os estudos descritivos tiveram 02 (15%).

Ao ler o total de artigos, verificou-se que são muitas as dificuldades encontradas, algumas delas são: gênero, possuírem atuação profissional, uso concomitantemente de tabagismo e álcool com o tratamento, ausência de atividade física, grau de escolaridade, número insuficiente de consultas para acompanhamento, entre outras.

No que se concerne ao gênero, o masculino obtém menor adesão. Em relação ao trabalho, os indivíduos que possuíam uma ocupação profissional tenderam a serem não aderentes em relação àqueles que não possuem nenhuma ocupação profissional. Quanto ao estilo de vida, deve-se destacar que, os indivíduos sedentários, com hábitos de tabagismo e ingestão de bebida alcoólica não são aderentes ao tratamento medicamentoso.

Vale ressaltar que a mudança de hábitos e de estilo de vida dos indivíduos devem ser destacadas, pois faz parte do cuidado terapêutico, já que a adoção de um estilo de vida saudável e prática de atividade física colaboram expressivamente para a redução da pressão arterial, além de auxiliar na diminuição ou manutenção do peso, diminuir os riscos cardiovasculares e o aparecimento de outras patologias.

Sobre o grau de escolaridade é importante a participação da equipe de saúde de forma interdisciplinar para que realize orientações adequadas, de linguagem fácil e clara e estabeleça estratégias de saúde. O número de consultas apareceu como um fator importante, uma vez que é o local, no qual o profissional da saúde cria vínculo e confiança com o indivíduo para que este possa ter uma melhor adesão.

Conclusões

Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento e que tem como pretensão, a partir dos resultados encontrados, proporcionar reflexões acerca das práticas profissionais diante das dificuldades encontradas pelos indivíduos portadores de uma patologia crônica.

Referências

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretária de Atenção à Saúde. Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Vigilância de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Disponível em:

<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1477> Acesso em: 20 jun. 2014.

DEMONER, Márcia S.; RAMOS, Edivan R. P.; PEREIRA, E. R. **Fatores associados à adesão ao tratamento anti-hipertensivo em unidade básica de saúde.** Maringá. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ape/v25nspe1/pt_05.pdf. Acesso em: 10 Março de 2014.

SANTOS, Marcos Vinícius Ribeiro; OLIVEIRA, Dinaldo Cavalcanti; ARRAES, Luana Borges; OLIVEIRA, Danielle A.G.C.; MEDEIROS, Luzidalva; NOVAES, Magdala de Araújo. Adesão ao tratamento anti-hipertensivo: conceitos, aferição e estratégias inovadoras de abordagem. **Revista Brasileira de Clínica Medica** 11(1) jan/mar 2013. p. 55-61.



AÇÕES DE ENFERMAGEM REALIZADAS NO PRÉ-NATAL NO ACOMPANHAMENTO DA PRÉ-ECLÂMPسيا

Naiara Salvi ROSISCA¹; Adriana Avanzi Marques PINTO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis, ²Fundação Educacional do Município de Assis

naiararosisca@hotmail.com, dri1981@yahoo.com.br

As ações de enfermagem na Unidade Básica de Saúde fazem parte de um atendimento humanizado, por transmitirem conhecimento e informações benéficas para a mulher no período da gravidez (BRASIL, 2006). O pré-natal é um atendimento direcionado a gestantes para acompanhá-las nesse período específico. De acordo com o Ministério da Saúde, inclui ações de prevenção e promoção, tendo como objetivo prevenir complicações, bem como prepará-las para o parto humanizado (BRASIL, 2006). Podem ocorrer complicações durante o acompanhamento pré-natal, sendo uma delas a pré-eclâmpsia, a mesma é responsável por uma maior incidência de morte materna e neonatos com sequelas no Brasil.

Com isso, o acompanhamento necessita de ações de enfermagem para transmitir informações corretas e benéficas para as gestantes a fim de evitar esse tipo de complicação (BRASIL, 2006). Avaliar ações de enfermagem que podem contribuir no acompanhamento da pré-eclâmpsia.

O presente estudo trata-se de um levantamento bibliográfico, sendo constituído, principalmente por artigos indexados na base de dados BVS, realizado por meio de uma pesquisa em meio eletrônico, com 10 artigos, além do uso de um manual do Ministério da Saúde e de um livro sobre Obstetrícia que responde a pergunta de pesquisa.

Existe uma escassez nas pesquisas no que se refere às ações de enfermagem no acompanhamento da pré-eclâmpsia. Os artigos não abordam essas ações que o enfermeiro deveria realizar, focando em ações apresentadas de forma superficial e não de acordo com o preconizado pelo Ministério da saúde e enfatiza os cuidados somente após

as gestantes adquirirem a patologia, quando já estão em tratamento e acompanhamento da gestação no hospital. A maioria dos artigos não tratam da questão do pré-natal para prevenir essa patologia. Logo, podemos perceber a importância da consulta de enfermagem e o que o enfermeiro pode orientar quanto ao seguimento, acompanhamento correto, dieta alimentar, diminuição do sal, frituras, gorduras, realizar atividade física, controlar o excesso de peso, além de esclarecer todas as dúvidas da cliente de acordo com as suas necessidades.

Assim, evita-se complicações futuras na gestação para mãe e feto além de fortalecer o vínculo com a cliente para que ela possa adquirir confiança no profissional enfermeiro a fim de seguir as orientações corretas, certificando um atendimento de qualidade.

Foi visto a importância das ações de enfermagem realizadas pelo enfermeiro na unidade de saúde que pode intervir nesse período, porém há uma escassez de pesquisas no que se refere às ações de enfermagem na prevenção e no acompanhamento do pré-natal para evitar a pré-eclâmpsia.

Podemos perceber a importância de uma consulta de enfermagem realizada pelo enfermeiro que pode orientar quanto à importância do acompanhamento correto do pré-natal, dieta alimentar, atividade física, controle de peso e assim estabelecer um bom vínculo com a cliente, esclarecendo suas dúvidas e assim evitar complicações gestacionais e pós-gestacionais, garantindo uma condição saudável de vida para mãe e bebê.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_puerperio_2006.pdf>. Acesso em 25 Sept. 2013.**

ZAMPIERI, Maria de Fátima Mota. Vivenciando o processo educativo em enfermagem com gestantes de alto risco e seus acompanhantes. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v.22, n.1, p.140-166, jan. 2001. Disponível em: <[file:///C:/Users/Gabriela/Downloads/Vivenciando%20o%20processo%20educativo%20em%20enfermagem%20com%20gestantes%20de%20alto%20risco%20e%20seus%20acompanhantes%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Gabriela/Downloads/Vivenciando%20o%20processo%20educativo%20em%20enfermagem%20com%20gestantes%20de%20alto%20risco%20e%20seus%20acompanhantes%20(5).pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2014.

CRUZ, ET AL.,. Representações sociais de gestantes hipertensas: estudo realizado em ambulatório de pré-natal de alto risco. **Revista Cuidarte e Enfermagem**, Catanduva, v.3, n.2, julho/dezembro, 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/Gabriela/Downloads/artigo%20\(8\).pdf](file:///C:/Users/Gabriela/Downloads/artigo%20(8).pdf)>. Acesso em: 31jun 2014.

HERCULANO, Marta Maria Soares, ET. AL. Aplicação do processo de enfermagem a paciente com hipertensão gestacional fundamentada em Orem. **Revista Rene**, Fortaleza, 2011 abr/jun; 12(2):401-8. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/171/80>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SILVA, Marluclena Pinheiro da, ET. AL. Avaliação das condutas de prevenção da síndrome hipertensiva específica da gravidez entre adolescentes. **Revista Rene**. Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 57-65, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/vol11n4_pdf/a06v11n4.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONSTRUÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO PARA IDOSOS SOBRE INTERAÇÃO MEDICAMENTOSA

Vanessa Ramos da Silva LOPES; Luciana Pereira SILVA

vanessaramos9227@gmail.com, sraregildo@yahoo.com.br

Este trabalho objetivou contribuir para a promoção da saúde do idoso, a partir da elaboração e distribuição de uma cartilha sobre interações medicamentosas, intitulada: “Medicamento é coisa séria, como evitar problemas?”. Foi realizada uma revisão da literatura, a fim de garantir a fundamentação científica, para preservar a segurança do leitor e abordar os conceitos de forma apropriada no material educativo.

A construção do material foi permeada pela adequação da linguagem, transformando os termos técnicos para o popular, com o objetivo de facilitar a compreensão do conteúdo pelos leitores. As cartilhas foram distribuídas em unidades básicas de saúde do município de Assis-SP, sendo promovido o acesso às informações referentes a interações medicamentosas.

A versão *online* da cartilha está disponível no site da Faculdade. A elaboração e distribuição de materiais educativos é uma ação significativa para facilitar o acesso a conteúdos importantes sobre medicamentos, podendo evitar reações indesejadas e contribuir para a qualidade da farmacoterapia.

Referências

ACURCIO, Francisco de Assis et al. Complexidade do regime terapêutico prescrito para idosos. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 55, n. 4, 2009. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302009000400025&lng=en&nrm=iso>. Access on: 08 July 2014

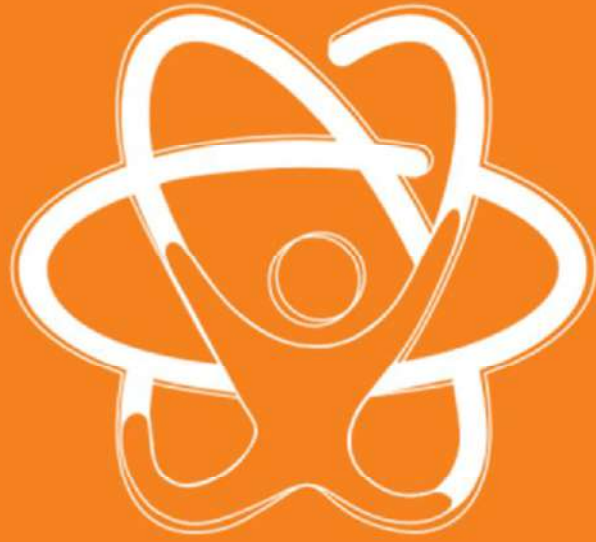
ASPERHEIM, Mary Kane. **Farmacologia para Enfermagem**. Rio de Janeiro – RJ, 9 ed. Editora Guanabara Koogan, 2003.

BALDONI, André de Oliveira. **Estudo de utilização de medicamentos em idosos atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Medicamentos e Cosméticos) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Available from: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/60/60137/tde-09082010-095427/pt-br.php>>. Access on: 08 July 2014.

BUENO, Cristiane Schmalz et al. Utilização de medicamentos e risco de interações medicamentosas em idosos atendidos pelo Programa de Atenção ao Idoso da Unijuí. **Rev Ciênc Farm Básica Apl**, São Paulo, v. 30 n. 3, Março 2010. Available from: <http://200.145.71.150/seer/index.php/Cien_Farm/article/viewFile/912/885?origin=publication_detail> Access on: 21 July 2014.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, June 2003. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300005&lng=en&nrm=iso>. Access on: 20 July 2013.





INFORMÁTICA

DESENVOLVIMENTO DE DATA WAREHOUSE COM APLICAÇÃO GERENCIAL E COMERCIAL INTEGRADO AO BUSINESS INTELLIGENCE

Paulo Roberto Sabino NAGAYE¹; Marisa Atsuko NITTO²

Fundação Educacional do Município de Assis – Assis – SP

paulo.nagaye@gmail.com, mnitto@femanet.com.br

O objetivo do projeto é desenvolver um Data Warehouse (DW) utilizando tecnologias Java com finalidade de suprir as necessidades posteriores à informatização de uma empresa de médio e grande porte, tendo em vista que com o decorrer de seu crescimento e o aumento do volume de vendas ou transações, ela passa a ter a necessidade de obter sistemas de controle empresarial destinado ao seu ramo de atuação no mercado.

Com estes novos sistemas que irão abranger quase todos os departamentos da empresa, ela consegue se consolidar como uma empresa que controla bem seus processos internos e externos e que interagem com os clientes, fornecedores e parceiros de negócio. Para ilustração do funcionamento de todo o processo de construção de um DW, será utilizado como estudo de caso o faturamento de uma empresa fictícia com as seguintes definições de projeto:

- Manter o histórico de vendas da empresa;
- Consultar a soma das vendas;
- Consultar a média de vendas em valor total;
- Consultar os produtos mais vendidos em determinado período.

A ascendente competitividade no mercado corporativo está levando as empresas à tomada de decisões mais rápidas, em busca de resultados precisos em um curto espaço de tempo oferecido. A Tecnologia da Informação (TI) é vista com bons olhos neste quesito

e tem operado como uma ferramenta estratégica central e bem mais valiosa nas organizações.

Porém, a quantidade de informações disponíveis dentro das organizações chegou a um patamar em que, o uso correto desta informação, depende do real entendimento sobre como se dá o processo de tomada de decisões organizacionais. Uma das principais ferramentas que constitui a nova geração de Sistemas de Apoio a Decisão (SAD) é o Data Warehouse (DW), um banco de dados específico para propósitos gerenciais e estratégicos (ZIULKOSKI, 2003). A figura 1 mostra a estrutura interna de um *Data Warehouse*.



Figura 1: Estrutura interna do DW (HOKAMA et al, 2004)

Um Data Warehouse é utilizado para armazenar informações relativas às atividades de uma organização de forma consolidada. O desenho da base de dados favorece os relatórios, a análise de grandes volumes de dados e a obtenção de informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão. E de acordo com (KIMBALL, 1996), Data Warehouse é o lugar onde as pessoas podem acessar os seus dados.

No ambiente de Data Warehouse, os dados são inicialmente extraídos de sistemas operacionais e de fontes externas, posteriormente integrados e transformados (limpos, eliminados, combinados, validados, consolidados, agregados e sumarizados), antes de serem carregados no Data Warehouse. Finalmente, os usuários acessam o DW através de ferramentas de *front-end* ou aplicações submetendo suas consultas, de modo a obterem informações que permitam a tomada de decisões.

O modelo do ambiente Data Warehouse utilizado no desenvolvimento do projeto é apresentado na figura 2.



Figura 2: Ambiente Data Warehouse (HOKAMA et al, 2004)

Foi utilizado o software *Pentaho*, que é uma plataforma *open source* para a integração ao *Business Intelligence*, que é uma tecnologia para o auxílio na tomada de decisão (FERREIRA et al., 2010). Atualmente, as soluções de *Business Intelligence* são imprescindíveis em qualquer tipo de empresa.

O desenvolvimento deste projeto tem grande relevância, tendo em vista que o uso da informação é o grande diferencial competitivo das organizações atualmente e, que os dados do ambiente operacional, até então muito frequentes, estão se tornando demasiados e imprecisos para os tomadores de decisão em uma organização.

Referências

FERREIRA, M.; RAMOS, G.; BERNARDO, L.; SILVA, R. e MAIOR, B.: **Plataforma Pentaho de Business** – Manual de Utilização, Universidade Federal da Bahia, Departamento de Ciência da Computação, 2010.

HOKAMA, D.D.B.; CAMARGO, D.; FUJITA, F. e FOGLIENE, J.L.V.: **A Modelagem de Dados no Ambiente Data Warehouse**, Trabalho de Graduação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004.

KIMBALL, R.: **Data Warehouse Toolkit**. São Paulo: Makron Books, 1996.

ZIULKOSKI, L.C.C. **Coleta de Requisitos e Modelagem de Dados para Data Warehouse; um Estudo de Caso utilizando Técnicas de Aquisição de Conhecimento**, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

UM OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DE ÁRVORES BINÁRIAS

Alexandre RIBEIRO¹; Luiz Ricardo BEGOSSO²

^(1,2)Assis FEMA

alexandreriibeiro123@terra.com.br, begosso@femanet.com.br

Este trabalho foi realizado com o intuito de construir um objeto de aprendizagem para auxiliar os alunos da área de computação e também seus professores no ensino de Árvores Binárias. Visa um dos maiores conceitos do objeto de aprendizagem que é uma maior interação dos professores com os alunos através de (vídeos, textos, áudios) entre outros recursos. Este objeto de aprendizagem foi desenvolvido em HTML5 e FLASH podendo assim sempre ser modificado o seu repositório.

Introdução

Essa ferramenta proporciona a utilização de meios interativos, tais como vídeos, áudios, fotos, textos, entre outros recursos digitais, melhorando a dinâmica de aprendizagem do aluno e mudando a maneira do professor interagir com os alunos em suas aulas, deixando-as mais interessantes e atrativas aos olhos dos alunos, facilitando a sua aprendizagem.

Visando criar uma nova ferramenta para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, este trabalho tem a proposta de construir um objeto de aprendizagem de fácil acesso e funcional para o ensino de Árvores Binárias para alunos do segundo ano do curso de Ciência da Computação.

Objeto de Aprendizagem

Os objetos de aprendizagem em geral são definidos como entidades digitais ou não digitais que podem ser reutilizadas e abastecidas de mais informações. Um objeto de aprendizagem deve possuir sua parte gráfica para que possa ter a interação com o

usuário de uma maneira mais atrativa e de fácil uso, para melhor entendimento do conceito que se pretende ensinar.

Para que um objeto de aprendizagem seja considerado de boa qualidade, ele deve possuir não apenas elementos visuais como também outros recursos, tais como vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicações, mapas, jogos educacionais, animações, infográficos, páginas web.

Eles são desenvolvidos para o uso em diversas áreas de ensino e podem cobrir tanto ensino a distância, híbrido ou presencial em vários campos de atuação: educação formal, informal ou corporativa e ainda reúne várias características como: durabilidade, facilidade para utilização, flexibilidade, interoperabilidade, modularidade, portabilidade, entre outras.

Proposta de Objeto de Aprendizagem para ensino de Árvores Binárias

Para a realização deste projeto serão utilizadas ferramentas como Flash 8 para animação e também HTML5, ambos para que o aluno e professor tenham mais interação na hora dos estudos. A proposta é fazer um site para que o aluno possa acessar para estudar de qualquer lugar que tenha internet.

Referências

ALICE. **What is ALICE?** Carnegie Mellon University. Disponível em: [http://alice.org/index.php?page=what is alice/what is alice](http://alice.org/index.php?page=what%20is%20alice/what%20is%20alice). Acesso em: 10 Abril. 2014.

BACKES, André. **Linguagem C: completa e descomplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FORD, Jerry Lee Jr. **Scratch programming for teens**. Boston: Cengage Learning, 2009.

Resnick, M.; Rusk, N. Lifelong e Maloney, J. (2011) "21st Century Learning Skills" Kindergarten Group, Massachusetts Institute of Technology Media Lab. Disponível.

Wiley, D. A. 2000 Conecting learning objects to instructional theory: A definition, a methaphor and a taxonomy. In D. A.Wiley (Ed.), *The Instructional Use of Learning Objects: Versão on-line*. Disponível em: <http://www.reusability.org/read/chapters/wiley.doc>. Acesso em 2014.

GEH – SISTEMA DE GERADOR DE ERRO HUMANO

Marcos Roberto A. MEDEIROS¹; Luiz Carlos BEGOSSO²

^(1,2)FEMA/IMESA – Assis/SP

zxmarcos@gmail.com, begosso@gmail.com

Erros humanos são entendidos como uma combinação de vários fatores, entre eles, as limitações do processador humano de informação e as características do projeto que precisam estar integradas às habilidades humanas.

Observa-se, de modo geral, que as pessoas sempre cometem erros. O erro é uma condição normal do comportamento humano e que às vezes, tais situações possuem até mesmo um papel positivo. Segundo Masson e Koning [1] os erros ajudam as pessoas a se adaptarem às particularidades situacionais de uma tarefa, além de ajudarem as pessoas a aprenderem mais sobre seu desempenho em relação à tarefa.

Com o propósito de produzir um sistema computacional capaz de simular o desempenho humano afetado de erros, partiu-se da crença de que é possível contribuir com a construção de projetos de sistemas tolerantes ao erro, pois a segurança dos sistemas computacionais será incrementada na medida em que houver conhecimento de quando e porque as limitações, no processo cognitivo, ocorrem.

Segundo Reason [2], o erro humano pode ser descrito em duas abordagens: a primeira é a abordagem em relação à pessoa, sendo esta a mais tradicional, onde o ser humano comete atos inseguros, erros e violações de procedimentos ao realizar uma determinada tarefa; a segunda abordagem é tomada em relação ao sistema onde o erro pode ocorrer. Neste caso, entende-se que o erro é apenas um sintoma, e não mais a causa, uma vez que as pessoas estão propensas a cometerem erros mesmo nas melhores condições.

O trabalho aqui proposto, leva em consideração a abordagem em relação ao sistema, uma vez que tal fato reforça a ideia de que a proposta é ajudar no desenvolvimento de sistemas mais confiáveis e tolerantes ao erro.

O presente trabalho descreve o desenvolvimento do Gerador de Erros Humanos (GEH), um simulador computacional do comportamento humano e seus possíveis usos em projetos de sistemas críticos na área de Interação Humano-Computador.

O GEH está sendo desenvolvido em dois módulos, sendo que o primeiro encontra-se concluído e diz respeito ao módulo de desenho e cadastro da tarefa a ser simulada, levando em consideração o desempenho humano afetado de erros. O segundo módulo está em desenvolvimento, e descreve os mecanismos para a geração de erros através da integração direta do GEH com a arquitetura cognitiva ACT-R. [3]

Para o desenvolvimento do primeiro módulo do GEH, procurou-se desenvolver uma plataforma flexível para a simulação do desempenho humano que leve em consideração o erro, tendo como domínio específico as interfaces gráficas de sistemas computacionais. O GEH se assemelha a um editor de interfaces gráficas.

Foram implementados os componentes mais comuns em interfaces gráficas, tais como botões, caixas de seleção, campo de entrada, botões de checagem, etc, possibilitando a criação de interfaces diversificadas.

Para descrever as tarefas, foi elaborada uma linguagem de domínio específico (DSL) chamada de Linguagem de Descrição de Tarefas (LDT), observando-se as operações mais comuns em interfaces gráficas. Na LDT, as ações necessárias para se realizar uma tarefa são descritas através de verbos que operam sobre os componentes desenhados na interface.

À medida que o GEH for evoluindo, poderá contribuir com o projeto de confiabilidade nas interações humano-computador em interfaces gráficas de sistemas computacionais, uma vez ele irá prover uma plataforma flexível para cumprir esta meta, através da facilidade de representar interfaces gráficas e atrelar uma tarefa a ela utilizando a linguagem de descrição de tarefas.

Referências

[1] MASSON, M.; KONING, Y. How to manage human error in aviation maintenance? The example of a JAR66-HF education and training programme. **Cognition, Technology & Work**, n.3, 2001, p.189-204.

[2] REASON, James. Human Error: models and management. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1117770/>> Acesso em: 18 de setembro, 2014.

[3] ACT-R. Página do Grupo de Pesquisa da Arquitetura Cognitiva ACT-R. Disponível em: <<http://act-r.psy.cmu.edu/tutorials/>>. Acesso em 18 de setembro. 2014.



OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO

Miguel Ramsauer NETO¹; Luiz Ricardo BEGOSSO²

^(1,2)FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis

m_ramsauer@hotmail.com, begosso@femanet.com.br

O trabalho sendo realizado tem como objetivo uma pesquisa sobre os métodos de classificação e a construção de um objeto de aprendizagem que vai auxiliar o processo de aprendizagem de classificação de dados.

Objetos de aprendizagem são recursos que podem ter os mais variáveis formatos como um website, vídeo, animação e muitos outros que são distribuídos para ensinar e auxiliar no ensino dos mais diversos temas.

A pesquisa está sendo realizada sobre 7 métodos de classificação diferentes: bolha, inserção, seleção, contagem, contagem por distribuição, shell e quicksort.

Cada método terá uma breve explicação teórica de como é o seu funcionamento e um exemplo de pseudocódigo demonstrando a sua execução básica de cada algoritmo.

No objeto de aprendizagem, será disponibilizado as explicações teóricas e pseudocódigos da pesquisa e representações gráficas do funcionamento dos métodos de classificação.

As representações gráficas, como animações, estão sendo estudadas para que sejam implementadas utilizando a tecnologia Java script e HTML5, quando possível, com o intuito de que facilitem o entendimento do funcionamento de cada método com uma demonstração visual do código.

Referências

[1] KRUSE, RYBA, Robert L., Alexander J. **Data Estruturas and Program Design in C++**, Prentice Hall, 1999.

ENSINO ATRAVÉS DA REALIDADE AUMENTADA E DE MAPAS CONCEITUAIS

Alyne Dayana da Costa MASCARELI¹; Luis Carlos BEGOSSO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

²Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

alyne_dayana@hotmail.com, begosso@gmail.com

O uso da multimídia está presente cada vez mais na educação, devido à evolução dos conteúdos midiáticos para uso dos professores. Há criação de novas tecnologias com o intuito de facilitar o aprendizado ou a eficácia dele, aumentar o interesse e a motivação do aluno. Dois desses recursos, amplamente aceitos pela literatura são os mapas conceituais e a Realidade Aumentada.

Os mapas conceituais, segundo Novak (1984), expõe de uma forma mais clara e facilitada, o conceito a ser ensinado, devido às ligações que são feitas e seus agrupamentos. Com os mapas conceituais é possível organizar e representar o conhecimento, ligando os conceitos das proposições por setas, que indicam e explicam a relação entre si.

No segundo recurso, a Realidade Aumentada (RA), o usuário no ambiente físico vivencia situações criadas virtualmente, a partir da transportação do ambiente virtual para o ambiente real. Segundo AZUMA (1997), a RA aumenta a percepção do usuário junto à interação do mundo real. Os objetos virtuais exibem informações que o usuário não pode detectar diretamente com seus próprios sentidos, por outro lado, as informações transmitidas virtualmente ajudam-no a realizar tarefas do mundo real.

Este projeto visa o ensinamento do aplicativo FLARAS (Flash Augmented Reality Authoring System), criado por KIRNER et al. (2012), a partir de mapas conceituais para a construção de aplicações em RA. O FLARAS permite que pessoas que não sejam da área de computação, leigas em programação de computadores, desenvolvam aplicações em RA.

Para o ensino desse aplicativo o uso de mapas conceituais se torna importante, já que eles têm o objetivo de síntese de um tema determinado.

O público alvo desse trabalho são professores do ensino fundamental e médio de uma escola pública estadual. Para atingir o objetivo proposto, o presente trabalho está estruturado em duas etapas: a primeira consiste em finalizar um tutorial sobre RA para o ensino de FLARAS que deverá capacitar o docente para a criação de conteúdos com os quais trabalha, favorecendo a compreensão dos alunos naqueles conteúdos que julgar de maior complexidade; a segunda etapa consiste na elaboração dos mapas conceituais de cada processo de aprendizagem preparado pelo especialista como material de estudo ao docente, público alvo.

É importante destacar que para cada etapa do processo de aprendizagem, o docente, receberá do aplicativo de RA um mapa conceitual com instruções e imagens, que facilita e orienta a elaboração de conteúdos de seu interesse. Para a construção do conhecimento, os mapas conceituais são entregues individualmente e analisados pelos docentes, eles servem como apoio à aprendizagem do tutorial realizado.

No momento seguinte, realizam-se as aplicações, que são as atividades propostas para verificação de aprendizagem. Finalizado o aprendizado, cada docente produz uma aplicação no FLARAS e seu devido mapa conceitual, contendo detalhadamente as instruções e finalidades de sua aplicação.

Referências

- [1] AZUMA, Ronald T. A Survey of Augmented Reality. In: **Teleoperators and Virtual Environments**, 6, agosto, 1997.
- [2] NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. (1984). **Learning How to Learn**. New York: Cambridge University Press.
- [3] NOVAK, J. D. (1998). **Learning, creating, and using knowledge: Concept Maps as Facilitative Tools in Schools and Corporations**. Mahweh, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- [4] SOUZA, R.C.; MOREIRA, H.D.F.; KIRNER, C. **FLARAS 1.0 – Flash Augmented Reality Authoring System**, e-book, 2012.

OBJETOS DE APRENDIZAGEM PARA USO NO ENSINO/APRENDIZAGEM DE INGLÊS TÉCNICO: UMA PESQUISA DE CAMPO

Filipe Baptistella MAIA¹; Elaine Carneiro D. SANT'ANNA²

1 Assis –SP

2 Assis –SP

filipe.maiaa@gmail.com, ecsantanna@hotmail.com

Pela sua importância e necessidade nos diferentes níveis da área social, comercial, científica acadêmica e econômica, dentre outras, a língua inglesa, faz parte da grade curricular de alguns cursos tecnológicos. Assim, a disciplina Inglês Técnico, também conhecida como Inglês Instrumental, um ramo do *ESP*, *English for Specific Purpose* ou Inglês para fins específicos, consta do currículo dos cursos de tecnologia na instituição de nível superior FEMA.

Segundo a *Learning Technology Standards Committe* (LTSC – IEEE, 2013), “um objeto de aprendizagem (OA) é qualquer entidade, digital ou não, que possa ser usada, reutilizada ou referenciada em um processo de aprendizagem apoiado por meios tecnológicos”. Sendo assim, materiais mediados pela tecnologia, com objetivos pedagógicos de facilitar e promover o ensino/aprendizagem são OAs.

Este projeto, que se desenvolve na interface ensino/aprendizagem de língua inglesa e OA, visa contribuir com o processo de ensino/aprendizagem da disciplina de Inglês Técnico na instituição acima citada. Essa ferramenta poderá colaborar com a potencialização para o conhecimento e domínio do inglês pelo aluno na disciplina de Inglês Técnico.

Acredita-se que ao usar a ferramenta OA uma incrementação na aprendizagem ocorrerá. A possibilidade de uma nova ferramenta na instituição citada poderá contribuir com o professor, como facilitador em seu ensino e, ademais, proporcionará aos discentes que desejarem, de modo autodidata, a aprenderem um novo tópico do conteúdo de seu curso.

Referências

IEEE. **WG12 Learning Object Metadata**: Working Group Information.

Disponível em: <<http://ltsc.ieee.org/wg12/index.html>>. Acesso em: 04 de Dezembro de 2013.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar In Use - Gramática Básica da Língua Inglesa**. Tradução Valter L Siqueira – 2. ed. –São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2010.

AUDINO, Daniel Fagundes; NASCIMENTO, Rosemy da Silva. **Objetos de aprendizagem**: diálogos entre conceitos e uma nova proposição aplicada à educação. Disponível em <[http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n10/objetos de aprendizagem.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n10/objetos_de_aprendizagem.pdf)>. Acesso em: 04 de Dezembro de 2013.

GOMES, Adilson Fernandes; COSTA, Alan Ricardo; FIALHO, Vanessa Ribas; SANTOS, Luis Henrique dos. **Uma análise da produção de teses e dissertações sobre Objetos de Aprendizagem na área de Linguística e Letras**. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/19582/11143>>. Acesso em: 8 de Março de 2014.

AMORIM, Raiza; CHAVES, Anna Libia; SILVA, Diego. **Desenvolvimento e implementação de objetos de aprendizagem aplicados a disciplina de língua inglesa no IFRN**. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/anais/conteudo/anais/files/conferences/1/schedConfs/1/papers/1402/public/1402-5019-1-PB.pdf>>. Acesso em: 9 de Março de 2014.

SOBRINHO, Marialina Corrêa; CARDOSO, Paula Christina Figueira; FAVERO, Eloi Luiz. **Objetos de Aprendizagem no Ensino de Inglês**. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/14137/8073>>. Acesso em: 8 de Março de 2014.

TEIXEIRA, Luciana do Amaral. **A hipótese da neutralidade teórica e os objetos de aprendizagem para o ensino da língua inglesa**: um estudo de caso. Disponível em: <http://ww.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13424@1>. Acesso em: 7 de Março de 2014.

UM OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DE COMPUTAÇÃO

Rafaela M. dos SANTOS¹; Luiz C. BEGOSSO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

rafaela_martinss@hotmail.com, begosso@gmail.com

Esse trabalho aborda questões comuns nos cursos da área de computação, como por exemplo, a dificuldade na aprendizagem dos conteúdos das disciplinas de algoritmos e programação. Acredita-se que o presente estudo tem potencial para contribuir, ainda que em pequena escala, para o desenvolvimento de um Objeto de Aprendizagem com o intuito de minimizar o esforço cognitivo imposto ao estudante em entender conceitos específicos da área de programação de computadores.

Atualmente, os objetos de aprendizagem podem ser encarados como materiais importantes no processo de ensino e aprendizagem, pois nos fornecem a capacidade de simular e animar fenômenos, entre outras características, assim como reutilizá-los em vários outros ambientes de aprendizagem. Eles podem ser localizados na internet, através de repositórios, proporcionando outras características, a redução de custos de produção de materiais educacionais (SANTOS; FLÔRES; TAROUCO, 2007).

Os OAs foram escolhidos para este trabalho, pois possuem as seguintes características: auxiliam no aprendizado, possuem fácil acesso, despertam a criatividade, promovem a interação do aluno com o ambiente do OA.

O presente projeto aborda o conteúdo de ponteiros, que geralmente apresenta certo grau de dificuldade, por parte do aluno, para o seu entendimento. De acordo com Backes (2013), a estratégia tradicional adotada pela academia para o ensino do conteúdo de ponteiros é pouco motivadora para o mesmo, pois o professor tende a privilegiar a abstração do uso e aplicação dos mesmos.

No ambiente do Objeto de Aprendizagem, são utilizados animações e mapas conceituais, com o objetivo de promover uma interação do aluno com o OA, onde o mesmo possa entender o conteúdo de forma fácil e eficaz.

Entre os vários tipos de organizadores gráficos, a técnica de mapeamento conceitual, desenvolvida por Joseph Novak na década de 1970, vem sendo a nossa opção para representar os modelos mentais idiossincráticos dos indivíduos. A necessidade de usar proposições, contendo um termo de ligação para expressar claramente a relação conceitual, é o que torna os mapas conceituais (MCs) mais poderosos do que os demais organizadores gráficos (DAVIES, 2011).

O desenvolvimento desse projeto parte do princípio que um OA pode motivar, interagir e potencializar a aprendizagem de conceitos considerados complexos com relação ao conteúdo de ponteiros.

Referências

BACKES, André. **Linguagem C: completa e descomplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

DAVIES, M. **Concept mapping, mind mapping and argument mapping: what are the differences and do they matter?** Higher Education, vol. 62, n.3, p. 279-301, 2011.

SANTOS, Leila Maria Araújo; FLÔRES, Maria Lúcia Pozzatti; TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach. **Objeto de aprendizagem: teoria instrutiva apoiada por computador**. RENOTE- Revista Novas Tecnologias na Educação. Porto Alegre, v.6, n.2, p 1-10, 2007.

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES EM NUVEM USANDO CONCEITOS DE TECNOLOGIA ADAPTATIVA

Joel Rodrigues Alvares LEAL¹; Almir Rogério CAMOLESI²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis – Assis – SP

joel_19lakers@hotmail.com, camolesi@femanet.com.br

Nos últimos anos, com o crescimento na área da Tecnologia da Informação, a internet vem sendo um meio bastante utilizado para enviar e ter acesso às informações, tanto para um usuário simples como empresas de grande porte, o que fez desenvolvedores de sistemas e fornecedores de equipamentos investirem em soluções para simplificar o acesso a estas informações. Entre todas estas tecnologias, uma que vem ganhando destaque: a Computação em nuvem (*Cloud Computing*).

Acredita-se que futuramente nada será armazenado em computadores pessoais, aplicações e dados serão armazenados tudo na nuvem. Caberá as empresas fornecedoras desse serviço cuidarem de nossos dados e nossas aplicações, tanto em segurança contra *hackers*, quanto a segurança em caso de perda de dados.

A vantagem desse tipo de serviço é que nós pagamos apenas o que usamos, por exemplo, não precisamos comprar um HD (*Hard Disk*) de 1000GB e utilizarmos apenas 500GB, com a computação em nuvem, se precisamos de 500GB pagamos apenas 500GB, se precisar de mais 7,5GB pagaremos apenas 507,5GB. Nos dias de hoje o mais comum de ser utilizado em nuvem são aplicações e armazenamentos de dados.

Algumas empresas estão fornecendo o serviço IaaS (*Infraestrutura como Serviço*). Essas empresas fornecem memória RAM, HD, placa mãe, processador, placa de vídeo, um equipamento completo em nuvem, mas para conseguirmos retirar todos os recursos das máquinas necessitamos de *internet* de alta velocidade. Futuramente em nossas residências terá apenas um monitor e dispositivos de entrada e saída.

As aplicações desenvolvidas em nuvem, geralmente, são complexas e possuem comportamento que pode ser modificável. Uma tecnologia que vem sendo empregado no desenvolvimento de aplicações com comportamento modificável é a Tecnologia Adaptativa (NETO, 1993). A tecnologia adaptativa envolve um dispositivo não-adaptativo (subjacente) já existente em uma camada adaptativa que permite realizar mudanças no comportamento da aplicação definida (Pistori, 2003).

A Tecnologia Adaptativa se caracteriza por ser um sistema com estrutura dinâmica, ou seja, sua estrutura pode ser alterada conforme ocorre a interação com o ambiente, interno (virtual) ou externo (real), e por esta característica tão interessante, acaba por se tornar algo que facilita a construção de aplicações em nuvem.

É comum encontrar no meio comercial, sistemas que se modificam, em comportamento e estrutura, para solucionar um problema ou em situações inesperadas. Independente de seus estímulos de entrada, seu comportamento deve ser modificado para atender as novas situações apresentadas. Neste contexto é que se situa este trabalho que tem como foco o estudo e o uso de conceitos de Tecnologia Adaptativa no desenvolvimento de aplicações em nuvem.

Referências

ORLANDO, Dan. **Modelos de Serviços de Computação em Nuvem, Parte 2: Plataforma como Serviço**. Enterprise RIA Consultant, Vision Media Group. Disponível em: <<http://www.ibm.com/developerworks/br/cloud/library/cl-cloudservices2paas/>>. Acesso em 05 jun. 2012.

NETO, J.J. **Contribuições à metodologia de construção de compiladores**. Tese de Livre Docência, USP, São Paulo, 1993.

PISTORI, H. **Tecnologia Adaptativa em Engenharia de Computação: Estado da Arte e Aplicações**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2003.

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO EM GOOGLE ANDROID PARA GESTÃO DE TRATOS CULTURAIS

Kleber Aparecido de Souza DOMINGOS¹; Guilherme de Cleva FARTO¹

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)

klebersdomingos@gmail.com, guilherme.farto@gmail.com

Com o grande crescimento do agronegócio e a evolução das tecnologias em dispositivos móveis, juntamente com as plataformas *open source*, o desenvolvimento de aplicativos contribui com um mercado carente de tecnologias para pequenos produtores.

A aplicação *SistAgro* objetiva gerenciar apontamentos dos processos realizados no campo por meio de uma aplicação desenvolvida na plataforma *Google Android*. A versão Web possui funcionalidades como cadastros das principais informações que serão importados para a aplicação *Mobile*, movimentações, planejamentos de futuras operações, consultas, relatórios, gráficos, mapa de localização dos dispositivos. Enquanto que a versão *Google Android* é baseada em apontamentos, como operações, plantio, pragas, colheitas, entrega do produto, sincronismo inteligente de cadastro, consultas, gráficos, mensagens entre Web e dispositivos.

O objetivo deste trabalho é prover uma aplicação que auxilie pequenos produtores nas tomadas de decisões de forma rápida para obter uma maior produtividade e acompanhamento do que foi plantado e colhido, assim como também a ajudar nos processos de demais operações. Para a implementação da aplicação Web utilizou-se *Java Server Faces* juntamente com o *framework Prime Faces*, persistindo as informações em uma base de dados *PostgreSQL*.

Java é uma das mais importante e amplamente usadas linguagem de programação de computadores do mundo, porque é a linguagem predominante na Internet [1]. O *Android* é a nova plataforma de desenvolvimento para aplicativos móveis como *smartphones* e contém um sistema operacional baseado em *Linux*, uma interface visual rica, GPS,

diversas aplicações já instaladas e ainda um ambiente de desenvolvimento bastante poderoso, inovador e flexível [2].



Figura 1: Interfaces das aplicações Web e Mobile

Por meio de breve abordagem, desenvolveu-se uma aplicação simples, porém robusta por meio do uso de tecnologias do dia a dia e de plataformas *open source*, reduzindo o custo do projeto como um todo.

Como trabalhos futuros, sugerem-se a utilização do GCM para comunicação entre Web e dispositivos e o uso de mapas na mobilidade e cerca eletrônica.

Referências

[1] SCHILDT, Herbert. **Java para iniciantes – Crie, Compile e Execute Programas Java Rapidamente**. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2013.

[2] LECHETA, Ricardo R. **Google Android. – Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK**. 3. ed. São Paulo: Novatec, 2014.

APRENDIZAGEM COLABORATIVA POR MEIO DE SOCIAL MEDIA E E-LEARNING

Jefferson Simão GONÇALVES¹; Guilherme de Cleva FARTO²

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)

gerson.simao.92@gmail.com, guilherme.farto@gmail.com

Uma rede social faz parte de um aglomerado de pessoas, fazendo com que o indivíduo torne-se conectado por meio da Web e integrado com outros indivíduos, fazendo um ciclo de amizade expansível, tornando o conhecimento compartilhável.

SLUZKI afirma que a rede social é considerada como uma espécie de terceiro campo do parentesco, da amizade, da classe social; um círculo social constituído por traços de afinidade, formando uma teia que une as pessoas [1].

A rede social é baseada em três tipos, cada uma com seu propósito de utilidade, a rede comunitária com integração de pessoas entre cidade e bairros, rede social corporativa baseada em treinamentos dos colaboradores e a rede social online baseada em relações entre várias pessoas compartilhando os mesmos interesses.

Este trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de uma rede social [2] baseada na tecnologia *E-Learning*, resultando em uma ferramenta de recursos educativos para aprendizagem colaborativa e compartilhamento de conhecimento entre os usuários por meio da Web, facilitando o seu acesso em qualquer momento e lugar.

Também tendo como conjectura a criação de uma mídia social com salas de bate papo, fóruns e clube de estudo com perguntas diretamente direcionadas aos profissionais capacitados que se deseja consultar, tendo como um método de ensino o compartilhamento de vídeos, imagens e links.

Abordou-se, neste trabalho, o desenvolvimento de uma mídia social utilizando as técnicas de E-Learning, para aprendizagem colaborativa, facilitando o acesso ao conhecimento,

com compartilhamento de arquivos, vídeos, ideias, questões, sugestões para formação de um indivíduo.

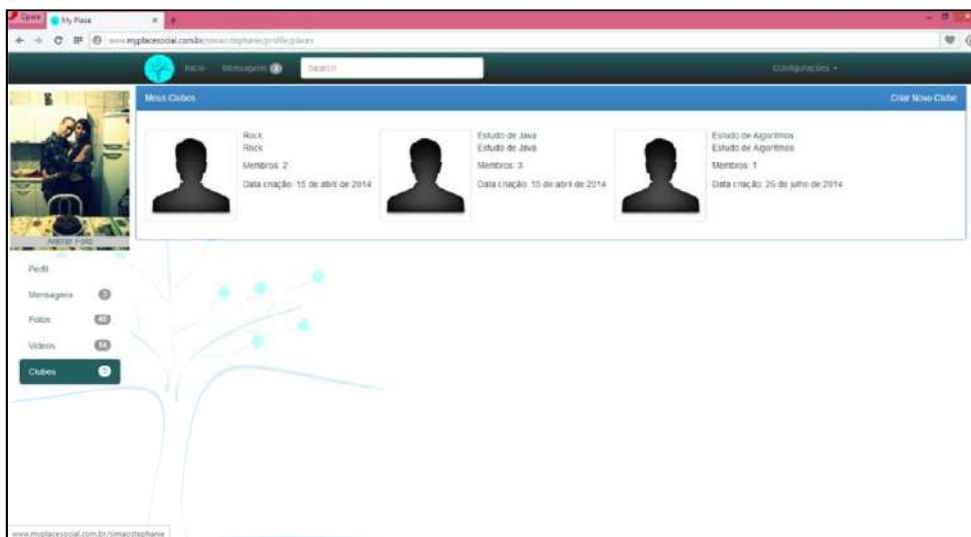


Figura 1: Clubes do usuário da rede social

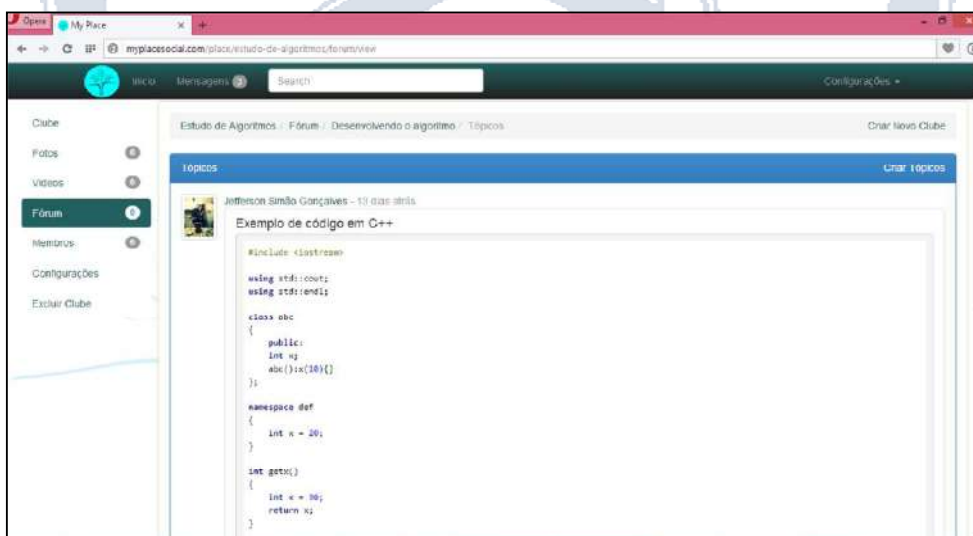


Figura 2: Tópicos do fórum do clube da rede social

Como trabalho futuro pretende-se desenvolver novas funcionalidades de aprendizagem colaborativa utilizando as técnicas *M-Learning* e *U-Learning* para a construção de aplicativos móveis com maior interatividade entre os usuários.

Referências

[1] SLUZKI, E. Carlos. **A Rede Social na Prática Sistêmica – Alternativas Terapêuticas**. In: 1ª Edição (Editorial Gedisa, S.A) e Casa do Psicólogo Livraria e Editoria Ltda – Câmara Brasileira do Livro – SP.

[2] FERNANDES, Woquiton Lima; SANTOS, Gilberto Lacerda dos. **Concepção de uma rede virtual de aprendizagem colaborativa para escolas agrotécnicas federais.** In: TE em Revista. Volume 2. Jan/Dez 2008.



PROTÓTIPO DE AMBIENTE INTELIGENTE BASEADO EM RASPBERRY PI, WEB E MOBILIDADE

José Guilherme VITORATTO¹; Guilherme de Cleva FARTO²

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)

gui_vitoratto@hotmail.com , guilherme.farto@gmail.com

Devido ao rápido aumento de novas tecnologias, o fator de comodidade e segurança em um ambiente qualquer tem sido exigido muito no mercado globalizado. A proposta deste trabalho foi o de pesquisar e compreender acerca de ambientes inteligentes utilizando ferramentas *open source*. Para a implementação prática do projeto, utilizou-se o microcomputador *Raspberry Pi* juntamente com as tecnologias *Google Android* e integração com *Web Services*.

Com a finalidade de aplicar obtidos na fase de pesquisa, foi proposto um estudo de caso para implementar um ambiente inteligente. Dessa forma, duas aplicações foram desenvolvidas: uma *Web*, utilizando as tecnologias *Java* e *JSF*, e uma *Mobile*, utilizando a plataforma *Google Android*. Tais aplicações foram projetadas para controlar o *Raspberry Pi*, responsável pelo gerenciamento do ambiente inteligente.

Norving e Russel (2002) definem que a Inteligência Artificial como sendo o estudo de agentes, na qual considera um agente aquele que é capaz de perceber seu ambiente por meio de sensores e de agir sobre esse ambiente por meio de atuadores [1].

O *Raspberry Pi* é um computador do tamanho de um cartão de crédito, desenvolvido no Reino Unido pela Fundação *Raspberry Pi*, a qual não possui fins lucrativos. Tudo se iniciou no laboratório de informática da Universidade de Cambridge com o objetivo de simplificar a programação às crianças para que pudessem chegar à faculdade com mais facilidade em programação.

O protótipo do ambiente inteligente tem como base uma maquete de uma casa com quatro cômodos, onde, cada cômodo contém um LED que representa a iluminação da casa. Os sensores de temperatura e umidade são localizados dentro de um cômodo da casa e a câmera na frente da casa.

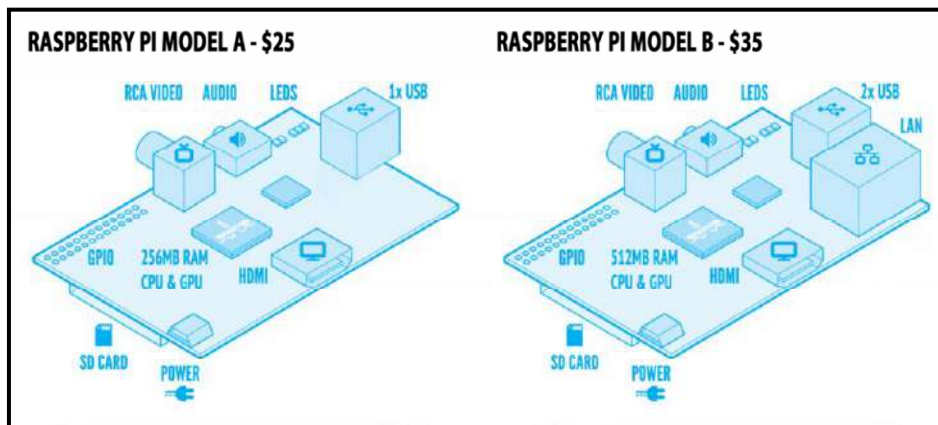


Figura 3: Estruturas e versões de placas do Raspberry Pi (In: [2])

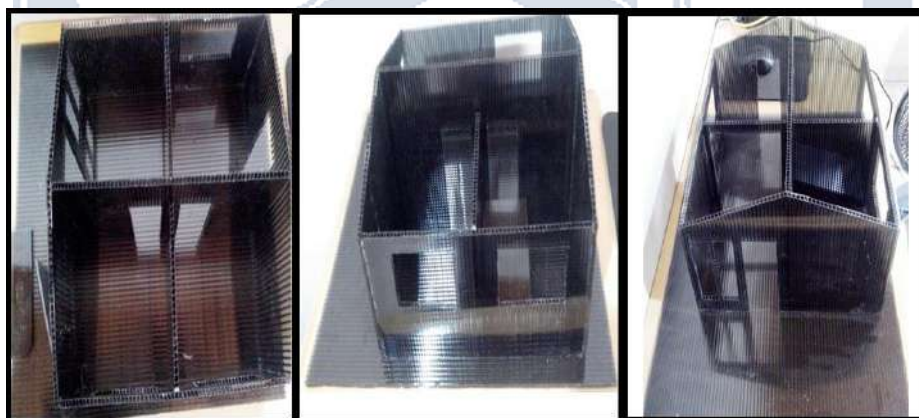


Figura 4: Maquete de ambiente inteligente

Com a utilização do *Raspberry Pi* para a prototipagem de um ambiente inteligente, confirmou-se como uma escolha correta, pois, considerando todas as características que ele oferece, constitui uma plataforma economicamente viável para o uso em sistemas embarcados, possuindo um alto poder computacional. Para novas funções, pretende-se realizar a implementação de serviços de *streaming* de vídeo e imagem, assim como a implementação de novos sensores e atuadores com *Java*.

Referências

[1] NORVING, Peter; RUSSELL Stuart. **Artificial inteligente: A modern approach**. 3. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

[2] SJOGLID, Stefan. **Raspberry Pi for Secret Agents**. 1. ed. Birmingham: Editora Packt Publishing, 2013.



DESMISTIFICANDO O MUNDO DO BIG DATA

Angelina Cassia DE PEDRI¹; Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO²

^(1,2)Departamento de Informática - Fundação Educacional do Município de Assis. Av. Getúlio Varga - 1200 - Assis - SP

angelina.pedri@proxima.agr.br, apoletto@femanet.com.br

O termo *Big Data* está cada vez mais popular, porém, ainda não está bem claro o seu significado, a sua aplicabilidade e a sua finalidade. Para uma melhor compreensão, é essencial entender a definição dos 3V's: Volume + Variedade + Velocidade.

O Volume representa a grande quantidade de dados gerados por sistemas corporativos, por mídias sociais, sensores e outros dispositivos; a Variedade representa os dados estruturados e não estruturados, obtidos do *Twitter* e *Facebook*, dados de uma empresa com grande volume de geração e movimentação de dados; a Velocidade, que representa a resposta quase que em tempo real para agir no próprio evento gerador das informações (TAURION 2013).

No entanto, existem muitas dúvidas de como “tangibilizar” este conceito, ou seja, como sair do conceitual e criar soluções de negócio que ajudem a organizar esta massa de informações, já que a cada dia são gerados dezenas de *petabytes* de dados, em uma escala real e não mais imaginária e futurista (DOURADO 2013).

O *Big Data* nos permite a utilização de diversas tecnologias de gerenciamento dessa massiva geração de dados como, aplicação de *Data Warehouse*, *Data Mart*, *Data Mining*, *Web Data Mining*, BI (*Business Intelligence*) e *Cloud Computing* (TAURION 2013).

Como objetivo tem-se o foco na desmistificação do conceito sobre *Big Data* que hoje é tido como um tema complexo para o público em geral e apresentar as vantagens das tecnologias relacionadas ao mesmo para tratamento de dados.

Sendo um tema que vem crescendo e atualizando-se a cada dia, terá também a apresentação e exemplificação um novo conceito de banco de dados não relacional, que

está se tornando cada vez mais popular no mercado de trabalho, o *NoSQL*, juntamente com a tecnologia *Data Mining*.

Sendo assim, o intuito desta pesquisa é sintetizar os principais conceitos relacionados ao *Big Data* e tecnologias que o abrangem.

Tendo em vista o interesse e as dificuldades para a compreensão do *Big Data*, espera-se que este trabalho apresente como resultado uma base introdutória para conhecimento do tema pesquisado, podendo ser utilizado como um guia, para familiarização com o assunto, auxiliando na introdução de profissionais ou leigos ao tema, ampliando sua grade de conhecimento voltada para o armazenamento de dados.

Referências

TAURION, Cezar. **Coletânea de posts publicados no Blog developerWorks em2012** developerWorks Brasil. Disponível em: <<http://www.ibm.com/developerworks/blogs/page/ctaurion>>. Acesso em: 07 outubro. 2013.

BARTH, J. **Fabício. Uma Introdução à Mineração de Informações na era do Big Data.** 2012. 75. Tipo de trabalho (Titulação) - VAGASTecnologia e Faculdades BandTec.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, IX, 2011, Rio de Janeiro. **Jornalismo Computacional em função da Era do Big Data:** 2011.12.

GOLDMAN, A., KON, F., JUNIOR, F. P., POLATO, I, PEREIRA, R. F.. **Apache Hadoop: conceitos teóricos e práticos, evolução e novas possibilidades.**

KIMBALL, R. The Data Warehouse Toolkit: **Guia Completo para modelagem dimensional.** Tradução da segunda edição. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 2002.

BARASUOL, Érion Ricardo. Mongo. **DB uma base de dados orientada a documentos que utiliza orientação a objetos.** 2012. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, 2012.

DOURADO, Joana. **Semantix – Treinamentos.** Disponível em: <<http://www.semantix.com.br>>. Acesso em: 05 dezembro. 2013.

PYTHON COMO FERRAMENTA PARA ENSINAR PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

Ray Toti Felix de ARAUJO¹; Luiz Carlos BEGOSSO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis

raytottifa@hotmail.com, begosso@gmail.com

A dificuldade no ensino e na aprendizagem dos conteúdos das disciplinas de algoritmos e programação tem preocupado os gestores e docentes de cursos de graduação da área de informática. Estas disciplinas trabalham conteúdos chave para a formação do profissional de computação e apresentam alto grau de dificuldade tanto para o aprendizado do aluno quanto por parte de quem ensina.

Em algumas oportunidades, ferramentas e ambientes computacionais foram usados para apoiar o ensino destas disciplinas, entretanto nota-se que não existem indicações de uma vasta utilização de tais ferramentas [1].

O presente trabalho adota a estratégia de utilizar o desenvolvimento de jogos digitais, como pano de fundo, para o ensino de conteúdos fundamentais da disciplina de algoritmos e estruturas de dados de cursos da área computacional.

Hábitos de estudo focados em memorização e dificuldade no entendimento do enunciado de problemas são alguns fatores apontados como responsáveis pelo alto índice de reprovação nas disciplinas de algoritmos e programação.

O aluno ingressante em cursos de computação não consegue entender e abstrair a lógica dos problemas e transformá-la numa sequência de passos para posteriormente desenvolver o algoritmo [2].

Este trabalho tem como objetivo geral a utilização da linguagem de programação *Python* como suporte para o ensino de programação em disciplinas introdutórias de cursos de graduação em computação.

O *Python* é uma linguagem de programação de computadores, de código aberto, de alto nível que começou a ser desenvolvida no final dos anos 80 na Holanda, por Guido Van Rossum e sua primeira versão foi publicada em 1991. Como qualquer linguagem, *Python* visa à qualidade de software, entretanto essa linguagem foi concebida com o propósito de facilitar o aprendizado da programação de computadores [3].

Python possui algumas características que a tornam uma boa linguagem para o ensino de programação: a sintaxe é clara e intuitiva; a tipagem dinâmica faz com que as variáveis sejam determinadas automaticamente, em tempo de execução e não em respostas às declarações presentes no código; o interpretador proporciona *feedback* imediato de erros potenciais [4].

Como estratégia para alcançar os objetivos propostos, desenvolveu-se um curso para um grupo de alunos ingressantes, com a linguagem *Python*. Em seguida, estes mesmos alunos foram avaliados segundo o conteúdo abordado com o objetivo de verificar a eficiência do software estudado junto ao ensino de algoritmos e programação.

Referências

[1] PIMENTEL, E. P.; FRANÇA, Vilma Fernandes de; OMAR, Nizam; NORONHA, R. V. Avaliação Contínua da Aprendizagem, das Competências e Habilidades em Programação de Computadores. In: **IX WIE - Workshop de Informática na Educação da Sociedade Brasileira de Computação**, 2003, Campinas / SP. ANAIS DO XXIII CONGRESSO DA SBC, 2003. v. V. p. 108-116.

[2] RAPKIEWICZ, C. E.; FALKEMBACK, G.; SEIXAS, L.; SANTANA DOS SANTOS, N. ; CUNHA, V. V.; KLEMMANN, M. Estratégias Pedagógicas no Ensino de Algoritmos e Programação Associadas ao Uso de Jogos Educacionais. **RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 4, n. 2, p. 1, 2006.

[3] PYTHON. **Python Programming Language – Official Website**. Disponível em <http://www.python.org/>. Acesso: 19. Nov 2013.

[4] GRANDALL, L.; PELTOMÄKI, M.; BACK, R. J.; SALAKOSKI, T. “Why Complicate Things? Introducing Programming in High School Using Python.” In ACE '06. **Proceedings of the 8th Australasian Conference on Computing Education**. Vol. 52 Australian Computer Society: ACM, 2006, pp. 71-80.

LÓGICA FUZZY: UMA APLICAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

Gabriel Rodrigues dos SANTOS¹; Almir Rogério CAMOLESI²

^(1,2)Departamento de Informática - Fundação Educacional do Município de Assis. Av. Getúlio Varga - 1200 - Assis - SP

ga_biel@msn.com, camolesi@femanet.com.br

Nos dias de hoje, a informação é de suma importância para o desenvolvimento de qualquer área. Muitos são os sistemas que gerenciam e geram informações e esses, por sua vez, têm de ser alimentados, seja por máquinas, sensores ou pessoas. Para isso, é necessário encontrar soluções eficientes para certos tipos de problemas, no qual os dados são imprecisos ou ambíguos, principalmente aqueles em que são subjetivas e que apresenta dificuldade em representar esse conhecimento em um sistema.

A modelagem e a *Lógica Fuzzy* são as técnicas adequadas para se manusear informações qualitativas de maneira rigorosa, onde consideram o modo como a falta de exatidão e a incerteza são descritas, tornando suficientemente poderosa para manipular de maneira conveniente o conhecimento. E a grande vantagem é a simplicidade de implementação de um sistema de controle *fuzzy*, pois ela reduz a complexidade de um projeto a um ponto em que problemas anteriormente intratáveis passam agora a ser solúveis.

O presente artigo apresenta uma aplicação computacional para a área da saúde, onde são coletadas informações de um especialista sobre determinado indivíduo e, com base nos conhecimentos passados ao sistema, o mesmo auxilia na tomada de decisão.

A aplicação foi desenvolvida utilizando o conceito de sistemas *fuzzy*, pois se mostra uma excelente técnica para tratar esse tipo de problema e pela deficiência de sistemas inteligentes nesta área. O modelo de inferência adotado foi o de Mamdani, pois atende a necessidade do sistema e se tornou fácil o entendimento devido aos números de entradas proposta, número de saída e a base de regras.

O aumento de uma entrada, saída ou bloco de regras tornaria a resolução do problema mais complexo, podendo fazer com que o modelo escolhido deixe de ser o mais adequado, também foi utilizada uma ferramenta gráfica chamada *Infuzzy*. A aplicação para a área de saúde foi desenvolvida utilizando a tecnologia *Java*.

A base de conhecimento do sistema *fuzzy* vincula a dependência química de cada pessoa com seu estado de saúde para então encaminhar para uma instituição que possa atender de forma mais adequada determinado indivíduo. A dependência química e o estado de saúde estão subdivididos em outros três conjuntos, com suas funções de pertinência.

A lógica *fuzzy* mostrou ser uma técnica muito adequada em tratar informações imprecisas, já que não se restringe a atribuir apenas dois valores para os dados, descartando qualquer possibilidade da existência de um meio termo. Porém, ainda é pouco difundida no mercado de trabalho, com os estudos realizados sobre lógica *fuzzy*, notou-se que ela já não faz parte apenas de sistemas complexos, estão presente em alguns equipamentos do cotidiano, como a televisão e o ar condicionado.

Como essa tecnologia está cada vez mais presente no dia-a-dia das pessoas, seja auxiliando ou agilizando os serviços, a *Lógica Fuzzy* é uma técnica muito promissora principalmente por conseguir “entender” os termos linguísticos, o que a torna mais apta em situações onde informações imprecisas são adquiridas.

Referências

ZADEH, L. A.: Fuzzy sets. **Information and control**, v.8, p. 338-353, 1965.

KLIR,G.J.;YUAN,B.. **Fuzzy Sets and Fuzzy Logic: Theory and Applications**. New Jersey, Prentice Hall, 1995.

R. R. Yager; D. P. Filev.: **Essentials of Fuzzy Modeling and Control**. John Wiley & Sons, 1994.

Araujo, Ernesto. **Lógica Difusa (Fuzzy) e Raciocínio Aproximado: Conceitos e Aplicações**. In: Encontro Regional de Matemática Aplicada e Computacional, 13, 2009, Pato Branco. Anais eletrônicos ... Pato Branco/UTFPR, 2009. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/viewArticle/700>> Acesso em: 5 fev. 2014.

REZENDE, S. O. Sistemas inteligentes Fundamentos e Aplicações. In: ALMEIDA, P. E. M.; EVSUKOFF, A. G. de (Org.) **Sistemas Fuzzy**. São Paulo: Manole, 2003. P.169-201.

COX, Earl. **The fuzzy systems handbook: a practitioner's guide to building, using, and maintaining fuzzy systems**. New York: AP Professional, 1994.

PERÍCIA DIGITAL COMO FERRAMENTA AUXILIAR NA SOLUÇÃO DE CIBERCRIMES

André Luiz FERNANDES¹; Fábio Eder CARDOSO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis

andre.l.fernandess@hotmail.com, fabioeder.professor@gmail.com

Computação Forense pode ser considerada a Ciência que trata de examinar, analisar e investigar um crime Computacional em âmbito civil e criminal. Em âmbito criminal, ela trata de determinar causas, meios, autoria e consequências de um incidente computacional.

Um *cibercrime* é erroneamente considerado um crime virtual, pois realmente trazem algum tipo de dano, material ou pessoal as vítimas. Além disso, uma vez identificado o local do crime, há a necessidade de preservação e cuidados com o local e equipamentos.

Tendo isso em vista, foram elaborados métodos para coleta e manipulação de evidências de forma que mantenha a sua integridade e para que sejam coletados o máximo de evidências possíveis.

Todos os equipamentos que serão periciados, devem ser desligados de forma correta, observando as diferenças de cada Sistema Operacional. Os materiais devem ser relacionados com todas as informações pertinentes, incluindo data e hora de apreensão, e todos devem ser incluídos na documentação da investigação, como item da "Cadeia de Custodia".

Os equipamentos devem ser acondicionados de forma que sua integridade não seja violada, respeitando as normas de transporte e guarda, evitando locais com calor excessivo, quedas e batidas, e em nenhuma hipótese, os equipamentos devem ser ligados ou conectados por uma pessoa que não seja o próprio perito.

O material ao ser encaminhado para perícia, devem ser observadas as mesmas regras de transporte e antes de se iniciar os exames o perito deve verificar se os equipamentos não foram violados ou sofreram algum tipo de dano de transporte ou intencional e verificar a documentação de todos os materiais.

Antes de se dar início aos exames, todos os materiais devem ser identificados novamente pelo perito com informações pertinentes como local da apreensão, data e hora, nome do proprietário, descrição, hora da perícia, descrição do material, nome do perito, tipo de mídia e *status* da perícia.

A perícia pode se iniciar quando o equipamento é periciado ainda ativo, ou seja, não foi desligado desde o momento de sua apreensão, chamado "Exames ao Vivo", onde desta forma é possível ter acesso a um número maior de informações. Porém, na maioria dos casos, o equipamento é periciado em local diferente ao da apreensão, normalmente em um laboratório.

Desta forma, é necessário um processo de cópia de todos os dados, chamado duplicação *bit a bit*, com uso de softwares reconhecidos no meio, e que mantêm a integridade dos dados e não permitam a alteração dos dados na mídia duplicada. Um bom exemplo de ferramenta é o *EnCase*, produzido pela empresa Guidance Software, que permite a duplicação dos dados em diversas situações.

Os exames periciais são realizados nas mídias duplicadas devidamente identificadas e as mídias originais são mantidas preservadas e isoladas. Os exames são realizados com auxílio de aplicativos certificados e que garantam total integridade das informações e devem ser documentados passo a passo, de forma que possam se obter os mesmos resultados em nova perícia.

A partir desta documentação e todos os resultados, deve ser elaborado um Laudo, seguindo padrões existentes, informando toda a metodologia do trabalho, usando uma linguagem técnica, mas de fácil leitura para os interessados envolvidos no caso.

Referências

Costa, Marcelo Antônio Sampaio Lemos. **Computação Forense**, 1ª.Campinas – SP, Millennium, 2005.

Costa, Marcelo Antônio Sampaio Lemos. **Computação Forense – A análise forense no contexto da resposta a acidentes computacionais**, 3ª. Campinas – SP, Millennium, 2011.



CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE APLICADOS EM JOGOS UTILIZANDO COMPUTAÇÃO PERCEPTIVA

Francisco MODOTTI JUNIOR¹; Guilherme de Cleve FARTO²

(1,2) Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, Assis, São Paulo, Brasil

franzmodotti@gmail.com, guilherme.farto@gmail.com

Devida à massiva emissão de gases poluentes e ao impacto negativo provocado ao meio ambiente por conta do consumo descontrolado dos recursos naturais, surge a necessidade de criar e aprimorar técnicas educacionais que contribuam com consciência ambiental e de sustentabilidade.

Este trabalho apresenta uma maneira de difundir essa consciência por meio do entretenimento utilizando-se de uma tecnologia criada recentemente pela Intel, intitulada de Computação Perceptiva. O jogo desenvolvido trata a ideia de reciclagem e, com a aplicação da tecnologia de Computação Perceptiva, reconhece alguns gestos realizados pelo usuário e identifica se o gesto reconhecido é compatível com o gesto aguardado pelo software.

Objetivo Específico

De forma a delimitar o objetivo específico, o objetivo principal deste trabalho é apresentar um protótipo de um jogo educacional voltado para as áreas da Sustentabilidade e da Educação Ambiental. Dessa forma, também será possível demonstrar, na prática, as vantagens e a interação homem-máquina que são proporcionadas pela Computação Perceptiva.

Contextualização

Por meio de pesquisas realizadas no contexto relacionado ao meio ambiente e à educação ambiental, este trabalho tomou como base as ideias propostas por FARIAS (2013), CARVALHO (2008) e JACOBI (2003). Entre outros estudos, os autores citam o problema atualmente enfrentado pela humanidade no que diz respeito ao uso descontrolado de recursos naturais do planeta, fazendo com que o cenário ambiental seja comprometido e sofra consequências negativas para as futuras gerações. Assim sendo, as pesquisas também destacam a importância de trabalhar a mentalidade das novas gerações, preparando-as para um convívio em um ambiente desgastado pelas ações humanas.

Esse protótipo, em desenvolvimento, tem como público alvo as crianças e os adolescentes, focando-se na tentativa de estimular a mentalidade de uma nova geração, assim como pelo fato de que, aplicando tal projeto nessa faixa etária, tornam-se possível introduzir e avaliar experimentalmente a ideia proposta em escolas e instituições de ensino para coletar e analisar os resultados gerados.

Metodologia de Pesquisa

Para o desenvolvimento deste trabalho foram adotadas metodologias experimentais. Inicialmente, pesquisas foram realizadas acerca das tecnologias e assuntos envolvidos e, posteriormente, definiram-se os estudos de casos assim como o desenvolvimento da abordagem proposta.

O desenvolvimento se deu por meio de uma integração entre a *Intel® Perceptual Computing SDK* e a ferramenta *Unity3D*.

Análise dos Resultados

Com base na metodologia experimental adotada, pôde-se verificar um bom resultado no que diz respeito à tecnologia utilizada. O jogo proposto apresenta uma interface homem-computador intuitiva e o tempo de resposta do software em relação ao reconhecimento dos gestos é pequeno, o que aumenta a velocidade do jogo e causa uma necessidade de rápido raciocínio por parte do usuário, contribuindo com uma maior imersão.

Os gestos empregados no jogo, que são o sinal de “positivo” (mão fechada com o polegar para cima) e “negativo” (mão fechada com o polegar para baixo), são reconhecidos de forma nativa Perceptual Computing SDK. Na prática, um composto de lixo e uma lixeira

de reciclagem são exibidos para o usuário que afirma ou nega se o composto é compatível com a lixeira exibida.

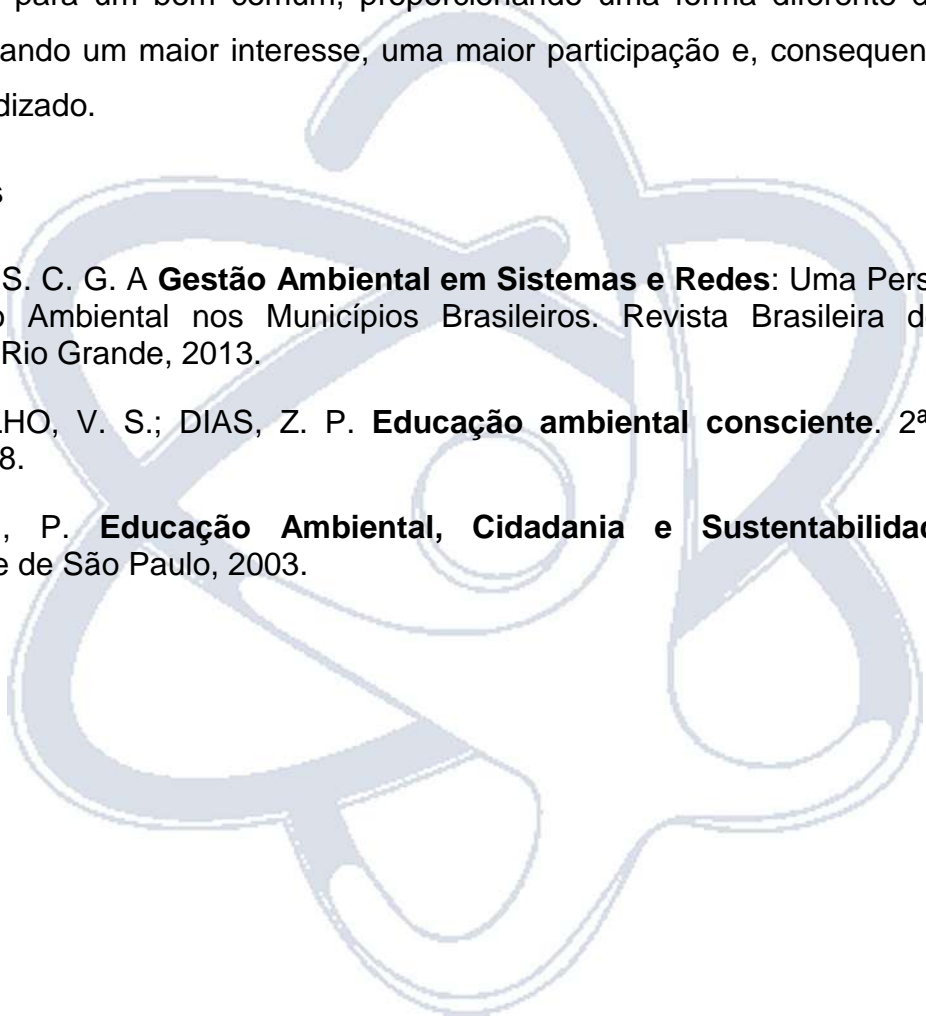
Conclusão Parcial

A Computação Perceptiva é uma tecnologia que pode inovar a interação entre o homem e a máquina, possibilitando que essa relação se torne mais natural, intuitiva e imersiva.

Por meio da integração da tecnologia com a educação, a Computação Perceptiva pode ser utilizada para um bem comum, proporcionando uma forma diferente de lecionar e entreter, gerando um maior interesse, uma maior participação e, conseqüentemente, um maior aprendizado.

Referências

- [1] FARIAS, S. C. G. A **Gestão Ambiental em Sistemas e Redes**: Uma Perspectiva para a Educação Ambiental nos Municípios Brasileiros. Revista Brasileira de Educação Ambiental – Rio Grande, 2013.
- [2] CARVALHO, V. S.; DIAS, Z. P. **Educação ambiental consciente**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2008.
- [3] JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. USP – Universidade de São Paulo, 2003.



ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PROTOCOLOS DE ROTEAMENTO RIP E OSPF

Junior Aparecido Rodrigues da Cruz¹; Fábio Eder Cardoso²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis

juniorccna@hotmail.com, fabioeder.professor@gmail.com

A Internet foi criada pelo Departamento de Defesa dos EUA em 1969, para melhor comunicação durante o período da Guerra fria que se travava entre União Soviética e Estados Unidos. Entretanto, havia um grande problema: quando alguma estação de transferência de telefonia era atacada perdia-se totalmente a comunicação, pois não tinha nenhum protocolo (algoritmo) de roteamento para redirecionar as informações e encontrar algum caminho alternativo para contornar esse problema. Para isso, foram criados os protocolos de roteamento para construção e atualização de tabela de roteamento. [3]

Com o tempo, a Internet foi crescendo, e à medida que aumentou o número de roteadores, ocorria uma sobrecarga relativa ao cálculo, armazenamento e a comunicação de informações para a tabela de roteamento.

A Internet dos dias de hoje consiste em centenas de milhões de roteadores e, neste caso, é necessário criar protocolos de roteamento hierárquicos. Assim, os roteadores ficavam divididos por regiões chamadas de *Autonomous System* – AS.[3]

Um AS agrupa roteadores pertencentes a uma rede corporativa ou sobre um mesmo controle administrativo, onde todos os roteadores conhecem informações apenas de sua região. Todos os roteadores de um AS trocam informações e rodam o mesmo protocolo de roteamento chamados de *Interior Gateway Protocol* – IGP. Contudo, esse AS precisa se comunicar com outros ASs. Para realizar essa comunicação, os roteadores de bordo utilizam um algoritmo de roteamento externo chamado de *Exterior Gateway Protocol* – EGP. [3]

Neste contexto, faz necessário pesquisas entre os protocolos de roteamento em uso na Internet, dentre eles os protocolos de roteamento interno, RIP e OSPF, que são o foco desta pesquisa.

O protocolo RIP é conhecido como algoritmo de Bellman-Ford, o RIP foi um dos primeiros protocolos de roteamento *intra-AS* da Internet e é utilizado até hoje. O RIP é um protocolo de vetor distância e usa contagem de salto como métrica. Cada roteador entre um trajeto da fonte ao destino é atribuído um à contagem, o número máximo de saltos que um pacote pode atingir é de 15 saltos, se passar desse valor o pacote é destruído para evitar loops infinitos.

Essa técnica de contagem de saltos é utilizada para determinar o trajeto de um pacote, nem sempre escolhe o melhor caminho, pois o protocolo não leva em consideração fatores como largura de banda, congestionamento, estado de link entre outros fatores que influenciam na escolha da melhor rota. [4]

No RIP, a tabela de roteamento é passada inteira em *broadcast* a cada 30 segundos contendo todas as sub-redes do AS e as distâncias entre o remetente e uma dessas sub-redes. Para checar qualquer mudança na rede, os roteadores presentes no AS enviam anúncios periódicos, se não houver uma resposta do seu vizinho dentro de 180 segundos, o seu vizinho será declarado como inalcançável, o RIP altera a sua tabela de roteamento e propaga essas informações para seus vizinhos. [1]

O OSPF foi concebido como sucessor do RIP e a alternativa para redes de grande porte, onde seu antecessor não podia ser utilizado devido a suas características e limitações.

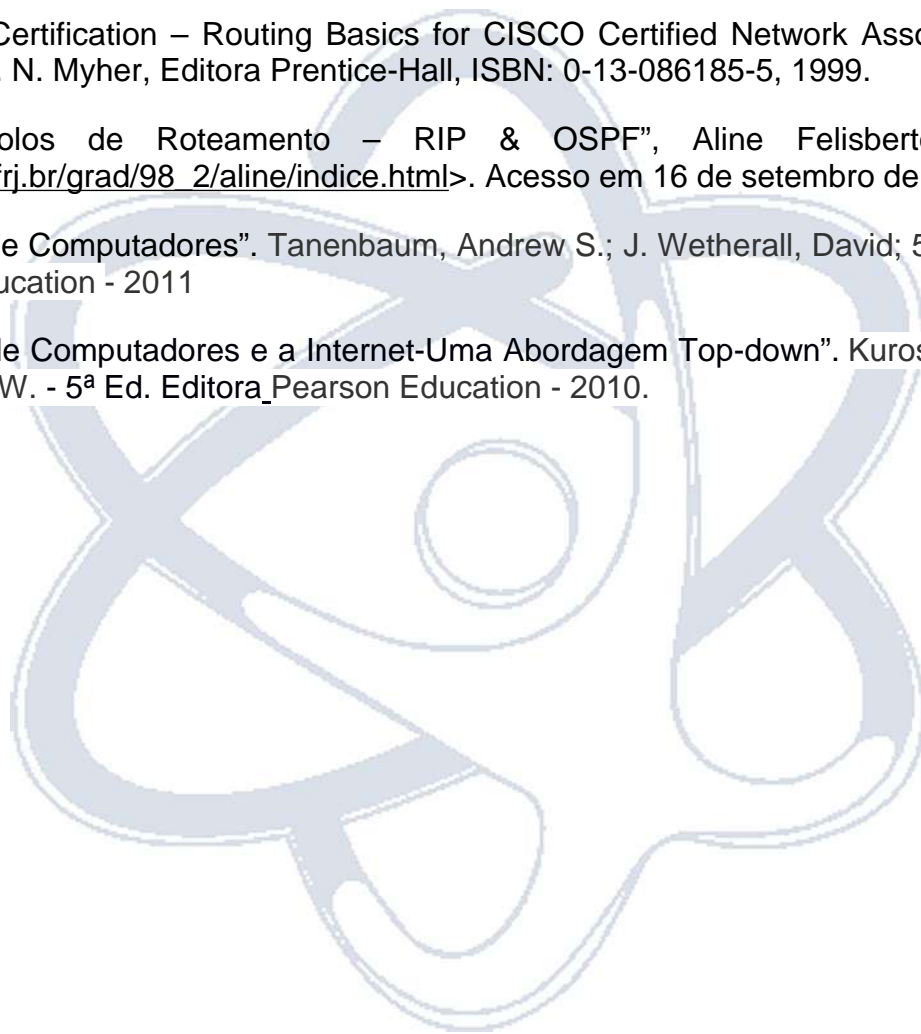
A principal vantagem do OSPF é que ele não propaga sua tabela de roteamento inteira e para todos os roteadores, ele somente troca informações com os roteadores que sofreram alterações em *Multicast*. [2]

O Protocolo usa um algoritmo chamado de *Shortest Path First* para calcular a métrica da rede origem para rede destino, levando em consideração a largura de banda das interfaces dos roteadores presentes no AS. Se após o cálculo do algoritmo ele detectar que há dois caminhos com custos iguais, ele faz o balanceamento de carga entre as interfaces envolvidas.

O protocolo OSPF tem diversas vantagens sobre o RIP, como tempo de convergência muito mais rápida, ideal para redes de grande porte. Ele não propaga a tabela roteamento inteira para todos os roteadores do AS, entretanto, o RIP possui uma fácil implementação e utiliza menos processamento do roteador. Assim, tem bons resultados em redes de pequeno porte e ainda é utilizado em roteadores antigos que não executam o algoritmo OSPF.

Referências

- [1] “CCNA Certification – Routing Basics for CISCO Certified Network Associates Exam 640-407”, R. N. Myher, Editora Prentice-Hall, ISBN: 0-13-086185-5, 1999.
- [2] “Protocolos de Roteamento – RIP & OSPF”, Aline Felisberto – UFRJ, <www.gta.ufrj.br/grad/98_2/aline/indice.html>. Acesso em 16 de setembro de 2014>
- [3] “Redes de Computadores”. Tanenbaum, Andrew S.; J. Wetherall, David; 5ª Ed. Editora Pearson Education - 2011
- [4] “Redes de Computadores e a Internet-Uma Abordagem Top-down”. Kurose, James F.; Ross, Keith W. - 5ª Ed. Editora_Pearson Education - 2010.



GESTÃO DE PROJETOS: UM ESTUDO NA CIDADE DE ASSIS

Lucas Alessandro Furlaneto SILVÉRIO¹; Osmar Aparecido MACHADO²

(^{1,2}) Assis - SP

lucasfurlaneto.s@gmail.com, osmar@femanet.com.br

De acordo com o guia PMBOK (2014), projeto é um esforço único e temporário que visa desenvolver um serviço ou resultado único. A gestão de projetos tem como visão gerenciar, organizar e ajudar no desenvolvimento de algo dentro de uma organização, desde pequenas a grandes empresas, sendo algo que é realizado desde os primórdios da vida na Terra, onde possuímos grupos de processos, áreas de conhecimento, metodologias e outras ferramentas para o melhor desenvolvimento do projeto.

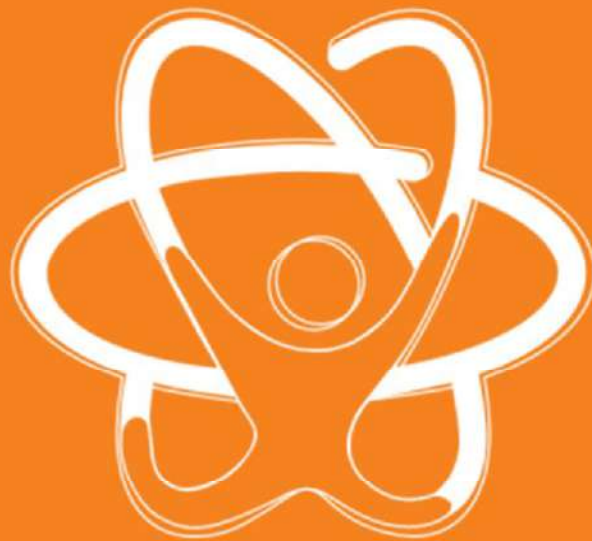
De acordo com Sotille, Menezes e Xavier (2007), muitos projetos não são finalizados por falta do não-cumprimento de prazos, profissionais não capacitados e por uma troca constante no escopo.

Com base nisso o estudo na cidade de Assis visa entender em que nível se encontra as empresas utilizando os conceitos disseminados pelo PMI, suas técnicas, metodologias e práticas utilizadas através de um questionário. Com a realização desse, estudo se espera obter informações significativas do quadro de uso do conceito de projetos na cidade de Assis, assim gerando novas informações para empresas que ainda não utilizam ou pretendem utilizar.

Referências

SOTILLE, A. M., MENEZES, M. C. L., XAVIER, S. F. L., PEREIRA, S. L. M. **Gerenciamento do escopo em projetos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

PMBOK: **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**. 5º ed. Pensylvania. PMI, 2014.



QUÍMICA

OBTENÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE FILMES BIODEGRADÁVEIS PELO MÉTODO DE CASTING UTILIZANDO DIFERENTES FONTES DE AMIDO E GLICEROL RESIDUAL COMO ELEMENTO PLASTIFICANTE

Jessica Caroline Toledo OLIVEIRA¹; Gilcelene BRUZON²; Mary Leiva de FARIA³

(^{1,2,3}) Departamento de Química – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) Assis – SP – Brasil

jessica_oliveira@live.com, gilcebruzon@femanet.com.br, ml.faria@uol.com.br

Polímeros são macromoléculas que podem ter origem artificial, sendo obtidas a partir do petróleo, ou natural, provenientes de fontes naturais renováveis como amido, celulose entre outros. A busca por fontes naturais renováveis tem sido foco de interesse para o desenvolvimento de novas tecnologias que visam à preservação ambiental e a busca de potenciais alternativo de substituição de plásticos convencionais oriundos de petróleo [1].

As fontes renováveis recebem esta designação por apresentarem um ciclo de vida mais curto em comparação com fontes fósseis como o petróleo, que leva milhares de anos para se formar [2]. De acordo com Santos et al [3], “de uma forma geral, tem-se que matérias de fonte renovável são considerados ambientalmente sustentáveis e se dispostos apropriadamente podem reduzir seu impacto durante a disposição final”.

Assim, existe a previsão de que os polímeros de fontes renováveis irão substituir os materiais de fontes não renováveis em grande escala, sendo que em alguns casos sua obtenção já é economicamente viável. Atualmente, um dos grandes problemas existentes em nosso planeta, que preocupa a todos, é a poluição, que vem gerando grandes problemas ambientais.

No Brasil, de 2003 a 2012, a geração de lixo por pessoa aumentou de 955 g p/dia para 1,223 Kg e grande parte deste lixo é composto por plásticos. Um dos questionamentos presentes em nosso dia-a-dia seria: o que podemos fazer para diminuir a poluição? Umas

das alternativas seria o uso de materiais renováveis, visto que a produção de filmes biodegradáveis nos permite visualizar novos caminhos para a contribuição da sustentabilidade de nosso planeta, já que o uso de embalagens que se degradam com menor tempo torna possível a diminuição do acúmulo de resíduos plásticos no meio ambiente.

O amido tem sido considerado um polímero com elevado potencial para produzir biofilmes, por ser de baixo custo, alta disponibilidade, de fonte renovável e biodegradável. Filmes obtidos de amidos, em sua maioria, apresentam boas características de barreira ao oxigênio, entretanto, uma série de limitações é observada com relação às suas características hidrofílicas e permeabilidade ao vapor d'água [4].

Este trabalho teve por objetivo a produção de filmes biodegradáveis pelo método *casting*, utilizando amidos de milho e de mandioca e glicerol como agente plastificante. Os filmes foram confeccionados com amido de mandioca e milho (3g de amido/100g de solução filmogênica) empregando-se como plastificante o glicerol em diferentes concentrações (15; 30 e 40g de plastificante/100g de amido), segundo técnica do tipo *casting*.

As soluções filmogênicas foram aquecidas de 30 a 95°C, mantidas a 95°C durante 10 minutos. Em seguida, foram espalhadas 100 g de cada solução filmogênica em um frigideira revestida de teflon (14 cm) e o material foi seco em estufa com circulação e renovação de ar, a 40 °C por 24h. Os filmes foram condicionados, em dessecadores.

Os filmes de amido de mandioca com plastificante glicerol na concentração de 30g e 40g/100g de amido se mostraram contínuos, sem fraturas ou rupturas após a secagem. O filme com concentração de 15g de plastificante/100g de amido apresentou rupturas e ficou quebradiço (figura 1).



Figura 1: Filmes de amido de mandioca em diferentes concentrações de plastificante: a) 15 g de glicerol/100g de amido; b) 30g de glicerol/100g de amido; c) 40g de glicerol/100g de amido

Os filmes de amido de milho com plastificante glicerol na concentração de 30g e 40g/100g de amido não se mostraram contínuos, apresentando uma ruptura após a secagem. O filme com concentração de 15g de plastificante/100g de amido de milho apresentou rupturas e ficou quebradiço.

A “manuseabilidade” dos filmes de amido de mandioca e de milho com 30 a 40% de glicerol foi boa, porém, houve mais dificuldade de serem retirados dos suportes sem rasgar. Contudo, depois de retirados do suporte, puderam ser manipulados sem qualquer risco de ruptura. Os filmes de amido de mandioca com teores de 30 e 40% se mostraram com melhores propriedades com relação à ruptura e homogeneidade do que os de amido de milho na mesma concentração de glicerol.

Conclui-se pelos resultados que o filme com melhor “manuseabilidade” foi de mandioca, com concentração de 30% de glicerol. A maior aderência aos suportes apresentada pelos filmes com 40% de glicerol é devido à maior concentração de plastificante empregada na formulação da solução filmogênica, o que conferiu maior “adesividade” às amostras.

Referências

- [1] TEIXEIRA, E.M. **Utilização de amido de mandioca na preparação de novos materiais termoplásticos**. 201 p. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Instituto de Química de São Carlos, Brasil 2007.
- [2] BRITO, G. F.; AGRAWAL, P.; ARAUJO, E. M.; MELO, T. J. A. Biopolímeros, polímeros biodegradáveis e Polímeros Verdes. **Revista eletrônica de materiais e processos**, v. 6.2, 2011, p. 127-139.
- [3] SANTOS, Amélia S. F.; FREIRE, Fernando H. de O.; BRENO, L. N. da Costa; MANRICH, Sati. Sacola plásticas: Destinações Sustentáveis e alternativas de substituição, **Química Nova**, v. 22, nº. 3, 2012, p. 228-237.
- [4] MATTA Jr. Manoel D. da; SARMENTO, Silene B. S.; SARANTOPOLIS, Claire I. G. L.; ZOOCCHI, Silvio S. Propriedades de berreira e solubilidade de filmes de amido de ervilha associado com goma xantana e glicerol, **Polímeros**, v. 21, 2011, p. 67-72.

PRODUÇÃO DE BIOGÁS A PARTIR DA VINHAÇA

Renata Funchal da Silva COSTA¹; Me. Patricia Cavani Martins de MELLO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis

²Fundação Educacional do Município de Assis

re_funchal@hotmail.com, patricia_cavani@hotmail.com

A vinhaça é o principal resíduo da produção de etanol, gerado em uma proporção de 10 a 18 litros de resíduo para cada litro de etanol produzido. Contém de 2 a 6 % de constituintes sólidos, destacando-se matéria orgânica com 100 g/L de DQO e é rica em potássio, cálcio e magnésio [1, 2].

Uma das novas maneiras de se reutilizar a vinhaça é através da geração de biogás a partir da sua digestão anaeróbia em reatores de alto desempenho. O biogás é composto por aproximadamente 60 a 65 % de gás metano e 30 a 35 % de dióxido de carbono [2,3]. O aumento da produtividade do processo de digestão anaeróbia pode ser viabilizado pela incorporação ao processo lodo de esgoto sanitário, sendo este fonte de bactérias metanogênicas necessárias ao processo [4].

O objetivo desse trabalho é quantificar o biogás produzido por uma mistura de vinhaça e lodo sanitário e verificar a diminuição de sua carga orgânica através de análises.

Inicialmente, construiu-se um biodigestor utilizando um galão de PVC de 20L, onde foi colocado 10L de vinhaça e 2L de lodo sanitário. A formação do biogás foi determinada através do monitoramento da pressão com um manômetro adaptado ao galão com capacidade para 3 Kgf/cm². Paralelamente, monitorou-se o pH, DQO e DBO pelos métodos Hach e Convencional. Será realizado teste de inflamabilidade do gás através de combustão.

O experimento teve início no dia 30 de agosto de 2014, sendo avaliado diariamente para homogeneização do meio e avaliação da pressão de gás gerado. Após duas semanas foi obtida uma pressão de 0,7 kgf/cm², que equivale a 0,2216 mols de biogás à temperatura de 25°C. O valor inicial de DBO foi de 11522 mg/L e o de DQO foi de 45400 mg/L. A

biodigestão anaeróbia deverá ocorrer por pelo menos 30 dias, pois a adaptação do lodo sanitário ao resíduo industrial é de 21 a 28 dias conforme os dados da literatura [5].

Após esse período novas avaliações se realizarão para verificar o consumo da matéria orgânica, com conseqüente formação de biogás observado pela medição da pressão.

Referências

[1] PINTO, Claudio Plaza. **Tecnologia da digestão anaeróbia da vinhaça e desenvolvimento sustentável**. 1999. 147p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas, 1999.

[2] PASSOS, Rafael Ramos Gonçalves. **Avaliação Energético-Econômica da Utilização da Vinhaça Via Biogás ou Evaporação Seguida de Incineração**. 2009. 47p. Trabalho de Formatura – Universidade de São Paulo Escola Politécnica – Departamento de Engenharia Mecânica, São Paulo, 2009.

[3] ROCHA, Vinícius Carvalho. **Processamento Anaeróbio de Vinhaça Pré-tratada com Biopolímero à Base de Cálcio**. 2012. 86p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos - Departamento de Hidráulica e Saneamento – Universidade de São Carlos, São Carlos, 2012.

[4] SOUZA, Francisca Adriana Fernandes. **Adaptação de Lodo Sanitário e Industrial ao Tratamento do Vinhoto**. 2011. 96p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciência e Tecnologia – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

[5] MOREIRA, Renata Castanho. **Tratamento de Resíduos Industriais por método de Biodigestor Anaeróbio**. 2006. 45p. Curso de Graduação – FEMA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Assis, 2006.

EXTRAÇÃO DE CORANTES NATURAIS

Fernanda Messias RODELLA¹; Silvia Maria Batista de SOUZA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

²Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

fmrodella@hotmail.com, souzasmb@femanet.com.br

Introdução

Desde a antiguidade o homem adquiriu o hábito de melhorar o sabor dos alimentos com a utilização de condimentos e especiarias. Com o tempo, o homem observou que além de conferir sabor aos alimentos, as especiarias e condimentos também modificavam sua cor e muitas vezes melhoravam a aparência desses produtos de consumo.

Os corantes artificiais são os mais utilizados pelas indústrias por apresentarem menores custos de produção e maior estabilidade com relação aos corantes naturais. Contudo, diversos relatos na literatura científica indicam que os corantes artificiais causam prejuízo a saúde. Eles são constantemente alvos de investigações quanto a suas reações adversas para os consumidores.

A carcinogenicidade e a toxicidade dos corantes artificiais faz com que seu uso seja restrito e isso tem contribuído para pesquisas com pigmentos naturais com a finalidade de substituir os corantes sintéticos [1]. A quantidade de corantes utilizados como aditivos alimentares ou em cosmética devem respeitar os percentuais máximos estabelecidos pela legislação determinada pela ANVISA [2].

Os corantes naturais oferecem vários benefícios à saúde, eles apresentam propriedades importantes tais como antioxidantes e anti-inflamatórias. O grande desafio para as indústrias de alimentos e cosméticos em substituir os corantes sintéticos pelos naturais ocorre devido à instabilidade destes últimos.

Do ponto de vista comercial, os corantes naturais mais utilizados na indústria alimentícia são: carmim, urucum, curcumina, antocianina e betalaína [3].

O presente estudo teve por objetivo a extração de pigmentos naturais de beterraba e cenoura e o estudo de sua estabilidade.

Metodologia

Para a extração do pigmento da beterraba foram utilizadas 50g de beterraba *in natura* previamente descascada. Em seguida, a beterraba foi triturada em centrífuga e filtrada. O extrato obtido foi aquecido até fervura e em seguida foi reduzido até a eliminação da água. Por fim, foi armazenado em frasco escuro.

Para a extração do corante de cenoura, foram utilizadas 50 g de cenoura *in natura* previamente descascada. Em seguida, a cenoura foi triturada em centrífuga e filtrada. O extrato obtido foi aquecido até fervura e depois foi reduzido até a eliminação da água. Como etapa final, foi armazenado em frasco escuro. Os extratos foram avaliados em relação a variações de pH

Para o estudo de estabilidade dos corantes foram utilizados 0,2 g do extrato de beterraba e cenoura em 50 g de shampoo transparente e em 10 g de creme hidratante branco. E acompanhou-se por 60 dias a variação da coloração do shampoo e do creme hidratante após a adição dos corantes.

Resultados

O estudo da estabilidade da coloração do corante de beterraba em shampoo e creme hidratante indicaram que após 60 dias ocorreu perda completa de coloração

O estudo da estabilidade da coloração do corante de cenoura em shampoo e creme hidratante demonstrou que após 60 dias não houve alteração da coloração alaranjada em creme hidratante e nem no shampoo.

Referências

[1] BOO, H.O., HWANG, S.J., BAE, C.S., PARK, S.H., HEO, B.G., GORINSTEIN, S., Extraction and characterization of some natural plant pigments, **Industrial Grops and Products**, 40, 2012, p.129-135.

[2] SOUZA, R.M., MOTA, M.A., DIAS, S.S., Corantes Naturais Alimentícios e seus Benefícios a Saúde, 2012, p.65, Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário da Zona Oeste, Departamento de Farmácia, RJ, Rio de Janeiro, 2012.

[3] CARVALHO, J. C. Desenvolvimento de bioprocesso para a produção de pigmentos a partir de *monascus* por fermentação em substrato sólido. 2004, Tese de Doutorado. Departamento de Engenharia Química – Setor de Tecnologia, UFPR. Curitiba.



DETERMINAÇÃO ESPECTOFOTOMÉTRICA DE FLAVONÓIDES TOTAIS PRESENTES NAS FOLHAS DE *RUTA GRAVEOLENS*

Camila dos Santos Padovani RIBEIRO¹; Mary Leiva de FARIA²; Idécio Nogueira dos SANTOS³

(1,2,3) Departamento de Química – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) Assis – SP – Brasil

kakapadoani@hotmail.com, ml.faria@uol.com.br, insilva@femanet.com.br

O uso de plantas medicinais para o tratamento de doenças é muito antigo, tão antigo quanto a própria espécie humana. O uso popular, tradicionalmente consolidado, tem despertado o interesse de pesquisadores e tem sido o guia para estudos farmacológicos [1].

A *Ruta graveolens* L., conhecida popularmente como Arruda, é uma planta medicinal originária da Europa Oriental, muito utilizada na medicina popular, cujo uso foi difundido em todo o país. É muito conhecida por suas propriedades medicinais e também pelo misticismo que envolve sua utilização desde a antiguidade em diversos rituais de várias seitas [2].

Na composição das folhas da Arruda (*Ruta graveolens*) são encontrados princípios amargos, resinas, goma, flavonóides, alcalóides, ácidos orgânicos, alantoína, saponinas triterpênicas, mucilagem e taninos. Nesta planta, os flavonóides são melhores representados pela rutina, embora outros flavonóides também sejam encontrados. Estes metabólitos secundários são responsáveis por várias de suas propriedades biológicas como, por exemplo, atividade anti-inflamatória, antioxidante, antitrombogênico, antitumor, antiviral, cardio e vaso protetora, protetor capilar, entre outras [3].

Tendo em vista a importância da utilização de plantas medicinais na farmacologia e as diversas atividades biológicas apresentadas pelos flavonóides presentes na arruda, este trabalho teve como objetivo detectar e dosear os flavonóides totais presentes nas folhas

da Arruda por espectrofotometria. A quantificação de flavonóides totais foi realizada segundo metodologia descrita por Peixoto Sobrinho et al. [4].

Os extratos foram preparados adicionando-se a um erlenmeyer de 125 mL, 500,0 mg de folha de arruda seca e pulverizada e 25,0 mL de metanol. A extração foi realizada em chapa aquecedora durante 30 minutos, sendo filtrado em balão volumétrico de 50,0 mL. A análise foi realizada em triplicata. Deste extrato foi pipetada e transferida uma alíquota de 1,0 mL para balão volumétrico de 25,0 mL, ao qual foi acrescentado 0,6 mL de ácido acético glacial, 10,0 mL de solução metanólica de piridina 20%, e 2,5 mL do reagente cloreto de alumínio em metanol 50,0 g/L, completando-se o volumes do balão com água destilada. Após 30 minutos em temperatura ambiente e ao abrigo da luz, foram realizadas as leituras em espectrofotômetro a 420 nm.

Para construção da curva de calibração, foram preparadas soluções, de seis concentrações (6,0; 8,0; 10,0; 12,0; 16,0 e 20,0 µg/mL), a partir da solução padrão de rutina 0,5 mg /mL. Para isto, alíquotas desta solução (0,6 mL; 0,8 mL; 1,0 mL; 1,2 mL; 1,6 mL; 2,0 mL) foram transferidas para balões de 50 mL. Depois foram adicionados a cada balão 1,2 mL de ácido acético glacial, 20 mL da solução metanólica de piridina 20% e 5,0 mL do reagente cloreto de alumínio em metanol 50g/L e o volume dos balões completados com água destilada, obtendo-se concentrações finais de 6-20 µg ER/mL

Transcorrido o tempo de 30 minutos em temperatura ambiente e ao abrigo da luz, as leituras das soluções padrão foram realizadas em espectrofotômetro a 420 nm, utilizando-se água destilada como solução-branco. A curva de calibração com concentrações conhecidas de rutina está apresentada na figura 1.

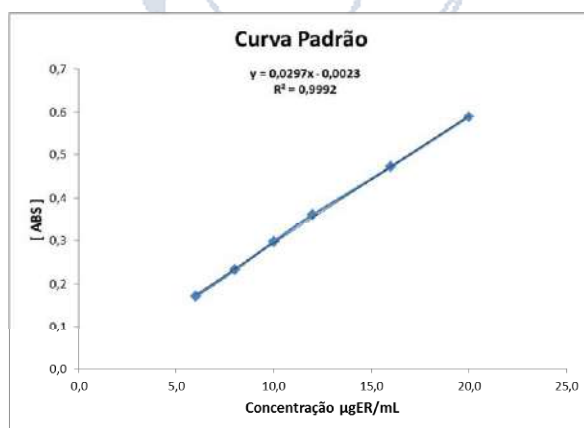


Figura 1: Curva de Calibração construída de 6-20 µg ER/mL a 420 nm

O coeficiente de determinação obtido na construção da curva de calibração foi $R^2 = 0,9992$, indicando que a curva pode ser utilizada com segurança para a determinação de flavonóides totais na amostra. A média dos resultados obtidos quanto à concentração de flavonóides totais nas folhas da *Ruta Graveolens* L. (arruda) foi de $228,09 \pm 0,96 \mu\text{g EAR/mL}$.

A metodologia empregada mostrou-se adequada para a determinação de flavonoides totais nas folhas de arruda. A determinação por espectrofotometria, além de ter alta especificidade a 420nm, o que permite a quantificação de flavonóides sem sofrer a influência de outras substâncias fenólicas, é uma alternativa simples, prática e menos onerosa que as demais técnicas.

Referências

[1] MICHELIN, D.C; MORESCHI P.E; LIMA, A.C; NASCIMENTO, G.G. F; PAGANELLI, M.O; CHAUD M.V. Avaliação da atividade antimicrobiana de extratos vegetais. **Revista Brasileira de Farmacologia**, v.15, 2005, p:316-320.

[2] QUEIROZ, Raymundo Galvão de. **O mundo mágico das plantas**, A arruda, ed. Thesaurus, Brasília, 2003.

[3] SAMPAIO, Olivia Moreira. **Estudo de Metabólitos Secundários de *Ruta graveolens* como inibidores da fotossíntese**. 2011. 242p. Dissertação (Doutorado)-Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Departamento de Química-Universidade Federal de São Carlos, 2011.SAMPAIO, 2011.

[4] PEIXOTO SOBRINHO, T. J. S.; GOMES, T. L. B.; CARDOSO, K. C. M.; AMORIM, E. L. C. Otimização de Metodologia Analítica para o Doseamento de Flavonóides de *Bauhinia cheilantha* (Bongard) Steudel. **Química Nova**, v. 33, nº 2, 2010, p-288-291.

PESQUISA DE CORANTES ORGÂNICOS ARTIFICIAIS EM BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS DOS TIPOS SUCO, NÉCTAR E REFRESCO

Gabriela Aparecida de Araújo PEREIRA¹; Patrícia Cavani Martins de MELLO²

(^{1, 2}) Fundação Educacional do Município de Assis/Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Assis/SP

gabriela.pereira@live.com; patricia_cavani@hotmail.com

Atualmente é encontrada no cotidiano uma grande variedade de cores para os alimentos que são consumidos. Quando se sente fome, sentidos como visão, olfato e audição ficam a postos na busca do alimento. Entretanto, o que realmente define essa escolha é a visão [1]. Isso ocorre, pois, dos cinco sentidos que se possui, 87% das percepções são efetuadas por esta [2].

Além disso, a aparência do alimento relaciona-o cognitivamente a outras características sensoriais como o sabor, influenciando no aceite ou não do alimento [3]. Sendo assim, pode-se afirmar que: a cor de um alimento ou bebida é um dos primeiros atributos reconhecidos pelos sentidos dos compradores e consumidores [4].

As cores dos alimentos são proporcionadas através dos corantes, divididos em seis classes, mas conhecidos principalmente como artificiais ou naturais [5,3].

Atualmente, no Brasil, segundo as Resoluções nº382 a 388, de Nove de Agosto de 1999, da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), é permitido para alimentos e bebidas o uso de apenas onze corantes artificiais [4,3]. Porém, a utilização de tais aditivos tem causado grande polêmica. Isso porque estudos vêm revelando que o consumo dos mesmos pode causar problemas gastrointestinais, neurológicos, respiratórios, musculoesqueléticos, cardiovasculares, alérgicos, entre outros [4,6].

Segundo o 2º § do Art. 18 da 2ª seção do Decreto nº 6.871 de Quatro de Junho de 2009 que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e que dispõe sobre a

padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas; *fica proibida a adição, em sucos, de aromas e corantes artificiais* [7]. Entretanto, será que tal bebida que se consome realmente encontra-se dentro de tal padrão? E as bebidas do tipo néctar e refresco? Como estarão?

O trabalho teve por objetivo a pesquisa de corantes orgânicos artificiais em bebidas não alcoólicas dos tipos suco, néctar e refresco comercializados nos supermercados da região de Assis/SP, através da detecção qualitativa dos mesmos pela técnica de cromatografia em papel, observando se estavam em acordo com a legislação quanto ao uso e rotulagem.

Foram escolhidas 13 amostras sabor uva (3 néctares, 2 refrescos, 6 refrescos em pó e 2 sucos), 8 amostras sabor pêssego (4 néctares e 4 refrescos em pó) e 13 amostras sabor laranja (3 néctares, 3 refrescos e 7 refrescos em pó) para realizar os testes visto que são os 3 sabores mais consumidos, segundo a ABIR (Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas). Os corantes analisados foram Vermelho 40, Amarelo Tartrazina, Amarelo Crepúsculo, Ponceau 4R, Azul de Indigotina, Vermelho Sólido, Eritrosina, Vermelho Bordeaux.

Com base nos dados obtidos foi possível saber se as amostras estavam ou não em acordo com a lei, sendo, portanto aprovadas ou reprovadas pelo teste.

Das 34 amostras analisadas apenas uma, um refresco de uva, estava em desacordo com a legislação, visto que continha corantes não declarados em rótulo, desrespeitando o §3º do artigo 13 da Seção I do Decreto nº 6.871 que diz que a bebida adicionada de corante e aromatizante, nos casos legalmente autorizados, deverá trazer no rótulo a indicação destes aditivos, conforme legislação específica.

Referências

[1] BARROS, Augusto Aragão de; BARROS, Elisabete Barbosa de Paula. **A química dos alimentos: Produtos fermentados e corantes**, 1ª Edição, São Paulo, Sociedade Brasileira de Química, 2010.

[2] REVISTA A&I, Aditivos e Ingredientes. **Os Corantes Alimentícios**. Nº 62, maio/junho, 2009. p. 28-39. Disponível em: <http://www.insumos.com.br/aditivos_e_ingredientes/materias/119.pdf>. Acesso em 09 mar. 2013.

[3] PRADO, Marcelo Alexandre; GODOY, Helena Teixeira. Corantes Artificiais em Alimentos. **Revista Alimentos e Nutrição**, v.14, n.2, 2003. p.237-50.

[4] REVISTA FIB, Food Ingretients Brasil. **Dossiê Corantes**. Nº 9, 2009. p.40-59. Disponível em: <<http://www.revista-fi.com/materias/106.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

[5] TENÓRIO, Ernandes. **Apostila - Corantes**. Disponibilizado em 2012. Disponível em:<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAnnsAL/corantes#>> Acesso em: 09 mar. 2013.

[6] AUN, Marcelo V.; MAFRA, Cynthia; PHILIPPI, Juliano C.; KALIL, Jorge; AGONDI, Rosana C.; MOTTA, Antônio A. Aditivos em Alimentos. **Revista Brasileira de Alergia e Imunopatologia**, v.34, n.5, agosto, 2011. p.177-86.

[7] DOU-CLBR, Diário Oficial da União – Câmara Legislativa Brasileira. **Decreto nº 6.871, de 4 de Junho de 2009, Regulamentação da Lei Nº 8.918, DE 14 DE JULHO DE 1994**. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6871-4-junho-2009-588673-publicacaooriginal-113386-pe.html)

2009/decreto-6871-4-junho-2009-588673-publicacaooriginal-113386-pe.html>. Acesso em: 09 mar. 2013.



ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DE NANOCÁPSULA EM FILME DE LÁTEX

Camia Eugênia dos REIS¹; Silvia Maria Batista de SOUZA²; Rondinelli Donizetti HERCULANO³

¹Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

²Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

³Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP

camilinha_eugenia@hotmail.com, souzasmb@femanet.com.br;
rond@assis.unesp.br

Introdução

As nanopartículas podem subdividir em dois grupos as nanoesferas e as nanocápsulas. Nanoesferas são formadas por uma matriz polimérica onde o fármaco pode ser retido ou adsorvido. As nanocápsulas são constituídas por um invólucro polimérico disposto ao redor de um núcleo oleoso, podendo o fármaco estar dissolvido neste núcleo e/ou adsorvido à parede polimérica [1].

As nanocápsulas começaram a ser estudadas como sistemas carreadores de fármacos, em meados dos anos noventa. Nos últimos anos, pesquisadores tem buscado o controle da liberação de substâncias em sítios de ação específicos no organismo, com o propósito de melhorar o resultado da terapia farmacológica.

O látex extraído da seringueira *Hevea brasiliensis* tem se mostrado promissor em aplicações biomédicas. Membranas feitas deste material têm sido usadas como próteses e enxertos médicos devido a suas características de bio-compatibilidade e estímulo natural a angiogênese. O látex da seringueira *Hevea brasiliensis* forma um sistema coloidal polifásico e polidisperso.

Estudos têm demonstrado que o látex natural é um material biocompatível com inúmeras aplicações. Ele apresenta alta resistência mecânica e baixo custo e possui a propriedade

de acelerar a angiogênese. Por essas razões o látex pode ser considerado um excelente candidato como matriz sólida para uma liberação sustentada [2].

Este trabalho tem por objetivo a Incorporação de anfotericina B em nanocápsulas e introduzi-las em biofilme de látex.

Metodologia

Preparou-se solução de NaOH 0,025 Mol/L contendo 20 mg de anfotericina B e obteve-se o espectro de varredura no UV-VIS. Em seguida, construiu-se uma curva padrão da solução contendo anfotericina B.

Resultados

O estudo espectrofotométrico demonstrou um pico de absorção em comprimento de onda de 420 nm para a solução contendo anfotericina B. Após definido o comprimento de onda máximo da anfotericina B foi realizada a construção de uma curva padrão. Na tabela abaixo pode-se observar os valores da absorbância obtido para as diferentes diluições.

Tabela: Absorbância das soluções de anfotericina B em função da diluição

| Diluição | Abs. |
|----------------------|-------|
| Solução fármaco pura | 0,885 |
| 1/1 | 0,246 |
| 1/2 | 0,186 |
| 1/3 | 0,158 |
| 1/4 | 0,112 |
| 1/5 | 0,012 |

Referências

[1] SHAFFAZICK, S.R.; GUTERRES, S.S.; FREITAS, L.L.; POHLMANN, A.R. Caracterização e estabilidade físico-química de sistemas poliméricos nanoparticulados para administração de fármacos. **Química Nova**, v.26, no. 5, 726-737, 2003.

[2] FRADE MAC et al. Management of diabetic skin wounds with a natural latex biomembrane. **Medicina Cutanea Ibero-Latino-Americana**, v.32, n.4, p.157-162, 2004.



EXTRAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ANTOCIANINA EM FRUTA E POLPA DE MORANGO

Adriana Luiza FERREIRA¹; Prof. ^a Me. Elaine Amorim Soares MENEGON²

¹FEMA – Assis/SP

²FEMA – Assis/SP

adriana_luiza18@hotmail.com, eamorim@femanet.com.br

A cultura do morango é uma planta de pequeno porte, pertencente à família das Rosáceas [1]. É rico em vitaminas C, A, E, B5 e B6; apresenta minerais, possui boa quantidade de fibras alimentares, e por ser rico em flavonóides, é considerado como um importante agente antioxidante no organismo dos seres humanos [2].

A coloração vermelha intensa se deve às antocianinas presentes nos frutos, principalmente na epiderme e nos aquênios. O termo antocianina é de origem grega, derivada de duas palavras: *anthos* (uma flor) e *kyanos* (azul escuro) [3]. Desempenham importantes funções como: proteção à ação da luz; mecanismo de defesa; função biológica; e atividade anticarcinogênica, antiangiogênica e antioxidante, sendo esta mais eficaz quando comparadas a outros antioxidantes clássicos [4].

A indústria alimentícia vem substituindo os corantes artificiais por corantes naturais, como as antocianinas, devido às restrições legais à utilização de determinados corantes sintéticos. Quando adicionada aos alimentos, por serem pigmentos hidrossolúveis, conferem a coloração aos alimentos, oscilando entre vermelho, laranja e roxo, de acordo com condições intrínsecas, como o pH, a temperatura e a presença de oxigênio [5].

Assim, o presente trabalho teve por objetivo extrair e quantificar o composto antocianina presente na cultura de morango da região de Assis – SP, em diferentes pHs, tendo por finalidade o estudo da quantidade de fruto ou polpa de morango a ser consumida diariamente, devido aos benefícios que esse composto traz à saúde do ser humano.

Efetuuou-se a análise de antocianina de acordo com o método de Teixeira *et al* (2008), mediante extração com etanol acidificado com HCl. O equipamento usado na leitura das absorbâncias foi o espectrofotômetro UV, no comprimento de onda de 535 nm.

Através dos resultados obtidos observou-se que a concentração de antocianina em todos os pHs, foi maior na amostra de fruta do que na de polpa. A perda relacionada nesse trabalho em relação à polpa da fruta foram de 13,8%, 41,4% e 3,6% respectivamente para o pH = 1, pH = 2 e pH = 4,5. E em termos de eficiência, o método de pH Único obteve uma melhor extração de antocianina em relação ao pH Diferencial (pH = 1 junto com o pH = 4,5).

Dessa forma, com as concentrações de antocianina encontradas, foi possível quantificar fruta e polpa a ser consumida para se ter a concentração de antocianina diária por indivíduo. Sendo que para efeito de cálculo, utilizou-se apenas o pH Único, pois este foi o que mais extraiu antocianina.

Referências

- [1] TEIXEIRA, L. N.; STRINGHETA, P. C.; OLIVEIRA, F. A. Comparação de métodos para quantificação de antocianinas. **Revista Ceres**, v. 55, n. 4, jul/ago, 2008, p. 297-304.
- [2] DANTAS, Patrícia Lopes. **Morango**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/biologia/morango.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2013.
- [3] LOPES, T. J.; XAVIER, M. F.; QUADRI, M. G. N.; QUADRI, M. B. Antocianinas: uma breve revisão das características estruturais e da estabilidade. **Revista Brasileira Agrociência**, v.13, n.3, jul/set, 2007, p. 291-297.
- [4] BRILHANTE, S. E. T.; NETO, F. B. O.; ALCÂNTARA, L. A.; BERTINI, L. M. Determinação do teor de antocianinas e sua influência na variação da coloração dos extratos de flores do Oeste Potiguar. In: IX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFRN, 2013. Rio Grande do Norte. Brasil. **Resumos**. Rio Grande do Norte: IFRN, 2013.
- [5] TEIXEIRA, L. N.; STRINGHETA, P. C.; OLIVEIRA, F. A. Comparação de métodos para quantificação de antocianinas. **Revista Ceres**, v. 55, n. 4, jul/ago, 2008, p. 297-304.
- [6] CARDOSO, L. M.; LEITE, J. P. V.; PELUZIO, M. C. G. **Efeitos biológicos das antocianinas no processo ateroscléptico**. Disponível em: <<file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/25072-88086-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2014.

CONTAMINAÇÃO MICROBIOLÓGICA EM SALA DE ESPERA DE CONSULTÓRIOS MÉDICOS

Tiago FIDEMANN¹; Gilcelene BRUZON²

(1,2) Fundação Educacional do Município de Assis/Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Assis/SP

fidemann_2005@hotmail.com, gilcebruzon@femanet.com.br

Introdução

A contaminação microbiológica vem assolando a humanidade desde os primórdios de nossa existência. Nos últimos anos a disseminação desses micro-organismos tem causado maior receio devido à rápida proliferação, que é causada, principalmente pela grande e rápida movimentação feita pelo ser humano, pois a pele humana pode hospedar micro-organismos, os quais pelo contato podem contaminar outras pessoas ou objetos [1;2].

Exemplos desse histórico de contaminação são muitos, tais como formas de bactérias causadoras da tuberculose, descobertas na costa leste africana, revelando sua antiguidade genética e a peste bubônica causada pelo bacilo *Yersinia pestis* que teve seus maiores danos na Idade Média [1;3].

Podemos perceber a importância do estudo desses micro-organismos, observando os fatores que possibilitam seu desenvolvimento microbiológico, podendo ser citados o pH, a disponibilidade de água e de nutrientes, e a temperatura, entre outros [4]. Precisamos entender suas características e assim combater ou prevenir doenças, não permitindo que ocorram epidemias que produzam efeitos demográficos, sociais e econômicos incomensuráveis como o ocorrido com a peste bubônica [3].

O aumento da expectativa de vida, o grande convívio em locais de uso comum, tornam diversos ambientes propícios à proliferação de micro-organismos [5;6]. Dentre estes locais podemos destacar as salas de espera de consultórios e os objetos nelas existentes,

tais como as revistas, que são manuseadas por diversas pessoas com diferentes enfermidades.

Diante desses fatos, o trabalho tem como objetivo verificar a qualidade microbiológica do ar e a presença de micro-organismos nas superfícies das folhas de revistas em consultórios de especialidades e ambulatórios na região de Assis, realizando-se análises de *S. aureus* e *E. coli*, além de contagem padrão.

Materiais e métodos

Foram realizadas análises em 2 consultórios dentistas, uma clínica gástrica e uma clínica geral. Em todos esses locais foram realizadas análises quanto à qualidade microbiológica do ar pelo método de sedimentação e foram realizadas análises da contaminação microbiológica em revistas pelo método SWAB.



Figura 1: Técnica do SWAB na revista

Resultados parciais

Ainda não há uma conclusão quanto ao resultado das análises pois as mesmas estão em fase de confirmação.

Referências

[1] UJVARI, Stefan C. A história da disseminação dos micro-organismos. **Estudos Avançados**, v.22, n.64, setembro, 2008, p. 171-182.

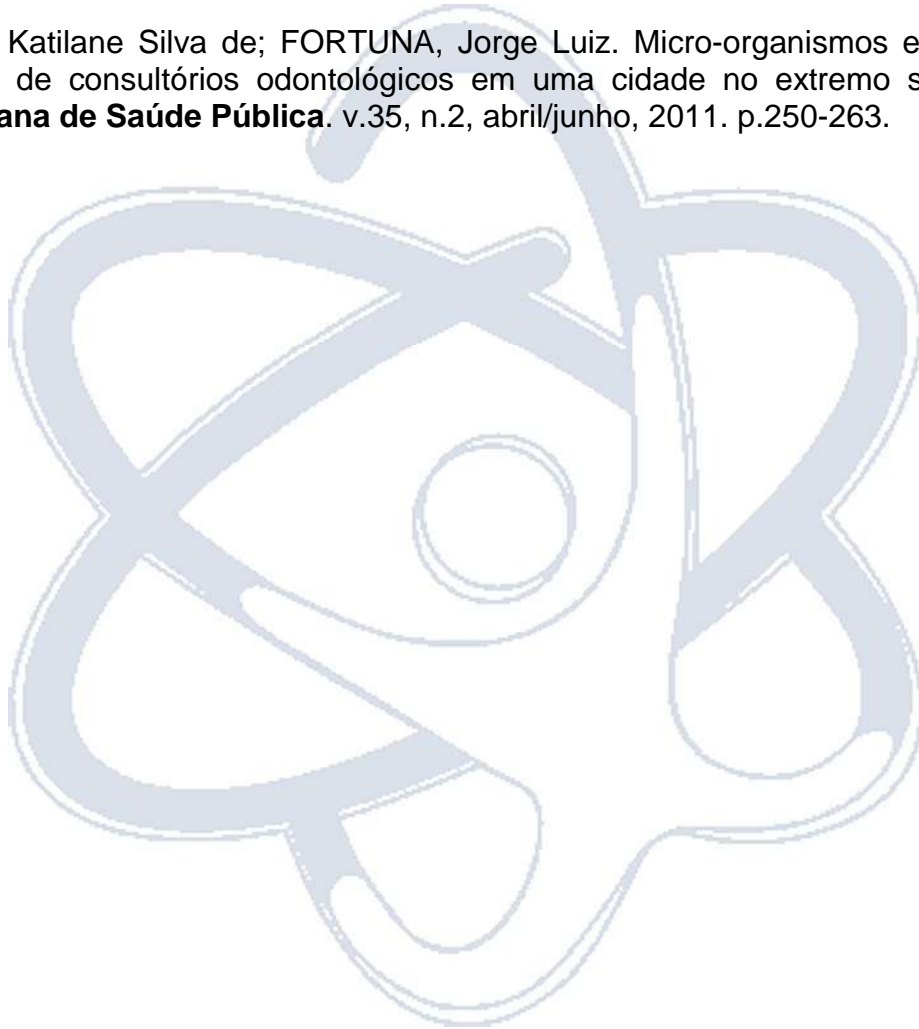
[2] UFMT, **Higienização das Mãos**. Hospital universitário Júlio Müller - Universidade Federal do Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/hujm/arquivos/e2a4d1826a78a35703d4c497826c4e64.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

[3] NASCIMENTO, Dilene R. do. Quando a peste aportou no Brasil no ano de 1899. In: **Simpósio nacional de história – ANPUH**, 16, 2011, São Paulo, Brasil. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, v.1, julho, 2011, p.1-13.

[4] TRABULSI, Luiz Rachid; ALTERTHUM, Flavio; MARTINEZ, Marina Baquerizo; CAMPOS, Leila Carvalho; GOMPERTZ, Olga Fischman; RÁCZ; Maria Lucia. **Microbiologia**. 4. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

[5] ALVES, Amanda P.; SOUZA, Daniele; BORGES, Jorge G.; ROCHA, Michael A. da; JESUS, Raquel P. de. Análise asséptica em ambientes de uso comum no campus da Universidade Castelo Branco, Realengo. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, v.11, n.11, 2010. p 21-26.

[6] SOUSA, Katilane Silva de; FORTUNA, Jorge Luiz. Micro-organismos em ambientes climatizados de consultórios odontológicos em uma cidade no extremo sul da Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v.35, n.2, abril/junho, 2011. p.250-263.



FILMES PROTÉICOS DE LACTOSSORO BOVINO E GLICEROL NO RECOBRIMENTO E CONSERVAÇÃO DE UVAS

André Luiz Ferrer DOMENCIANO¹; Silvia Maria Batista de SOUZA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

²Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

andreluizferrer73@yahoo.com.br, souzasm@femanet.com.br

Introdução

Além do produto desejado, a indústria gera outros materiais, os resíduos. O soro lácteo, resíduo da indústria de laticínios, transforma-se em poluente se descartado na natureza [1].

A uva está entre os alimentos que possuem um tempo de vida de prateleira reduzido por causa do elevado teor de água em sua composição (81%), bem como da grande superfície de transpiração em relação a sua massa. Na pós-colheita, há perdas de cerca de 27% na variedade 'Benitaka' (*Vitis vinifera L.*) e, assim, a aplicação de coberturas contribui para a sua conservação mediante o controle e a modificação da atmosfera [2].

O objetivo do presente estudo foi avaliar a perda de massa e a taxa de maturação de amostras de uvas Benitaka (*Vitis vinifera L.*) revestidas por uma película de proteínas do soro do leite de vaca.

Metodologia

Preparou-se uma solução filmogênica a 8% de proteína isolada do lactossoro bovino e glicerina como agente plastificante. Quatro amostras de uvas receberam tratamento prévio de assepsia (banho de 30 minutos em água destilada a 90°C e em solução de hipoclorito de sódio 200-250ppm) e, depois de secas à temperatura ambiente, foram pesadas. De cada uma das amostras, foram colhidos bagos para a determinação de Sólidos Solúveis Totais (SST) em Refratômetro Digital Atago Rx 5000. Duas das quatro

amostras foram mergulhadas na solução filmogênica por 30 minutos e submetidas a secagem à temperatura ambiente.

Pesaram-se as amostras, que foram separadas aos pares, um cacho não revestido e outro revestido, sendo que um par ficou sob refrigeração $\pm 2^{\circ}\text{C}$ e o outro à temperatura ambiente. Num período de 15 dias, foram feitas duas pesagens a fim de se comparar a variação da massa das amostras. Em seguida, as amostras foram transformadas em suco para a determinação dos SST e da ATT (Acidez Total Titulável). Procedeu-se, então a determinação da Taxa de Maturação de cada amostra expressa pela relação SST/ATT.

Resultados

Nas duas amostras à temperatura ambiente, a perda de massa (g) foi de 20,09% para a amostra sem revestimento e 15,52% para a revestida. Com refrigeração, as perdas de massa foram de 13,77% e 8,11% para a não revestida e a revestida respectivamente. No que se refere à Taxa de Maturação (SST/ATT), as duas amostras revestidas, com e sem refrigeração, respectivamente, apresentaram 0,092 e 0,055. As amostras não revestidas, com e sem refrigeração, apresentaram as taxas de 0,067 e 0,043, respectivamente. Comparando-se a perda de massa e a taxa de maturação das amostras revestidas, verificou-se que a mantida fora da geladeira, com perda de massa de 15,52% teve uma das taxas de maturação mais baixas em relação às outras amostras, 0,055, e não a mais baixa. Esta foi apresentada pela amostra não revestida, mantida sem refrigeração e com a maior perda de massa, 20,09%.

Referências

[1] TIMOFIECSYK, F.R et al. Minimização de resíduos em indústria de alimentos. In: **Boletim do Centro de Pesquisa e Processamento de Alimentos**. v. 18, n.2 jul/dez p. 221-235, 2000. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/alimentos/article/view/1212/1012>> Acesso em: 2012-02-17.

[2] VICENTINO, S. L.; FLORIANO, P. A.; DRAGUNSKI, D. C. Filmes de amidos de mandioca modificados para recobrimento e conservação de uvas. **Química Nova**, local v. 34, n. 8, p. 1309-1314, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/qn/v34n8/03.pdf>> Acesso em: 2012-02-16.

AÇÃO PARA DIMINUIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DEPOSITADOS NO ATERRO EM VALAS DO MUNICÍPIO DE MARACÁ/SP

Andreia BUNGENSTAB¹; Gilcelene BRUZON²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis – Assis – SP

andreia_bum@hotmail.com; gilcebruzon@femanet.com.br

Aterro Sanitário em Valas é o local onde são depositados e enterrados os resíduos sólidos urbanos gerados pelos municípios. O Aterro sanitário é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, de tal modo a confinar o lixo no menor volume possível [1].

Existem três tipos de aterro, sendo eles: aterro sanitário convencional - são construídos acima do nível do terreno se assemelhando a uma pirâmide, podendo ter melhor aproveitamento do espaço e menor custo de implantação, com controle dos gases e chorumes; aterro sanitário em trincheiras - que são construídos no interior de grandes escavações, com impermeabilização e controle de emissão de gases, cobertos com terra e voltando a sua topografia original, apresentando dificuldades de aterramento de pequenas quantidades diárias além de apresentar custo elevado de implantação; e o aterro em valas - que é recomendado somente para municípios que geram até 10 toneladas de rejeitos por dia, pois constitui uma técnica simples onde não possui impermeabilização nem controle dos gases gerados, sendo apenas cobertos por terras diariamente.

A disposição destes resíduos no aterro geram gases que contribuem com o efeito estufa, “o gás metano, gerado pelo lixo, é grande fator de poluição, e contribui poderosamente para o aquecimento global” [2]. Deve-se conscientizar a população para que os resíduos gerados sejam destinados aos locais adequados, podendo reciclá-los e reutilizá-los, fazendo com que não sejam mandados ao aterro.

O município de Maracaí gera em média 7 toneladas de rejeitos por dia, não obrigando a construção de aterro controlado. Os rejeitos gerados pelos munícipes são divididos em: urbanos, provenientes de residências, comércios, varrição, poda; industriais provenientes de atividades de pesquisa e transformação de matéria em novos produtos, etc.; de serviço de saúde, provenientes da atividade dos serviços de saúde, como seringas, agulhas, medicamentos vencidos, etc.; da atividade rural, provenientes da atividade agropecuária, como embalagens de agrotóxicos, dentre outros; da construção civil, provenientes de reformas, reparos, construções, como tijolos, cimentos, etc.

Segundo a Norma NBR 10.004/04, são classificados como Classe I (Perigosos) e Classe II (Não perigosos), e se subdividem em Classe II A (Não inertes) e Classe II B (Inertes). Os materiais descartados no aterro sofrem decomposição onde as bactérias, leveduras, fungos e outros micróbios se alimentam de matéria orgânica do lixo, transformando-se em compostos mais simples, devolvidos ao meio ambiente [3]. Segundo a ANVISA [4], a degradação desses materiais se dá de forma biológica aeróbia ou anaeróbia.

Para incentivar, facilitar e expandir a reciclagem, o Conama estabeleceu um código de cores (figura 1) para os diferentes tipos de resíduos.

| Cores | Materiais correspondentes |
|----------|---|
| Azul | Papel / Papelão |
| Vermelho | Plástico |
| Verde | Vidro |
| Amarelo | Metal |
| Preto | Madeira |
| Laranja | Resíduos perigosos |
| Branco | Resíduos do serviço de saúde |
| Roxo | Radioativo |
| Marrom | Resíduos orgânicos |
| Cinza | Resíduo geral, não reciclável, ou misturado, ou contaminado não passível de separação |

Figura 1: Código de cores para separação dos resíduos.

Com o objetivo de quantificar, qualificar e realizar conscientização para a diminuição destes resíduos, foi escolhido o Bairro de São José das Laranjeiras, que está localizado no município de Maracaí a 27,2 km da cidade, possui solo muito fértil, o que faz deste distrito uma região agrícola, onde se encontra principalmente o cultivo de soja e milho, e tem a maior proporção de sua população localizada na área rural.

Os resíduos deste distrito são depositados no aterro do município de Maracaí. Este trabalho está sendo realizado com a colaboração do COOPASCAM (Cooperativa dos

Catadores de Materiais Recicláveis de Maracáí), que trabalha coletando, triando e vendendo os materiais recicláveis gerados no município de Maracáí, ajudando na preservação do meio ambiente.

Foi realizada pesagem dos rejeitos descartados, em seguida será realizada a conscientização ambiental na escola Coronel Azarias Ribeiro, localizada neste distrito e serão realizadas entregas de panfletos instrutivos nas residências. Para verificar o impacto da ação, será realizada nova pesagem dos rejeitos, e cálculo de simulação da quantidade de gases que estão gerando ao depositarem seus rejeitos no aterro.

Referências

[1] MANSOR, M. T. C.; CAMARÃO, T. C. R. C.; CAPELINI, M.; KOVACS, A.; FILET, M.; SANTOS, G. A.; SILVA, A. B. **Cadernos de Educação Ambiental - Resíduos Sólidos**. 6. ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo e Secretaria do Meio Ambiente, 2010.

[2] ABREU, F. C.; PECORA, V.; VELÁZQUEZ, S.; COELHO, S.T. **Biogás de Aterro para Geração de Eletricidade e Iluminação**. USP – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://cenbio.iee.usp.br/download/projetos/aterro.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

[3] Revista Super Abril. **A sujeira nossa de cada dia e a decomposição do lixo**. São Paulo. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ecologia/sujeira-nossa-cada-dia-decomposicao-lixo-440817.shtml>>. Acesso em: 08 de julho de 2014.

[4] ANVISA. **Resíduos Sólidos Decomposição Biológica**. Portal Anvisa. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/19481d80474583278e73de3fbc4c6735/Decomposi%C3%A7%C3%A3o+Biol%C3%B3gica+do+Lixo.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 07 de julho de 2014.

Produção de nanocápsulas de PLA

Gustavo Pinheiro CAMILO¹; Silvia Maria Batista de SOUZA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

²Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

gupinheirocamilo@yahoo.com.br, souzasmb@femanet.com.br

Introdução

As nanocápsulas são constituídas por um invólucro polimérico disposto ao redor de um núcleo oleoso, podendo o fármaco estar dissolvido neste núcleo e/ou adsorvido à parede polimérica [1]. São estruturas coloidais constituídas por vesículas de um fino invólucro de polímero biodegradável e uma cavidade central com núcleo oleoso, no qual a substância ativa encontra-se dissolvida, sendo, por isso, consideradas um sistema reservatório, o qual apresenta diâmetro submicrométrico, variando entre 10 a 1000 nm [2].

Os métodos relatados na literatura para a preparação de nanopartículas poliméricas podem ser classificados em métodos baseados na utilização de monômeros dispersos (polimerização em emulsão e de polimerização interfacial) e método de precipitação de polímeros pré-formados. Independente do método utilizado, obtêm-se um sistema na forma de suspensão coloidal.

Um dos fatores limitantes ao uso de nanopartículas como sistemas de liberação controlada de fármaco é quanto a sua estabilidade. Durante o armazenamento pode ocorrer agregação das nanopartículas resultando em sua precipitação. Estes problemas podem ser contornados por técnicas de secagem da suspensão coloidal tais como a liofilização e a secagem por aspensão. O objetivo deste trabalho é produzir Nanocápsulas de PLA

Metodologia

A obtenção das nanocápsulas de PLA foi realizada pelo método de deposição interfacial do polímero pré-formado (FESSI et al., 1989), envolvendo uma mistura de fase orgânica

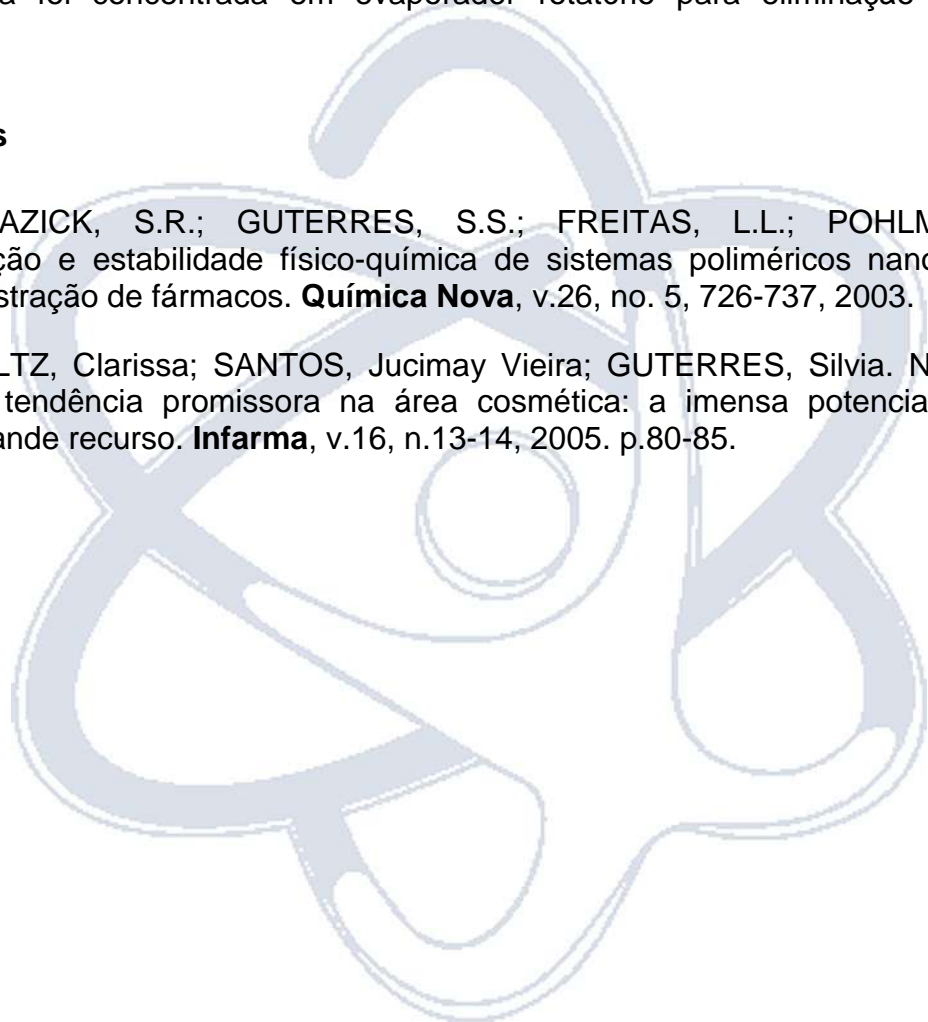
em outra mistura de fase aquosa. A fase orgânica foi constituída do polímero PLA (100 mg), acetona (30 ml), lecitina de soja (40 mg) e triglicerídeo de ácido cáprico e caprílico (200 mg). A fase aquosa foi constituída de água destilada (30ml) e polissorbato 80 (60 mg).

Os componentes da fase orgânica e aquosa foram colocados separadamente em um béquer, mantidos em agitação constante a 40°C por uma hora. Em seguida, com a ajuda de um funil a fase orgânica foi vertida da fase aquosa e sob agitação por mais 10 minutos. Esta mistura foi concentrada em evaporador rotatório para eliminação do solvente orgânico.

Referências

[1] SHAFFAZICK, S.R.; GUTERRES, S.S.; FREITAS, L.L.; POHLMANN, A.R. Caracterização e estabilidade físico-química de sistemas poliméricos nanoparticulados para administração de fármacos. **Química Nova**, v.26, no. 5, 726-737, 2003.

[2] SCHMALTZ, Clarissa; SANTOS, Jucimay Vieira; GUTERRES, Silvia. Nanocápsulas como uma tendência promissora na área cosmética: a imensa potencialidade deste pequeno grande recurso. **Infarma**, v.16, n.13-14, 2005. p.80-85.



AVALIAÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA DAS MÃOS DE ALUNOS DE UMA EMEI NA CIDADE DE ASSIS/SP

Paula Consoli Ireno FRANCO¹; Patrícia Cavani Martins de MELLO²; Juliana Rodrigues BARACHO³; Tainara Maira da Anunciação RIBEIRO⁴

(1,2,3,4) Fundação Educacional do Município de Assis

paulaconsolif@hotmail.com, patricia_cavani@hotmail.com,
ju_baracho@hotmail.com, tainara_maira@hotmail.com

Todos os anos, cerca de 3,5 milhões de crianças sofrem de doenças infecciosas, como diarreia e infecções respiratórias agudas, e um número significativo vai a óbito. Além disso, em pesquisa realizada pela Unilever, foi constatado que 65% dos indivíduos analisados dentro dessa faixa etária, em São Paulo, apresentavam em suas mãos coliformes fecais [1]. A boa lavagem das mãos é a primeira linha de defesa contra a propagação de várias doenças, desde a mais simples, como o resfriado, a doenças mais graves, como *Influenza*, Meningite, Hepatite A, Bronquiolite e os mais variados tipos de diarreia infecciosa. Os estudos mostram que, se o hábito de lavar as mãos das crianças de até cinco anos fosse seguido à risca, cerca de seis mil mortes poderiam ser evitadas por ano no Brasil, 23% delas causadas por diarreia [2].

Estão presentes na pele das mãos, principalmente, duas populações de micro-organismos: os pertencentes à microbiota residente e à microbiota transitória. A microbiota residente é constituída por micro-organismos de baixa virulência pouco associados a infecções, que colonizam as camadas mais internas da pele sendo, por isso, mais difíceis de serem removidos. Já a microbiota transitória é representada principalmente por bactérias Gram-negativas (ex.: *Escherichia coli*) e colonizam a camada mais superficial da pele, sendo facilmente removidas pela higienização das mãos. Desse modo, o ato de lavar as mãos de forma correta, garante segurança não só aos profissionais da área da saúde, mas também a toda a população [3].

Microrganismos indicadores constituem grupos ou espécies de microrganismos que fornecem informações sobre as condições higiênico-sanitárias do produto analisado, no

tocante à contaminação de origem fecal, a provável presença de patógenos ou a deterioração potencial do ambiente. Os principais grupos de microrganismos indicadores são: psicrotróficos, mesófilos, termófilos, bactérias anaeróbias, indicadores de contaminação fecal, que incluem coliformes totais, coliformes termotolerantes, *Escherichia coli* (*E. coli*), família Enterobacteriaceae, enterococos e *Clostridium perfringens*; ainda são indicadores *Staphylococcus aureus* (*S. aureus*), bactérias mesófilas produtoras de esporos, clostrídios sulfito redutores, bolores e leveduras, microrganismos halófilos, proteolíticos, lipolíticos e osmofílicos. O grupo a ser escolhido dependerá das características do alimento, já que a pesquisa de todos os indicadores se tornaria onerosa e demorada [4]

Vinte e seis (26) alunos da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Rubem Alves, da cidade de Assis/SP, tiveram suas mãos avaliadas quanto à qualidade higiênico sanitárias antes e após as orientações de praxe da professora responsável, nos dias 12 e 19 de setembro de 2014. Foi feito *swab* das mãos direita e esquerda de cada criança. Após a coleta do material, as amostras foram encaminhadas ao Centro de Pesquisas em Ciências da Fundação Educacional do Município de Assis, para realização das pesquisas de *E. coli*, *Staphylococcus aureus* e contagem padrão de microrganismos aeróbios mesófilos. Todas as análises seguiram métodos referenciados [5,6]

Na campanha de coleta do dia 12 de setembro de 2014, observou-se que para o parâmetro *E. coli* houve 81% de ausência antes do procedimento de lavagem, enquanto que após o procedimento a ausência do microrganismo esteve em 96% das amostras. De forma geral, observou-se um aumento da qualidade neste parâmetro sanitário para as crianças. Em relação ao parâmetro *S. aureus*, a ausência foi de 73% antes do procedimento de higienização, enquanto que após este, houve um aumento da ausência para 84,6% das amostras. Um resultado incoerente foi observado, entretanto para a contagem padrão de microrganismos aeróbios mesófilos, onde uma média de 1586,1 UFC/mL antes do procedimento de higienização foi observado, contra 1431,7 UFC/mL após o procedimento.

Esta observação pode estar relacionada à contaminação pós lavagem das mãos, por exemplo, no procedimento de secagem com toalhas de tecido e/ou superfície das pias e torneiras contaminadas. Devido a este fator, uma nova campanha de coleta foi realizada no dia 19 de setembro de 2014, para esclarecimentos. Os resultados referentes à esta campanha estão em processamento no laboratório e suas observações servirão de base

para, juntamente com os dados da primeira campanha de coleta, orientar à Direção da EMEI num melhor procedimento de higienização das mãos das crianças matriculadas na escola.

Referências

- [1] ARAGUAIA, M. **Vamos lavar as mãos**. Portal R7. Canal do Educador. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/vamos-lavar-as-maos.htm>>. Acesso em 10, set. 2014
- [2] PRATA, R.S.P. **A importância da higienização das mãos das crianças**. Colégio Ceneticista Dr José Ferreira Escola de Pais. Disponível em: <<http://www.joseferreira.com.br/escola-de-pais/artigos/a-importancia-da-higienizacao-das-maos-das-criancas/>> Acesso em 10, set. 2014
- [3] VARGAS, G., DUARTE, M. **Dia mundial de lavagem das mãos**. Instituto de Microbiologia Paulo de Góes. Disponível em: <<http://www.microbiologia.ufrj.br/informativo/micromundo/197-dia-mundial-de-lavagem-das-maos>> Acesso em 10, set. 2014
- [4] MELO, J.X.; JALES, K.A.; OLIVEIRA, J.S.; SILVA, M.T.M. **Avaliação higiênico sanitária de uma unidade de alimentação e nutrição da cidade de Sobral – CE**. V Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI 2010). Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/963/60>> Acesso em 12, set. 2014.
- [5] SILVA, N.; JUNQUEIRA, V.C.A; SILVEIRA, N. F. A. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos**. São Paulo, Varela, 1997
- [6] AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION. **Compendium of methods for the microbiological examination of foods**. 3^o ed. New York: Vanderzant, 1992.

